



Universidade do Porto
Faculdade de Psicologia
e de Ciências da Educação
FPCEUP

UNIVERSIDADE DO PORTO

FACULDADE DE PSICOLOGIA E DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO

Mestrado em Psicologia do Comportamento Desviante: Violência, Crime e Vítimas

**Violência Conjugal Feminina: Contextos, motivos e
consequências**

Luísa Augusta Antunes Sousela

2006

SOU/vio



Universidade do Porto
Faculdade de Psicologia
e de Ciências da Educação
FPCEUP

UNIVERSIDADE DO PORTO

FACULDADE DE PSICOLOGIA E DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO

Mestrado em Psicologia do Comportamento Desviante: Violência, Crime e Vítimas



**Violência Conjugal Feminina: Contextos, motivos e
consequências**

UNIVERSIDADE DO PORTO
Faculdade de Psicologia
e de Ciências da Educação
N.º de Entrada 24653
Data 08/11/2006

Trabalho co-financiado pelo POCI 2010 e FSE

Luísa Augusta Antunes Sousela

2006



Programa Operacional Ciência e Inovação 2010
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR



Dissertação apresentada na Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, para a obtenção do grau de Mestre em Psicologia, na área de especialização em Psicologia do Comportamento Desviante (Violência, Crime e Vítimas), sob orientação da Professora Doutora Carla Machado e co-orientação da Professora Doutora Celina Manita.

Resumo

O presente estudo pretende abordar a questão da violência física exercida por mulheres no âmbito das suas relações conjugais, uma realidade pouco conhecida em Portugal mas que tem vindo a ser amplamente investigada noutros países, nomeadamente nos EUA, desde a década de 70. Partindo da análise da literatura disponível verificámos que existe uma grande controvérsia entre duas correntes sociológicas: por um lado, os teóricos do conflito familiar argumentam que as mulheres são tão violentas nas suas relações íntimas como os homens, encontrando poucas ou nenhuma diferença entre os géneros na perpetração da violência física; por outro lado, as teorias feministas defendem a existência de importantes diferenças quantitativas e qualitativas entre a violência íntima perpetrada por homens e mulheres, reconhecendo o papel fulcral do género e das tradições patriarcais nas dinâmicas deste fenómeno, apontando diversas críticas metodológicas aos sociólogos do conflito familiar.

De forma a percebermos melhor esta realidade, clarificando as circunstâncias em que ocorre a violência conjugal exercida no feminino, conduzimos dois estudos, um quantitativo e um qualitativo. O nosso estudo quantitativo teve por base um estudo epidemiológico prévio (cf. Machado, 2005), cuja análise nos permitiu uma caracterização inicial da violência física exercida pelas mulheres nas suas relações conjugais: 10.3% das mulheres admitiram a perpetração de violência física, sendo que, em 94.2% destes casos se trata de agressões leves. Paralelamente, encontrámos uma forte relação entre ser agressora e ser vítima, o que está de acordo com um padrão de agressão bi-direccional.

Partindo de algumas questões derivadas da análise destes resultados, passámos à segunda fase desta investigação, levando a cabo entrevistas em profundidade a mulheres sinalizadas como tendo cometido alguma agressão física nas suas relações conjugais, com o objectivo de perceber as circunstâncias que envolvem a sua ocorrência: contexto, motivações, significados e impacto.

Das conclusões apresentadas, destacamos a existência de um perfil de agressão feminina relativamente uniforme, claramente enquadrável dentro do perfil da agressão em retaliação ou autodefesa, no contexto de uma relação caracterizada pela agressão masculina. É, contudo, possível diferenciar, dentro deste perfil, dois sub-tipos: (1) o das mulheres vítimas de agressões moderadas a severas, que usam a agressão física auto-defensiva de modo regular no contexto das suas relações íntimas e que, com considerável suporte social, conseguem frequentemente pôr termo a estas relações e (2) as mulheres vítimas de agressões mais extremas e com reduzido suporte social, que se percebem como "encurraladas" na relação e incapazes de se defender e que recorrem à agressão letal como forma única e extrema de resposta face à violência de que são alvo.

Abstract

This study is an attempt to understand female physical violence in marital relationships, a quite unknown phenomenon in Portugal that has been deeply studied in other countries, especially in the USA, since the seventies. The available research on this theme shows that there has been a strong controversy within the study of intimate partner violence, mainly between two sociological approaches. Some family conflict theorists argue that women are as violent as men in the context of marital relationships, finding no or few gender differences in perpetration or victimization. On the other hand, feminists argue that intimate partner violence is highly gendered and embedded in a patriarchal family structure. With strong quantitative and qualitative differences between men and women in intimate violence perpetration. Further, they point out several methodological criticisms to family conflict theorists. Later on, other theorists (e.g. Johnson, 1995) claimed that both perspectives were right but studied different phenomena.

In an effort to understand this phenomenon and to clarify the circumstances in which female intimate violence occurs, we conducted two studies: a quantitative and a qualitative one. The quantitative study was based on a previous epidemiological study (cf. Machado, 2005) that gave us a first description of female physical violence towards their husbands. We found 10.3% of women admitting to have been physically violent in their relationships, 94% perpetrating minor violence. Additional results suggested a strong correlation between the fact that they were victimized and their aggressive attitude towards their partners, which is in compliance with the idea of mutual aggression.

Based on some new emerging questions from the first quantitative stage, we moved on to the qualitative study. We interviewed in-depth women who used minor and severe violence against their partners in order to evaluate the context of such aggressions and better understand the motives, availability of resources and consequences of the violent acts perpetrated by women.

The conclusions evidenced a consistent pattern of female aggression in order to defend themselves or to retaliate to a violent partner. It was also possible to differentiate two subtypes of that pattern: (1) women that suffered minor to severe violence and that used physical aggression in order to defend themselves and were that way able, with an efficient social support, to end their marital relations and (2) women that suffered a more severe type of violence, with low social support, that felt entrapped in their marriages and impotent to defend themselves, so they recurred to lethal aggression as the only way to escape male violence.

Résumé

Cette étude ambitionne aborder la question de la violence physique exercée par les femmes au foyer, une réalité peu connue au Portugal mais qui devient de plus en plus investiguée dans d'autres pays, notamment aux E.U.A., depuis les années 70. Selon la littérature disponible, nous avons vérifié qu'il y a une grande controverse entre deux perspectives sociologiques: d'une part, les théoriciens du conflit familial font valoir que les femmes sont aussi violentes que les hommes dans leurs relations, en trouvant peu ou aucunes différences entre les genres en ce qui concerne la perpétration de la violence physique; d'autre part, les théories féministes défendent l'existence d'importantes différences quantitatives et qualitatives entre la violence perpétrée par les hommes et par les femmes, en reconnaissant l'importance historique des traditions patriarcales qui dynamisent ce phénomène, par conséquent, cette théorie critique les vues des sociologues du conflit familial.

Pour mieux comprendre cette réalité, il faut réfléchir sur les circonstances où se produit la violence conjugale exercée par les femmes, donc nous avons conduis deux études, un quantitatif et un autre qualitatif. Notre étude quantitative a eu comme source principale une étude épidémiologique (cf. Machado, 2005), dont l'analyse nous a concédé une caractérisation initiale de la violence physique exercée par les femmes au foyer. 10,3% des femmes ont admis la perpétration de la violence physique, en étant que, pour 94,2% de ces cas, il s'agissait d'agressions légères. Parallèlement, nous avons trouvé une forte relation entre la femme agressive et la femme victime, ce qui témoigne une norme d'agression bidirectionnelle.

Basés en quelques questions suscitées par l'analyse de ces résultats, nous passons à la seconde étape de cette recherche. Nous avons fait des longues entrevues aux femmes qui ont été signalées comme responsables pour avoir commis une agression physique contre leurs époux; ce qui a permis de constater les circonstances qui impliquent ces situations: le contexte, les motivations, les symbolismes et l'impact.

Finalement, nous pouvons remarquer l'existence d'un profil d'agression féminine relativement uniforme, qui se développe dans une situation d'autodéfense ou bien comme représailles contre l'agression masculine. C'est, néanmoins, possible de différencier, à l'intérieur de ce profil, deux sous-types: (1) celui des femmes victimes d'agressions modérées à sévères, qui recourent régulièrement à l'agression physique comme autodéfense et que, grâce à un considérable support social, elles réussissent fréquemment à mettre un terme à ce type de relation et (2) les femmes victimes d'agressions plus extrêmes, qui ne sont pas bénéficiées d'un grand support social et qui se perçoivent qu'elles sont incapables de se défendre, car elles s'envisagent « enfermées » dans la relation et, enfin, la seule solution pour culminer la souffrance c'est l'agression létale.

Agradecimentos

À Prof. Doutora Carla Machado pela partilha das ideias, pelas várias análises críticas, pela disponibilidade, pela compreensão, pelo incentivo e pela reiterada transmissão de saberes que se prolonga há quase uma década e que vem reforçando o meu interesse pela área da Vitimologia;

À Prof. Celina Manita pelo estímulo, pelo apoio e disponibilidade, pelo bom humor nos vários momentos de angústia e pela "pressão" e força na fase final deste trabalho;

À Prof. Marlene Matos, pelas preciosas sugestões bibliográficas;

À APAV, à Dra. Ana Castro Sousa e, especialmente, à Dra. Cátia Rodrigues, pela solicitude e prontidão na selecção de participantes;

Ao Estabelecimento Prisional de Sta. Cruz do Bispo, especialmente à Dra. Adelina Carvalho pelo excelente acolhimento;

À Sandra Marinho pela competência, companheirismo e esclarecimento;

À Inês, pela força transmitida e pela partilha constante de momentos difíceis e de momentos de realização pessoal;

A todas as mulheres que "deram voz" às suas histórias, partilhando connosco momentos e situações delicadas e que tornaram possível este trabalho;

A todos os amigos e familiares pelo apoio incondicional, mesmo na privação de momentos partilhados, e por serem, desde sempre, o meu forte suporte social na concretização de mais um objectivo de vida.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	9
PARTE I – Da simetria e assimetria de género: As abordagens à violência conjugal exercida por mulheres	18
1. A Teoria Sociológica do Conflito Familiar	19
1.1. A emergência do conceito de "violência mútua"	19
1.1.1. O <i>National Family Violence Survey</i>	20
a) A <i>Conflict Tactics Scale</i> (CTS)	21
1.1.2. Das evidências empíricas à mudança conceptual	22
1.1.3. A violência íntima exercida por mulheres: Agressão primária ou autodefesa?	25
1.1.4. A violência íntima exercida por mulheres como um problema social grave: " <i>The marriage licence as a hitting licence</i> "	26
2. A Abordagem Feminista à violência íntima perpetrada por mulheres: da simetria à assimetria de género na violência íntima	30
2.1. Mulheres vítimas ou perpetradoras: Uma questão metodológica	32
2.1.1. A <i>Conflict Tactics Scale</i> como um instrumento ao serviço da teoria da simetria de género	34
2.1.2. A descontextualização dos comportamentos abusivos	36
2.1.3. Violência contra as mulheres ou violência entre parceiros: Uma questão de perspectiva	37
2.1.4. A origem dos dados de investigação: O tipo de estudo e a constituição da amostra	39
2.1.5. Os efeitos do auto e do hetero relato	41
2.1.6. Síntese	42
2.2. Diferenças entre a violência íntima perpetrada por homens e por mulheres	43
2.2.1. Tipo de comportamentos agressivos perpetrados	43
2.2.2. Impacto da violência íntima	45
a) Impacto físico	45
b) Impacto emocional	46
2.2.3. Motivações para a violência física e função do comportamento violento	48
a) Violência expressiva e violência instrumental	49
b) A violência íntima feminina enquanto autodefesa, retaliação ou auto-protecção	51

2.2.4. Implicações sociais, políticas e preventivas da violência íntima feminina – o caso dos E.U.A.	54
2.2.5. Deve a violência íntima feminina constituir uma preocupação social?	57
3. Violência íntima: Unidade ou diversidade?	58
3.1. Violência íntima entre parceiros: Tipologia de Johnson	59
3.1.1. Tipos de violência íntima	60
3.2. A violência exercida por mulheres nas relações íntimas	
3.2.1. Mulheres violentas na intimidade e mulheres violentas no geral	64
3.2.2. Uma tipologia da violência feminina nas relações íntimas (Swan & Snow, 2002)	66
PARTE II – Estudo Preliminar Quantitativo: Um olhar sobre a violência conjugal no Norte de Portugal	69
1. Enquadramento e objectivos	70
2. Aspectos Metodológicos	70
2.1. Os instrumentos	70
2.2. Amostragem e amostra	71
2.3. Procedimentos	72
2.4. Modelo de análise e tratamento de dados	72
3. Resultados	72
3.1. Resultados da amostra global	73
3.2. Resultados relativos às mulheres fisicamente maltratantes	77
5. Interpretação e discussão dos resultados	82
6. Conclusões	87
PARTE III – Estudo qualitativo: Da verificação à descoberta	90
1. Aspectos metodológicos da “Grounded Theory”	91
1.1. Recolha de dados: Amostragem Teórica	92
1.1.2. Instrumento de recolha de dados: A entrevista qualitativa	94
1.2. Análise dos resultados: “Grounded Analysis”	95
2. Descrição dos resultados	96
2.1. Descrição da situação pré-marital	96
a) Namoro	96
b) Decisão de casamento	97

2.2. Descrição da relação marital	97
a) Início do casamento	97
b) Poder e gestão de tarefas	98
c) Atribuições causais de problemas no casamento	99
2.3. Descrição da dinâmica da violência interpessoal	99
2.3.1. Agressões infligidas pelos homens	99
a) Tipos de agressão	99
b) Evolução e circunstâncias dos maus tratos	102
2.3.2. Agressões infligidas pelas mulheres	104
a) Tipos de agressão	104
b) Motivação para a agressão	105
c) Percepção da eficácia da agressão física e sua avaliação moral	106
d) Estratégias não violentas de resolução de conflitos e da situação abusiva	107
2.4. Impacto dos maus tratos	109
2.4.1. Impacto dos maus tratos infligidos pelas mulheres	109
2.4.2. Impacto dos maus tratos infligidos pelos homens	110
2.5. Vivência emocional da relação conjugal	111
2.6. Percepção dos recursos disponíveis e do suporte social	112
3. Síntese de resultados e contrastação de grupos	114
4. Interpretação e discussão dos resultados: histórias de agressão ou histórias de vitimação?	121
PARTE IV – Reflexões conclusivas	131
1. Conclusão integrativa	132
2. Limitações	133
3. Pistas para futura investigação	135
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	137
ANEXOS	144

INTRODUÇÃO

A violência na família é tão complexa como perturbadora. Durante muito tempo foi possível viver na convicção de ser a família a instituição que, por natureza, seria o "porto seguro" do ser humano. Hoje, perante a informação que nos chega diariamente, percebemos que a violência dentro da própria família é uma realidade, podendo esta constituir-se como um espaço de dois espaços (Pais, 1998), onde coabitam a dimensão afectiva e a dimensão conflitual (Dias, 2004). A família, ao resguardar-se do olhar da comunidade, criou, simultaneamente, as condições para o casal se poder comportar romanticamente e para a emergência de situações de opressão e violência. Emergindo e afirmando-se como lugar de intimidade e emocionalidade, é também na família que crianças, mulheres e idosos são vítimas preferenciais de violência (Dias, 2004). As pessoas têm maior probabilidade de serem mortas, agredidas fisicamente, batidas ou espancadas nas suas próprias casas, por outros elementos da família, do que por qualquer outra pessoa (Gelles, 1997).

Actualmente o fenómeno da violência doméstica ocupa, indiscutivelmente, um lugar central no discurso científico e político, encontrando destaque também nos meios de comunicação social. Este fenómeno tem vindo a adquirir crescente visibilidade, a partir da década de 60/70 noutros países e, a partir dos anos 90, em Portugal. Para tal contribuíram um conjunto de profissionais provenientes de campos disciplinares distintos e, em grande parte, o movimento feminista (Dias, 2004). Mais especificamente, o fenómeno da violência conjugal foi assumindo visibilidade com a operação de múltiplas transformações, nomeadamente a alteração da valorização de certos actos anteriormente integrantes de um relacionamento matrimonial normativo: a submissão da mulher, a confinção desta ao espaço doméstico, a centralização do poder e das decisões pelo elemento masculino (Matos, 2002).

Podemos dizer que a produção científica em torno da violência conjugal se apresenta, hoje em dia, como um *puzzle*, constituído por um vasto corpo de conhecimentos teóricos e empíricos que têm vindo a ser construídos não obstante inúmeras controvérsias relativas às definições, às causas e às próprias estratégias de intervenção no âmbito da violência doméstica (Dias, 2004). Uma das consequências mais visíveis de tais polémicas reflecte-se, desde logo, no facto de as estimativas sobre a ocorrência deste tipo de violência variarem consideravelmente de estudo para estudo (Doerner & Lab, 1998).

Acompanhando e, de certa forma, contribuindo para tais polémicas tem-se assistido a uma significativa expansão e alargamento do próprio campo de estudos, quer ao nível das teorias explicativas do fenómeno da violência, quer nas

metodologias desenvolvidas para o estudar, quer ainda na conceptualização do próprio objecto a ser estudado. Analisemos, pois, sem intenções de exaustividade ou profundidade, mas sobretudo para construir um "mapa" da investigação na qual se inscreve o nosso estudo, as polémicas e desenvolvimentos em cada uma destas três dimensões.

No plano teórico a ênfase tem sido colocada na explicação etiológica dos maus tratos, sendo possível, segundo Matos (2002), identificar três grandes linhas de conceptualização, com diferentes definições e metodologias aplicadas ao problema: as perspectivas intra-individuais, as perspectivas diádicas-familiares e as perspectivas sócio-culturais.

As teorias intra-individuais preocuparam-se, inicialmente, em perceber as características individuais do maltratante, focando-se, por um lado, no que poderá levar alguns homens a bater nas suas esposas e, por outro, procurando identificar os traços psicológicos das mulheres que suportam os maus tratos (Matos, 2000, 2002). Esta abordagem psicopatológica procura identificar os traços psicológicos individuais que causam comportamentos "anormais", apontando como factores de risco para os maus tratos as perturbações psicológicas, o stress, a depressão, o abuso de substâncias ou a baixa auto-estima. As primeiras teorias da violência doméstica apoiavam-se na ideia geral de que o ofensor seria "doente" ou "perturbado", vendo-o como uma "aberração" desenquadrada da norma social. Para além de atribuírem a violência a uma condição patológica do ofensor, alguns autores alegavam ainda que as mulheres que toleravam tais comportamentos também sofreriam de algum tipo de psicopatologia (cf. Doerner & Lab, 1998).

O problema encontrado neste tipo de explicações dos maus tratos tem a ver com o facto de se aplicarem a um pequeno número de casos; efectivamente, Walker (1994, cit. Matos, 2002) encontra apenas 10% de incidentes abusivos atribuíveis a doença mental, pelo que a maioria dos ofensores não se encaixa neste padrão. Uma reflexão mais atenta acerca deste tipo de explicações mostra-nos uma quase explícita desculpabilização do ofensor, já que este simplesmente não teria acesso aos meios necessários para canalizar os seus sentimentos (frustração, raiva) de uma forma adequada, e uma culpabilização da vítima que permaneceria na relação por masoquismo ou desejo de sofrer (cf. Doerner & Lab, 1998).

As perspectivas diádicas-familiares sustentam que a fonte da violência e a explicação para o comportamento daqueles que são vitimados se localizam nas interacções entre ofensor e vítima ou na família alargada (Campbell & Landerburger, 1995, cit. Matos, 2002). Nesta perspectiva podem-se enquadrar a teoria da interacção

simbólica, a teoria das trocas, a teoria das atribuições e a teoria intergeracional da violência. Esta última, tendo por base a noção de aprendizagem social, sustenta que um indivíduo que terá sido vítima ou testemunha de abuso durante a infância poderá tornar-se um futuro maltratante ou uma futura vítima (Straus & Kantor, 1994).

Das várias abordagens que integram esta linha explicativa, a tese da transmissão intergeracional da violência foi, indubitavelmente, a que mais investigação suscitou e a que mais impacto teve, quer na prática clínica quer na sua divulgação social. Há, contudo, considerável polémica em torno desta perspectiva – e, sobretudo, das suas interpretações determinísticas, por vezes, transpostas para a comunicação social – sendo hoje em dia considerado que a exposição precoce à violência é um factor de risco para a mesma, mas que não há nenhuma inevitabilidade neste percurso nem pode ser esta a explicação para o fenómeno da violência conjugal como um todo (Windom, 1989).

Em contraponto a este tipo de explicações, de natureza mais psicológica, as perspectivas socioculturais e feministas centram-se nos factores históricos, sociais, culturais e políticos que contribuem para os maus-tratos à mulher. Ao longo da história e até recentemente, as mulheres eram vistas como propriedade dos seus pais ou dos seus maridos, devendo ser sujeitas a controlo e disciplina (cf. Doerner & Lab, 1998). Hoje em dia, e não obstante as transformações sofridas, alguns autores afirmam que a sociedade se mantém marcadamente patriarcal e que a violência e a agressão continuam a ser aceites como formas de lidar com o conflito e com a ameaça à ordem estabelecida, levando muitas feministas a concluir que os homens recorrem à violência para vincar a sua posição de poder e estatuto (*ibidem*).

Assim, as feministas definem a violência sobre as mulheres como um padrão que só pode ser compreendido tendo em conta que a sociedade está estruturada segundo a dimensão do género, onde os homens têm mais poder do que e sobre as mulheres. Enquanto classe dominante, os homens possuem um acesso diferencial a importantes recursos materiais e simbólicos, enquanto as mulheres são remetidas para posições secundárias e inferiores (Bograd, 1990). Por outro lado, a família, enquanto instituição social, é mediadora entre a opressão social e a opressão nos relacionamentos interpessoais familiares (*ibidem*) e veículo de representações de género, processos de socialização e modos de resolução de conflitos patriarcais. Se a família é ainda tradicional, de estrutura patriarcal e transmissora de desigualdades de género, ela deverá, então, segundo as feministas, ser repensada (Matos, 2002).

Para além de constituir um dos modelos explicativos dominantes, a teoria feminista tem proporcionado um contributo precioso para uma melhor compreensão da violência conjugal, sendo também reconhecida como uma das abordagens com

maior sucesso na recuperação de mulheres vítimas de maus tratos (Walker, 1994, cit. Matos, 2002). Contudo, esta não é também uma abordagem isenta de problemas ou contestação, sendo de referir, apenas a título de exemplo, os desafios conceptuais que lhe são levantados, entre outros aspectos, pela violência exercida no contexto de relações homossexuais ou pela agressão feminina, tema do nosso estudo.

Como vimos, as perspectivas teóricas e etiológicas sobre a violência conjugal são várias, desde as que enfatizam as características individuais do maltratante e da vítima, até às que dão relevo a factores de ordem mais macrossociológica, como o contexto histórico e social onde este tipo de violência ocorre. Mas o debate, para além da etiologia da violência conjugal e familiar, tem também incidido fortemente na epistemologia do problema, ou seja, no modo como conhecemos o que conhecemos.

Como já dissemos, o estudo da violência familiar, e mais especificamente da violência conjugal, é ainda recente. Só a partir dos anos 70 se começaram a construir os primeiros abrigos, as feministas pugnaram pela exposição social do problema e os sociólogos da família se debruçaram sobre a questão; sem que tal fosse visível, começavam então a crescer as raízes de um "boom" de controvérsia e debate que se mantém até aos nossos dias. Inicialmente, feministas e sociólogos da família preocuparam-se conjuntamente em desafiar o modelo psicopatológico da violência conjugal, rebatendo a noção de que este seria um problema individual e não uma questão social. Apesar desta união de esforços, e como veremos adiante neste trabalho, acabaram por emergir consideráveis diferenças entre estes importantes grupos de investigação e intervenção: os sociólogos da família encarando o problema como uma questão familiar e as feministas considerando-o uma questão de género. Mais do que por divergências teóricas, estas abordagens diferenciam-se, a nosso ver, por opções metodológicas, traduzidas actualmente numa acesa contenda em torno das metodologias quantitativas e qualitativas de investigação e das suas potencialidades e falhas na investigação deste tema. Segundo Yllö (1990) estas diferenças metodológicas não decorrem apenas de leituras teóricas diferentes; ao invés, elas tornaram-se o centro do debate acerca da violência conjugal. Mas de que controvérsias teóricas falamos?

Os sociólogos do conflito familiar socorrem-se tipicamente de estudos epidemiológicos, representativos da comunidade normativa. Esta abordagem quantitativa, inserida num paradigma positivista, não obstante contar com elevado prestígio na área da violência familiar e das ciências sociais em geral, é acusada pelas feministas de ser patriarcal na sua natureza, servindo objectivos masculinos (e.g., controlo, medida, domínio sobre o real). Estas duras críticas feministas dirigem-se, essencialmente, à descontextualização das variáveis e ao distanciamento do

investigador face aos objectos de estudo. Defendem, pelo contrário, uma metodologia "feminista" que privilegie os métodos qualitativos, alicerçados em entrevistas em profundidade e no contacto pessoal próximo com os participantes envolvidos na problemática (*ibidem*). Estas diferenças serão, como veremos adiante, amplamente debatidas na Parte I deste estudo.

As controvérsias teóricas e metodológicas que temos estado a discutir representam uma amostra dos muitos assuntos ainda por resolver acerca dos significados, definições, medidas, causas e consequências da violência na intimidade. Contudo, o próprio significado do termo tem vindo a alterar-se e a desmultiplicar-se. Na verdade, apesar de se ter considerado, durante muito tempo, que a violência sobre mulheres é a forma mais comum e frequente de violência familiar, mais recentemente têm vindo a ser reconhecidas outras formas de violência íntima.

A violência ocorre em todos os tipos de relacionamentos interpessoais: os pais batem nos seus filhos, os filhos têm lutas entre si, as raparigas dão bofetadas aos seus namorados, os amigos também se envolvem em discussões, os maridos aterrorizam as suas mulheres e as esposas abusadas assassinam os seus maridos (Johnson, no prelo). A maior parte desta violência recebeu, até há algum tempo atrás, relativamente pouca atenção. Contudo, hoje em dia existem investigações sobre a maior parte destas formas de violência. Com os movimentos feministas e a ênfase cultural na igualdade de género, grande parte da literatura passa a estar focada na violência entre parceiros íntimos no sentido lato do termo, incluindo relações de namoro, coabitação, casamento ou separação (Johnson & Ferraro, 2000) e, mais recentemente ainda, os relacionamentos homossexuais. Os termos "violência conjugal" ou "violência contra as mulheres" são, assim, alargados a conceitos como "violência íntima", "violência nas relações amorosas" ou "violência entre parceiros", de modo a abranger todo o tipo de relacionamentos interpessoais íntimos, não confinados à condição do casamento. Os debates mais recentes encontrados na literatura têm precisamente a ver com outro tipo de violência íntima, não necessariamente restrita à violência contra mulheres: as relações de coabitação e namoro (e.g. Straus & Ramirez, no prelo; Straus, 2004; Machado, Matos & Moreira, 2003), a violência íntima exercida sobre os homens (Straus, 1993; 2004) e a violência em casais homossexuais (Elliot, 1996, cit. Wiehe, 1998; Antunes & Machado, 2005).

Em Portugal, a atenção sobre o fenómeno da violência conjugal começou a ganhar relevo apenas a partir da década de 90, com as primeiras publicações acerca do tema e com o desenvolvimento de investigação sobre este tipo de violência. Ainda que muito insuficiente, esta orienta-se, sobretudo, por 3 linhas de pesquisa: a) a que

se preocupa com a identificação da verdadeira extensão do fenómeno; b) a que procura compreender as dinâmicas relacionais e psicológicas envolvidas na violência conjugal e as suas causas ou correlatos sociodemográficos e c) a que se debruça sobre o impacto da violência sobre a vítima e terceiros (Machado, Matos & Moreira, 2003; Machado, 2005).

Assim, a par da cada vez maior visibilidade deste tipo de crime, devido não só à sua crescente mediatização, mas também à criação e divulgação de respostas às vítimas de violência (e.g. Comissão para a Igualdade e Direitos das Mulheres, Associação Portuguesa de Apoio à Vítima), e das recentes alterações legislativas (a conversão do crime de maus tratos ao cônjuge em crime público), estes estudos têm-nos mostrado que o fenómeno da violência na intimidade persiste e que se trata de um problema socialmente relevante. Tais dados resultam quer das estatísticas oficiais (e.g. Estatísticas da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima ou da Comissão para a Igualdade dos Direitos da Mulher), quer – sobretudo – dos estudos epidemiológicos sobre a prevalência e características socio-demográficas dos agressores e vítimas (e.g. Lourenço, Lisboa & Pais, 1997; Machado, Matos & Moreira, 2003; Machado, 2005)¹.

Contudo, e apesar de um número crescente de trabalhos sobre a prevalência destes fenómenos, vários autores reconhecem ainda a sua escassez (Antunes, 2002; Matos, 2002; Machado, Matos & Moreira, 2003), realçando a necessidade de investigação suplementar que seja capaz de contornar as dificuldades tradicionais na identificação dos "números da violência": o silêncio, a vergonha, a proximidade da relação entre ofensor e vítima, o sentimento de impotência das vítimas ou, ainda, o desconhecimento dos seus direitos e a não categorização cognitiva do evento violento como crime ou abuso (Matos, 2002).

Paralelamente a esta primeira linha de estudos, de cariz mais quantitativo, temos vindo a assistir a um crescente volume de investigação qualitativa, quer ao nível das representações da violência conjugal (e.g. Dias, 2004; Casimiro, 1998, cit. Dias, 2004), quer ao nível da compreensão das dinâmicas abusivas e das formas de resolução deste problema (e.g. Matos, 2000; Matos & Machado, 1999; Machado & Matos, 2001; Pais, 1998). Dando um contributo precioso para o conhecimento teórico e empírico de uma realidade que ainda pouco se conhece em Portugal, todos estes estudos constituem um marco no processo de produção de conhecimentos sistematizados sobre o fenómeno da violência entre parceiros (Dias, 2004).

¹ O estudo de Lourenço, Lisboa e Pais (1997, cit. Matos, 2002), por exemplo, revelou que a violência psicológica se estendia a 50,7% das mulheres portuguesas, a violência sexual a 28% e a violência física a 6,7%.

Inscrevendo-se nesta tendência nacional de desocultação da realidade escondida da violência familiar, assim como na tentativa internacional de estudar as "novas" dimensões da violência íntima interpessoal (e.g. relações de namoro, casais homossexuais, violência entre irmãos), o estudo apresentado nesta dissertação procura conhecer as formas de violência exercidas por mulheres na conjugalidade. Este é um tema com mais de 30 anos de investigação nos EUA, mas que só agora dá os primeiros passos em Portugal. De facto, é praticamente inexistente a referência no nosso país à agressão íntima feminina, excepto em estudos sobre o homicídio conjugal (e.g. Pais, 1998), sobre a violência no namoro (Machado, Matos & Moreira, 2003) e sobre as agressões com armas (e.g., dados do Instituto de Medicina Legal do Porto cit. Dias, 2004²).

Parece ser consensual, mesmo internacionalmente, que ainda muito pouco se sabe acerca da natureza específica da violência íntima feminina (Dobash & Dobash, 2004; Swan & Snow, 2002), estando o debate essencialmente centrado na simetria ou assimetria de género na perpetração de violência íntima. Mais recentemente, alguns autores têm chamado a atenção para o facto de a violência íntima não ser um fenómeno unitário e necessitar de avaliação e intervenção diferencial, bem como de caminhos de investigação que tenham em conta a existência de vários tipos de violência entre parceiros, com motivações e consequências diversas.

O presente estudo traduz o nosso contributo para a produção de conhecimento e para discussão destas questões, através do desenvolvimento do conhecimento desta realidade no plano nacional, estando estruturado em quatro partes. Na parte I, procuramos analisar as principais correntes teóricas que se debruçam sobre o tema da agressão íntima feminina. Começamos, no capítulo 1, por descrever a teoria dos sociólogos do conflito familiar, pautada por argumentos em torno da simetria de género na perpetração da violência íntima física e que sustentam que as mulheres são tão agressoras íntimas como os homens, perpetrando o mesmo tipo de comportamentos violentos que aqueles. Com base nestas convicções, as questões de género são omitidas por esta corrente na análise da violência íntima entre parceiros.

De seguida, no capítulo 2, contrapomos esta perspectiva com a teoria feminista que, recusando reiteradamente a simetria de género na violência íntima, lança duras críticas metodológicas à perspectiva do conflito familiar e também aos instrumentos por esta utilizados. As feministas não concebem a análise da violência familiar sem a consideração do factor "género", asseverando que existem importantes e profundas diferenças quantitativas e qualitativas entre homens e mulheres na perpetração da

² De entre 1334 casos registados como agressões corporais voluntárias com armas contundentes, de 1985 a 1987, seis foram cometidos sobre homens.

violência conjugal, em dimensões como as motivações subjacentes, os contextos elicitadores e seu impacto físico e psicológico. Paralelamente, reforçam a ideia de que este fenómeno só poderá ser amplamente compreendido quando estudado em profundidade, através de uma metodologia qualitativa.

O terceiro capítulo teórico debruça-se sobre alguns autores que procuraram harmonizar ambas as perspectivas, aparentemente inconciliáveis, argumentando que ambas estão correctas, apenas estudando fenómenos diferentes. As evidências divergentes apontadas por sociólogos do conflito familiar e feministas devem-se, segundo esta leitura integrativa, em grande parte, às diferentes tradições metodológicas abraçadas por cada uma destas correntes: os primeiros apoiando-se mais em estudos epidemiológicos e representativos da população e os segundos em estudos qualitativos em profundidade, com amostras clínicas. São ainda descritas algumas tipologias da violência íntima, de entre as quais se destaca a de Johnson (1995) que defende a necessidade de distinguir o que designa de "terrorismo íntimo" da "resistência violenta", e esta da "violência íntima situacional".

Tendo em conta os objectivos propostos para o presente trabalho, na nossa componente empírica propusemo-nos aliar o método qualitativo ao método quantitativo de investigação, tirando o maior proveito do que cada uma das tradições metodológicas nos poderia oferecer na procura das repostas que buscávamos.

A primeira fase empírica deste estudo encontra-se descrita na Parte II da dissertação. Nesta fase, partindo de um estudo epidemiológico prévio realizado no norte de Portugal (cf. Machado, 2005) e da base de dados que nos foi disponibilizada, começamos por realizar uma análise estatística dirigida às diferenças entre homens e mulheres no tipo de violência cometida (leve e severa), controlo coercivo e ferimentos causados ao seus parceiros conjugais. Num segundo momento desta análise quantitativa dirigimos a nossa atenção apenas para a violência exercida pelas mulheres, analisando a sua prevalência, tipos de actos praticados e impacto destes.

Emergindo novas e pertinentes questões desta análise quantitativa, desenvolvemos um estudo qualitativo, apresentado na Parte III deste trabalho. Nesta fase, partindo dos pressupostos da "*grounded theory*" (Glaser & Strauss, cit. Strauss & Corbin, 1994), procurámos estudar o fenómeno da agressão feminina em profundidade, através de entrevistas qualitativas. Estas foram conduzidas com dez participantes seleccionadas a partir de vários contextos, e a sua análise proporcionou-nos um outro olhar sobre a natureza, significados, contextos, motivações e impacto da violência conjugal exercida por mulheres.

Por fim, a parte IV compila os resultados encontrados nas duas fases da investigação, quantitativa e qualitativa, encerrando uma reflexão integrativa de ambos os estudos, assim como das suas limitações.

PARTE I
Da simetria e assimetria de género: As abordagens à violência conjugal exercida por mulheres

1. A Teoria Sociológica do Conflito Familiar

É na década de 70 que surge, a partir de vários estudos epidemiológicos, a ideia controversa de que uma percentagem considerável de homens seria também vítima de agressões físicas por parte das suas cônjuges (Steinmetz, 1977-78; Straus, 1980, 1993). De facto, a imagem tradicional da mulher batida como vítima passiva tem sido posta em causa, pelo menos parcialmente, por uma variedade de estudos, utilizando dados qualitativos e, principalmente, quantitativos (Campbell, Rose, Kub & Nedd, 1998). A noção de que os homens são os perpetradores violentos e as mulheres as vítimas passivas tem sido recentemente e repetidamente desafiada por estudos cujos resultados evidenciam uma prevalência equitativa entre géneros no que diz respeito a actos de violência no casamento (Langhinrichsen-Rohling, Neidig & Thorn, 1995), nomeadamente actos de agressão física (Straus & Gelles, 1990). A mulher foi, assim, transportada do seu papel de vítima, que lhe era tipicamente atribuído, para um papel de agressora que lhe terá sido associado pela frequência com que recorreriam a comportamentos de agressão física para com os seus companheiros, frequência essa que seria, segundo os sociólogos do conflito familiar (e.g. Straus, 1993; 2004; Straus & Gelles, 1990; Steinmetz, 1877-78), similar à utilizada pelos homens. Até então, os investigadores em geral, e as feministas em particular, bem como o público em geral, não questionavam a assunção de que os homens seriam os agressores primários e as mulheres as principais vítimas de violência conjugal, existindo bastante preocupação científica relativamente às razões que levavam os homens a agredir as companheiras, aos motivos pelos quais estas permaneciam na relação, ao impacto da violência conjugal nas mulheres e às políticas de prevenção. Ao mesmo tempo, foram surgindo vozes na defesa da ideia de que as mulheres nem sempre eram as vítimas, podendo também elas exercer violência sobre os seus maridos (Frieze, 2000).

Reservamos, então, este espaço à descrição das principais evidências empíricas que suportam a abordagem dos sociólogos do conflito familiar, assim como à emergência do conceito de "violência mútua" conjugal.

1.1. A emergência do conceito de violência mútua

Apesar de em Portugal ser praticamente inexistente a referência à mulher enquanto agressora conjugal, foi já há cerca de 30 anos atrás que despertaram os primeiros estudos e ensaios sobre o tema da violência conjugal exercida no feminino. Steinmetz (1977-78), uma das primeiras autoras associadas a esta controvérsia, fez

uma revisão de estudos que demonstraram que os níveis de violência física utilizados nas relações conjugais violentas eram idênticos entre homens e mulheres, chamando assim a atenção para o que denominou de "*The Battered Husband Syndrome*" e enumerando as razões pelas quais este fenómeno teria permanecido na penumbra social: a suposta vergonha do homem em assumir, perante uma sociedade patriarcal, que é agredido pela sua esposa; o facto de nunca ter sido socialmente reconhecida às mulheres legitimidade para punir os seus maridos, sendo, pois, pouco provável que a sociedade aceitasse que a mulher pudesse ir além do socialmente "permissível"; a relativa falta, à data, de dados empíricos sobre o fenómeno; o facto de a maior severidade das agressões exercidas pelos homens ter tornado mais visível a vitimação das mulheres e, finalmente, uma consequente indiferença dos *media* e investigadores, essencialmente da década de 70, que negligenciaram a violência exercida por mulheres na conjugalidade. Todos estes constrangimentos acabaram, segundo a autora, por se reflectir na própria organização conceptual normalmente utilizada, com referências a "*wife beating*", "*battered wife*", "*battered woman*", mas nunca uma expressão que correspondesse a "*husband beating*". A autora procurou, assim, chamar a atenção para a importância da compreensão do tipo de violência conjugal exercida pelo sexo feminino, no sentido de considerar as suas implicações na resolução do problema mais abrangente da violência familiar, sem desvalorizar, porém, os esforços no combate à violência sobre as mulheres (Steinmetz, 1977-78).

Terá sido em 1975 o ano de realização do primeiro estudo de maior relevo sobre esta temática, por Straus, Gelles e Steinmetz, tendo sido encontradas taxas de violência total iguais entre homens e mulheres no âmbito das relações maritais. Esta surpreendente conclusão de Straus e colegas (1975) tornou-se um dos contributos originários para a controvérsia erigida em torno da violência conjugal feminina, tendo por base dados obtidos através das várias edições do *National Family Violence Survey*, originando, deste modo, a contenda que "opõe" até aos dias de hoje, os teóricos do conflito familiar aos autores e investigadores feministas.

1.1.1. O *National Family Violence Survey*

Os estudos epidemiológicos mais frequentemente citados na literatura, enquanto suporte da ideia da simetria de género no exercício da violência conjugal, são as duas edições do *National Family Violence Survey*. Este estudo de grande envergadura obteve dados a partir de informações de 2143 casais norte-americanos, em 1975, tendo sido posteriormente replicado em 1985 com 6002 casais participantes (Straus, 1993). Os resultados obtidos indiciaram que, em ambas as investigações, a

taxa de agressão das mulheres sobre os seus companheiros era idêntica (até ligeiramente superior) à taxa de agressão dos homens sobre as suas parceiras.

Com recurso à *Tactics Scale* (CTS), os autores do *National Family Violence Survey* debruçaram-se sobretudo sobre os comportamentos de violência física, reconhecendo, porém, não ser este necessariamente o tipo de abuso mais destrutivo. Estes autores salientam mesmo a importância do dano que pode ser provocado apenas por agressões verbais, justificando a sua opção como uma decisão estratégica de otimização do tempo de investigação (Straus & Gelles, 1990; Straus, 1993, 2004). O CTS é o instrumento que mais amplamente tem sido utilizado pelos investigadores que se dedicam às questões da violência familiar em geral (Archer, 2000), merecendo por isso algum destaque neste capítulo.

a) A Conflict Tactics Scale (CTS), instrumento mais comumente utilizado quando se pretende estudar a violência íntima

Os investigadores da perspectiva do conflito familiar tipicamente baseiam os seus estudos em amostras extensas, aleatórias e representativas da comunidade (Melton & Belknap, 2003), sendo o CTS o instrumento mais amplamente utilizado na investigação das questões relacionadas com a violência íntima e familiar (Straus, 1990), como se pode verificar pela revisão da literatura elaborada por Archer (2000), na qual 76 dos 82 estudos que este autor examina recorreram ao CTS. Este instrumento permite ao investigador captar as dinâmicas do conflito interpessoal em situações familiares e, em particular, situações maritais.

Procurando uma forma de conceber uma técnica capaz de medir o modo como as famílias lidam com os conflitos intrafamiliares e, simultaneamente, tentando colmatar a necessidade de um método estruturado para tais propósitos, foi incluída no CTS uma lista de acções passíveis de serem utilizadas por um elemento de uma família na resolução de um conflito com outro elemento (Straus, 1979). Enquanto instrumento quantitativo, o CTS mede três formas de lidar com os conflitos interpessoais, ordenadas por itens num *continuum* crescente de severidade: 1) o uso de discussão racional - a escala de *reasoning*; 2) o recurso a actos verbais e não verbais ou ameaças para agredir simbolicamente o outro - a escala de agressão verbal; 3) o uso da força física contra o outro como forma de resolver o conflito - a escala de agressão física. Este tipo de organização pretende ser uma forma de facilitar as respostas, reduzindo os efeitos da sua distorção e da deseabilidade social uma vez que começa com itens pouco coercivos e não físicos (como discutir o assunto com o outro), aumentando gradualmente o grau de coerção e de desaprovação social (por

exemplo, dar uma bofetada ou usar uma arma). A introdução que precede o instrumento normaliza, de alguma forma, os desacordos e conflitos entre membros da família, procurando contribuir para a diminuição desses efeitos sobre as respostas dadas (Straus, 1979; Straus & Gelles, 1990; Currie, 1998). Por fim, ao apresentar os itens em forma de *checklist*, o instrumento favorece a evocação de comportamentos que através de questões abertas não seriam, provavelmente, recordados.

As instruções de preenchimento do CTS solicitam aos participantes que se recordem de situações no ano precedente em que tenham tido uma discussão ou desentendimento com um familiar, indicando a frequência com que utilizaram cada um dos actos enunciados (Straus, 1979). Paralelamente podem ser calculados dois factores essenciais para a distinção do tipo de violência utilizado e para a suposição do dano provocado: "violência severa" (que inclui actos como pontapear, dar murros ou atacar com armas) e "violência menor" (que inclui actos como dar uma bofetada ou empurrar). Um casal seria considerado como violento se assumisse uma ou mais ocorrências de qualquer comportamento considerado violento durante o ano precedente.

1.1.2. Das evidências empíricas à mudança conceptual

"One of the cruel ironies of marriage is that, although husband-wife relationships are largely male-dominant, the use of physical violence seems to be one of the few aspects of marriage which approach equality between spouses."

(Straus, 1980, p.681)

Ambas as edições do *National Family Violence Survey* encontraram níveis idênticos de exercício de violência física entre homens e mulheres. No primeiro estudo, 325 casais da amostra total (2143) admitiram, pelo menos, um episódio violento ocorrido no ano precedente. No âmbito das relações violentas, o tipo de dinâmica mais comumente encontrada é aquela em que ambos os parceiros seriam violentos, apesar de não necessariamente ao mesmo tempo (49.5%), o que sugere que cerca de metade da violência física nas relações íntimas é exercida em ambas as direcções. Dos relacionamentos íntimos em que apenas um elemento do casal admite violência física, 27.7% diz respeito aos maridos e 22.7% às mulheres (Straus, 1980).

Cerca de uma década depois, a segunda edição do *National Family Violence Survey*, vem reconfirmar os resultados do primeiro estudo, continuando a violência física exercida pelas esposas com níveis comparáveis aos dos maridos. O tipo de relação violenta mais comum continuou a ser a indicativa de violência mútua,

contando com quase metade da amostra, 48.6%. Dos casais que reportaram um ou mais episódios agressivos, os resultados obtidos indicaram os homens como sendo os únicos agressores em 25.5% dos casos e as mulheres as únicas agressoras em 25.9% dos casos, valores bastante aproximados. Considerando as evidências encontradas, os autores sugerem a sua incompatibilidade com a ideia de que as mulheres, quando agredem, o fazem em autodefesa, uma vez que foram consideradas como agressoras únicas na relação em percentagem idêntica à dos homens (Straus & Gelles, 1990; Straus, 1993). Os resultados encontrados nesta edição assumem uma particularidade que, segundo os autores, os dota de maior fiabilidade: procurando evitar viés de género nos auto-retratos, e considerando que os homens demonstram maior relutância na admissão de comportamentos violentos, os autores consideraram apenas as repostas fornecidas pelas participantes do sexo feminino (Straus, 1993; Straus & Gelles, 1990).

A maior parte dos comportamentos de violência física encontrados em ambas as edições referem-se a comportamentos como empurrar, dar bofetadas ou atirar objectos, actos que os autores consideram como "violência normal" da vida familiar, no sentido em que é estatisticamente frequente e encarada como um tipo de violência "menor", indesejável mas compreensível ou justificável pelas normas culturais implícitas que tornam o casamento como uma licença que legitima um determinado nível de punição em determinadas situações. Relativamente ao tipo de violência e ao grau de severidade, os autores analisaram os dados à luz de dois novos factores: a "violência menor" e a "violência severa", sendo o limite que os demarca o grau de dano e a necessidade, ou não, de assistência médica³. Tendo em conta a análise estatística destes novos factores, apesar de não terem sido encontradas diferenças estatisticamente significativas entre os géneros, evidenciou-se uma ténue tendência das mulheres para perpetrar mais actos de "violência menor" e uma maior perpetração de "violência severa" pelos homens. Contudo, no índice total de violência (que engloba a violência "menor" e "severa"), não foram encontradas diferenças entre os sexos (Straus, 1993, 2004; Straus, 1980). Releva-se, porém, a impossibilidade de

³ A "violência menor" indica a proporção de parceiros que puxaram, agarraram, empurraram, deram bofetadas ou arremessaram algo ao outro. Estes actos foram classificados como agressões menores dada a sua menor probabilidade de causar dano ou ferimentos que necessitem de assistência médica. Os participantes que cometeram um ou mais comportamentos deste tipo, não tendo simultaneamente utilizado violência severa, foram categorizados como "agressores menores". A "violência severa" tem a ver com os actos que comportam alta probabilidade de causar dano - pontapear, morder, esmurrar, bater com um objecto, espancar, ameaçar com arma branca ou de fogo, usar arma branca ou de fogo (Straus & Kantor, 1994)

perceber o contexto e a evolução destes episódios, uma vez que o período de tempo considerado foi apenas de um ano, impossibilitando a avaliação da sequência destes actos, assim como a direcção causal da violência considerada mútua (Straus, 1980).

Estudos posteriores continuaram a replicar estes resultados, somando evidências à ideia de simetria de género na violência conjugal física. Straus e Kantor (1994), já na década de 90, encontraram índices mais baixos de violência severa por parte dos homens e uma subida nos índices de violência menor por parte das mulheres. Estas tendências, para além de corroborarem a ideia anterior de que as mulheres também são agressoras nas relações íntimas, demonstram também que são estas as que cometem um tipo de violência com menor risco – a violência menor (Straus & Gelles, 1980). Numa revisão bibliográfica de estudos na área da violência familiar, Straus (2004) refere cerca de 100 investigações com base em amostras representativas e aleatórias cujos resultados continuam a sustentar a ideia de que as mulheres empregam a violência física tão frequentemente como os homens, quer nas relações maritais quer nouro tipo de relações de coabitação e namoro. Tendo em conta esta e outras revisões bibliográficas amplamente citadas (e.g. Archer, 2000), verificou-se que os estudos sobre violência íntima baseados em amostras representativas e aleatoriamente seleccionadas na comunidade, recorrendo ao CTS como instrumento, têm tendência a encontrar simetria entre homens e mulheres relativamente à agressão física nas relações íntimas (Straus, 1993, 2004; Archer, 2000; Stets & Straus, 1990; O’Leary, Barling, Rosenbaum, Malone & Tyree, 1989).

Termos como “*battered wives*” e “*wife beating*” são expressões que foram desenvolvidas como referência apenas à violência exercida sobre as mulheres. Não obstante, e tendo em conta os resultados encontrados pela vasta investigação realizada, os sociólogos do conflito familiar sugerem a eliminação da referência às questões de género na violência íntima, alegando equidade na vitimação e perpetração de violência física entre homens e mulheres. As várias evidências empíricas conduziram e reforçaram a crença entre estes teóricos de que esta questão não deve ser enquadrada como um problema de violência sobre as mulheres, mas antes como violência entre cônjuges, justificando assim a sua neutralidade relativamente ao género. Terá sido então esta a fundamentação da sua proposta de mudança conceptual quando se refere à violência nas relações íntimas. Ao invés de colocar o ónus da vitimação na mulher, com termos como “*wife abuse*”, “*wife beating*” ou “*violence against women*”, alguns autores sugeriram que o problema seria melhor descrito como “violência familiar” (Morse, 1995), “combate mútuo” (Straus, 1993) ou até mesmo “*husband beating*” (Steinmetz, 1977-78).

1.1.3 A violência íntima exercida por mulheres: agressão primária ou autodefesa?

Durante muito tempo a agressão feminina no seio das relações íntimas foi entendida como um acto de autodefesa. Contudo, essa justificação tem vindo a ser questionada pelos teóricos do conflito familiar que também argumentam que existe na mulher intenção de agredir mesmo sem existência de agressão anterior pelo parceiro.

Em relação às agressões femininas que acabam por ser letais (o homicídio conjugal), Straus (1993, 2004) cita vários estudos que sugerem que uma proporção substancial desses ataques é de comportamentos em autodefesa, retaliação ou actos de simples desespero resultantes de anos de vitimização. Por outro lado, não deixa também de referir outras investigações que defendem que numa percentagem considerável de casos, na ordem dos 40%, são as mulheres que iniciam o episódio, chamando ainda a atenção para o facto de cerca de 60% possuírem um passado criminal, serem impulsivas e violentas.

No mesmo sentido estão os resultados encontrados por Straus e Gelles (1990), mostrando que homens e mulheres são agressores únicos em proporções idênticas (25.9% e 25.5%, respectivamente), o que sugere que, pelo menos esta percentagem de episódios agressivos femininos, não acontece em autodefesa, uma vez que existe agressão por parte da mulher na ausência de retaliação ou agressão anterior por parte do homem. Independentemente de se tratar de violência menor ou severa, concluiu-se que tantas mulheres como homens atacaram os respectivos parceiros sem ter sofrido agressão prévia, o que seria inconsistente com a justificação de autodefesa (Straus, 1993, 2004; Straus, 1980).

O facto de, em 51% dos relacionamentos violentos, terem sido as mulheres as primeiras a agredir, tendo sido encontrados resultados semelhantes por outros autores (Archer, 2000), corrobora a ideia anterior. Straus (1993, 2004) chega mesmo a afirmar que quando os estudos realizados nesta área não ignoram dados sobre as perpetradoras, não excluindo, deste modo, a hipótese de que as mulheres podem iniciar a violência, todos eles encontram uma larga proporção de casos em que é a mulher a elicitadora do episódio.

Ainda assim, a interpretação destes resultados não deve ser desprovida de cautela. Alguns inquiridos podem ter sentido alguma confusão conceptual e ter respondido em termos do início da discussão e não da agressão propriamente dita. Por outro lado, deve ter-se em conta que, mesmo tendo sido a mulher a primeira a bater e a tomar a iniciativa do episódio ou episódios agressivos, tal poderia constituir, mesmo assim, um acto de autodefesa em resposta a uma situação percebida

como ameaçadora, da qual considerasse que não conseguiria escapar de outro modo. Este pode ser, por exemplo, o cenário da mulher que mata o marido abusivo, enquanto este não a está a agredir. Aparentemente, se considerarmos o acto propriamente dito, não estaríamos perante um caso de autodefesa ou retaliação, já que a mulher foi, neste episódio, a única agressora. Contudo, se tivermos em conta o contexto e a história de abuso prévio, poderíamos, por exemplo, perceber que houve várias agressões prévias por parte do marido que podem ter contribuído para a percepção de perigo iminente por parte da mulher, funcionando esta percepção como motivação para a agressão.

Para além disso, é evidente, nestes estudos, a ausência de referências a contextos, significados e motivos para este tipo de violência, pelo que se fica sem saber as circunstâncias envolvidas na perpetração destes actos. Quem inicia o episódio ou quem sofre mais dano são dados contextuais importantes. Não obstante, são insuficientes para uma compreensão global deste tipo de violência. Ficamos, por exemplo, sem saber se terá havido uma história anterior de maus tratos iniciados pelos homens. Ao considerarmos o facto de o episódio mais recente ter sido iniciado pela mulher, ignoramos a história e o contexto promotor de tal acto (Straus, 1993).

Alguns autores feministas (Saunders, 1990; Currie, 1998; Dobash & Dobash, 2004; Kurz, 1993; Yllö, 1993), como adiante veremos, acreditam que há importantes diferenças quantitativas e qualitativas entre géneros nas motivações para a agressão. São, porém, ainda escassos e inconclusivos os estudos nesta área, questão que pode apenas ser resolvida com investigação empírica. Excepção é atribuída à documentação existente sobre o dano infligido, em que se reconhece que são efectivamente as agressões masculinas as que provocam mais dano (Straus, 2004). Contudo, o facto de os homens infligirem a maior parte dos danos severos não diminui a importância que deve ser atribuída ao dano provocado pelas agressões femininas. De facto, alguns estudos encontraram percentagens significativas, mesmo que em menor número, de dano provocado por mulheres (Tjaden & Thoennes, 2000; Stets & Straus, 1990), pelo que tal deveria ser igualmente considerado como um sério problema familiar, criminal e de saúde (Straus, 2004).

1.1.4. A violência exercida por mulheres como um problema social grave: "the marriage licence as a hitting licence"

Na perspectiva de Straus (1993, 2004), parece existir uma norma cultural implícita que legitima as agressões menores femininas em determinadas circunstâncias e que está a contribuir para o aumento de violência íntima por parte

das mulheres. Este tipo de violência deve, assim, ser considerado como um problema social grave e merecedor de atenção, tal como seria se os homens "apenas" dessem bofetadas às suas esposas, mesmo sem produzir dano físico grave.

Dados obtidos a partir do National Family Violence Survey (Straus, 1980; Straus & Gelles, 1990) demonstraram maior aceitação pública para o acto de uma mulher dar uma bofetada ao seu marido do que o contrário. Segundo o autor, estas normas culturais de tolerância à violência "menor" podem ser aprendidas de várias maneiras, sendo, hoje em dia, os *mass media* um dos seus principais veículos. Podemos assistir, de facto, a cenas diárias em programas de transmissão televisiva em que a mulher agride o homem com uma bofetada em resposta a algum tipo de conflito ou afronta. Tais actos considerados "moralmente correctos" e justificáveis, como dar uma bofetada a um namorado traidor ou a um marido que chega alcoolizado a casa, podem surtir um importante efeito de reforço da tolerância tradicional da agressão no casamento. Outro efeito possível e igualmente perigoso resultante deste processo prende-se com o facto de a justificação moral da agressão que está implícita quando uma mulher dá uma bofetada ou atira algum objecto ao parceiro, acabar por reforçar a justificação moral deste último para retribuir a agressão. Isto é, usar comportamentos de violência menor contra o parceiro aumenta a probabilidade de agressão por parte dos homens, retaliação esta que pode, por vezes, ser imediata e ainda mais severa (Straus, 1993, 2004).

O aumento da violência menor por parte das mulheres pode também estar relacionado com o facto de as campanhas de combate à violência doméstica serem preferencialmente dirigidas aos homens, encarados como os principais agressores. Por outro lado, pode constituir uma consequência indesejada da crescente igualdade entre homens e mulheres, significando que estas estariam a adquirir não só a capacidade económica e poder até então adjudicada apenas aos homens, mas também algumas características menos desejáveis, como é exemplo um maior envolvimento no crime. Numa cultura como a norte americana, que tendia a glorificar a violência, foi detectado, de 1985 a 1992, um padrão crescente de enaltecimento de actos violentos por parte das mulheres. Estes resultados estão em consonância com a crescente aprovação social do comportamento da mulher *que dá uma bofetada ao marido* (Straus & Kantor, 1994; Frieze, 2000) e que, mesmo considerando que o seu comportamento é inofensivo e justificado, está inadvertidamente a ajudar a reforçar a norma cultural que torna o casamento numa "licença para bater" (Straus, 1993, 2004).

Tendo em conta este panorama, o autor propõe uma mudança nas políticas de prevenção da violência doméstica, sugerindo que um dos passos necessários à prevenção primária da violência contra as mulheres seria a sua sensibilização para a inibição do exercício de comportamentos violentos aparentemente inofensivos e justificáveis contra os seus parceiros, evitando assim o risco de retaliação mais severa por parte destes e o reforço ou justificação deste tipo de violência. Straus (1993) tenta afastar o aparente "*victim blaming*" ao reconhecer que, mesmo sendo a violência exercida pelas mulheres uma das causas da violência contra elas, tal não justifica a violência exercida pelos homens, devendo constituir prioridade nos serviços de apoio à vítima a violência conjugal sobre as mulheres. Argumenta ainda que é da responsabilidade de ambos os sexos abster-se do recurso à violência, ainda que retaliativa, tanto em casa como noutros cenários (Straus, 1993, 2004; Straus & Kantor, 1994).

Contudo, outros autores argumentam que a tomada de consciência de que as mulheres também podem ser violentas implica a necessidade de examinar o que acontece aos homens vítimas (Frieze, 2000), uma vez que estão disponíveis dados que revelam que há homens que sofrem dano às mãos das suas companheiras (Archer, 2000). O problema estaria apenas tão escondido como estava o fenómeno das mulheres batidas antes das investigações feministas na década de 70. Apesar de existirem muitos serviços disponíveis para as mulheres batidas, o mesmo não se verifica para os homens batidos, pelo que deveria existir uma preocupação com o desenvolvimento desse tipo de serviços (Frieze, 2000)

A inclusão de medidas de prevenção do tipo de violência exercido por mulheres deve ser contemplada na agenda do combate à violência conjugal e/ou íntima por uma panóplia de razões válidas. A razão fundamental tem a ver com a reprovação do recurso à violência na resolução de conflitos. Em segundo lugar, não pode ser ignorado o facto de um terço do dano ou morte devido a violência íntima ser provocado por mulheres (Straus, 1993). Em terceiro lugar, as mulheres que agredem os seus parceiros estão a modelar comportamentos violentos nos seus filhos. Para além disto, existe um perigo de escalada da violência quando a mulher comete actos de violência menor. Finalmente, e conforme já referido, ao agredir o seu parceiro a mulher está a validar a norma cultural tradicional que legitima um determinado nível de violência entre o casal, contribuindo, assim, para a perpetuação de um sistema em que acabam por ser predominantemente vítimas (Straus, 1993, 2004).

Não podemos negligenciar, como adiante veremos, que os dados que sustentam estas conclusões se baseiam essencialmente em estudos quantitativos. A

quantificação, por si só, ignora o contexto, os significados e as consequências desses actos, variáveis de ampla relevância para a compreensão da violência exercida pelas mulheres contra os seus parceiros, o que não significa, porém, que não estejamos perante casos de violência. Estes e outros argumentos constituem o cerne das críticas tecidas pelas feministas aos sociólogos do conflito familiar, a seguir desenvolvidas.

2. A Abordagem Feminista à violência íntima perpetrada por mulheres: da simetria à assimetria de género na violência íntima

Segundo as feministas, através de um exame mais atento à abordagem teórica dos sociólogos do conflito familiar à violência exercida por mulheres nas relações íntimas pode encontrar-se algumas assunções supostamente erradas que guiam as suas interpretações dos dados que recolhem. Estes investigadores ancoram-se na abordagem dos sistemas familiares para analisar o uso da violência de homens e mulheres (Kurz, 1993), acreditando que a origem do problema reside na natureza da própria família e não na relação entre marido e mulher (Gelles, 1983; Gelles & Straus, 1988, cit. in Kurz, 1993), partindo do princípio de que a violência afecta todas as relações familiares. Segundo Straus e colegas (1980, cit. Kurz, 1993), a violência estaria imbuída na estrutura da sociedade e no próprio sistema familiar, sendo a violência conjugal apenas um aspecto do padrão geral da violência familiar, que inclui violência sobre menores, entre crianças, sobre idosos e entre cônjuges. Os teóricos do conflito familiar acreditam que a violência nas famílias contemporâneas americanas é causada por vários factores sociais estruturais, incluindo *stress* advindo de difíceis condições de trabalho, desemprego, insegurança financeira e problemas de saúde e pelas normas sociais mais abrangentes que toleram a violência como meio de resolução de conflitos, ou seja, por uma aceitação pública da violência enquanto estratégia de resolução de conflitos (Straus et al., 1980, cit. in Kurz, 1993).

Por seu turno, do ponto de vista feminista, apesar de as normas culturais que regulam a violência e as condições de vida desfavoráveis poderem influenciar o uso da violência pelos indivíduos, estas normas culturais mais abrangentes e as condições sociais são mediadas pelas normas das instituições particulares, como é o caso do casamento. No casamento, as normas que promovem a dominância masculina nas relações heterossexuais, associadas ao direito socialmente reconhecido ao homem de utilizar a força física, interferem directamente nos comportamentos perpetrados no âmbito da relação conjugal. Para as feministas, o género é um dos principais organizadores sociais, envolvendo todas as relações sociais e impregnando todo o contexto social em que as pessoas se inserem (Kurz, 1993).

As feministas criticam a teoria do conflito familiar por esta equacionar a violência conjugal com o abuso de idosos ou crianças e por considerar as mulheres apenas um grupo entre um número de diferentes tipos de vítima. As feministas acreditam que o abuso de mulheres deve ser comparado apenas com outros tipos de violência contra as mulheres como a violação, violação marital, assédio sexual e incesto, todos eles também produtos da dominância masculina. Argumentam assim

que os sociólogos do conflito familiar negligenciam a influência do género no casamento e nas relações heterossexuais, vendo o poder na família como um fenómeno isento da influência do género. O casamento tem sido e continua a ser, para as feministas, uma instituição onde o marido tem mais poder que a mulher, cabendo aos homens o papel de principais provedores de sustento e às mulheres a responsabilidade pelas crianças e pelo trabalho doméstico, não tendo, tipicamente, o mesmo poder que os homens. Deste modo, a questão do poder não pode ser neutra à questão do género (*ibidem*). O uso da força por mulheres e raparigas precisa de ser analisado num enquadramento que mantenha as questões do poder e do controlo centrais à definição de violência conjugal, identificando o contexto histórico, social e económico no qual os papéis, oportunidades e poder social diferem entre homens e mulheres.

Os princípios básicos do conflito familiar e feministas parecem, assim, ser irreconciliáveis, já que cada grupo tem vindo a manifestar forte desacordo.

A ideia da simetria de género no exercício da violência física nas relações íntimas e, em particular, nas relações conjugais (Straus, 1980; Gelles & Straus, 1990; Straus, 1993, 2004; Stets & Straus, 1990) tem vindo a ser alvo de diversas críticas, sendo os investigadores feministas os seus principais propulsores. Quando estão perante conclusões publicadas que indicam que há mais mulheres que homens a recorrerem à violência física sobre os seus companheiros, as respostas de muitos são de dúvida sobre essas conclusões, críticas aos estudos ou até atribuição de "epítetos" aos seus autores (O'Leary, 2000), persistindo a controvérsia até hoje, apesar do rigor crescente dos métodos de investigação (Saunders, 2002).

Terão sido os próprios sociólogos do conflito familiar os primeiros a salientar a necessidade de alguns cuidados no uso e interpretação dos dados obtidos através dos seus estudos epidemiológicos, com a ressalva de que o foco da intervenção deveria ser mantido nas mulheres vítimas. De facto, é inegável que os maridos apresentam uma taxa de comportamentos agressivos mais perigosos, mais frequentes e com maior probabilidade de provocar dano (Straus, 1993). Para além disso, as mulheres estão, geralmente, mais dependentes financeiramente dos homens, o que pode contribuir para a sua permanência na relação, e podem ainda recorrer à violência como uma estratégia de autodefesa (Saunders, 1990).

Apesar de algumas revisões bibliográficas (e.g. Archer, 2000), ainda relativamente pouca investigação tem sido conduzida sobre as similitudes e diferenças entre a violência íntima masculina e feminina. Há estudos sobre a severidade da violência (Morse, 1995), impacto (Cantos et al., 1994; Stets & Straus, 1990), severidade do dano (Cascardi et al, 1992), procura de ajuda (Stets & Straus, 1990) e

impacto emocional da violência marital (Stets & Straus, 1990). Tomado como um todo, esta crescente investigação sugere que as mulheres admitem usar e até iniciar violência contra os seus parceiros. Contudo, as mulheres têm também mais probabilidade de ser magoadas e feridas severamente, constituindo a principal procura dos serviços de saúde na sequência da violência (Archer, 2000).

Em suma, as feministas têm encetado um esforço de demonstração de que existem importantes diferenças quantitativas e qualitativas entre a violência íntima masculina e feminina. Algumas acusam mesmo a teoria do "combate mútuo" de ser um mito, já que há fortes evidências de que as principais vítimas que procuram ajuda e que evidenciavam mais ferimentos continuam a ser mulheres (Berk, Berk, Loseke & Rauma, 1981, cit. Saunders, 1990), as mulheres raramente iniciam a violência e, em caso de a exercerem, é mais provável que seja em autodefesa (Saunders, 1990). Segundo estas autoras, a conceptualização do problema como "*spouse assault*", "*family violence*" ou "*mutual combat*", proposta pelos teóricos do conflito familiar, trivializa a situação difícil das mulheres batidas e diverge a atenção das causas da violência contra as mulheres, nomeadamente a desigualdade de género e a dominância masculina (Kurz, 1993).

Tendo em conta estas divergências, neste espaço iremos abordar as principais críticas feministas tecidas aos teóricos do conflito familiar, as diferentes tradições metodológicas, a inclusão do género na análise da violência conjugal e íntima, a violência feminina enquanto autodefesa e as principais diferenças entre géneros no que refere ao exercício da violência conjugal.

2.1. Mulheres Vítimas ou Perpetradoras? Uma Questão Metodológica

A questão da simetria ou assimetria de género nas questões da violência íntima, assim como as diferenças de género na vitimação e perpetração de violência marital, não podem ser devidamente analisadas se não tivermos em conta a metodologia subjacente às conclusões apresentadas assim como a constituição da amostra estudada, sendo que variações nestas dimensões podem alterar significativamente os resultados encontrados. Se os resultados obtidos tiverem como base uma amostra representativa e definições restritas de agressão física (que não incluam, por exemplo, a agressão sexual), as taxas de agressão física tendem a ser similares entre homens e mulheres. Por outro lado, quando aos resultados subjaz uma amostra clínica, é mais provável que sejam os homens a exercer agressão física contra as suas parceiras. Deste modo, a resposta à questão sobre as diferenças de género na violência íntima depende de nos estarmos a referir a todo o tipo de

agressão física que ocorre, adoptando uma definição mais lata de violência física que inclui a agressão sexual e o homicídio ou de nos cingirmos a uma definição mais restrita de violência física (Archer, 2000). Assim, muita da controvérsia gerada pelos dados publicados acerca das diferenças de género na violência íntima deve-se, em grande parte, à falha dos autores em distinguirem entre diferentes tipos de amostra e diferentes definições de agressão física (O'Leary, 2000).

Uma das principais críticas apontadas pelas feministas aos sociólogos do conflito familiar prende-se, precisamente, com o tipo de amostra e a metodologia utilizada, argumentando que estes investigadores não só negligenciaram as questões do género e do poder na análise do sistema familiar, como se socorreram de metodologias (essencialmente, estudos quantitativos epidemiológicos e testes psicológicos) que deveriam ser rejeitadas por, na perspectiva feminista, serem patriarcais na sua natureza (Bograd, 1988; Yllö, 1988, cit. in Langhinrichsen & Rohling, 1995), procurando beneficiar apenas os seus valores e as suas agendas. Segundo as feministas, a investigação quantitativa tem sido usada historicamente para apoiar valores patriarcais e elitistas, não conseguindo dirigir-se significativamente aos problemas sociais (Currie, 1998; Bograd, 1990).

Assim, enquanto os teóricos do conflito familiar sugerem que a violência conjugal exercida por mulheres seria um problema genuíno que foi posto a descoberto pelo rigoroso recurso a amostras representativas e métodos quantitativos de recolha de dados, as investigadoras feministas advertem para o facto do uso de métodos que se limitam a medir actos de agressão física e ignoram o contexto e o significado da violência falharem na demonstração de várias e óbvias diferenças entre a violência perpetrada por homens e por mulheres (Nazroo, 1995). As feministas partem, sobretudo, de amostras clínicas, não representativas e seleccionadas, usualmente, de abrigos, hospitais ou relatórios policiais, no sentido de demonstrar que a violência nas relações íntimas é quantitativa e qualitativamente diferente entre os géneros e encontrando resultados que apontam 90 a 95% da violência íntima entre parceiros como envolvendo um agressor masculino contra uma companheira ou ex-companheira (Dobash et. al., 1992; Johnson, 1995; Saunders, 1990; Anderson, 2002; Currie, 1998).

As investigadoras feministas têm vindo, assim, a tecer críticas incisivas aos investigadores do conflito familiar, quer sobre a noção de "simetria de género" na violência íntima, quer sobre o tipo de medidas utilizadas, especificamente a "*Conflict Tactics Scale*" - CTS (Melton & Belknap, 2003; Currie, 1998). Entre os problemas mais frequentemente identificados nos estudos que demonstram, com base no CTS, a

simetria de género na violência íntima, encontra-se o modo com a violência é enquadrada, a exclusão de itens relacionados com o abuso sexual e a exclusão da amostra dos casais separados (Saunders, 2002), como adiante veremos.

2.1.1. A *Conflict Tactics Scale* como um instrumento ao serviço da teoria da simetria de género

Os investigadores feministas argumentam que a abordagem epidemiológica ao fenómeno da violência conjugal, recorrendo ao uso de questionários estruturados para avaliar actos de agressão, acarreta sérios problemas teóricos e metodológicos, encarando o CTS como um instrumento com várias limitações enquanto medida do comportamento violento nas relações íntimas e que erroneamente apoia a perspectiva do conflito familiar ou da simetria de género. Mais especificamente, este instrumento tem sido criticado por não considerar o contexto, motivações, significados e consequências da violência íntima e, deste modo, adulterar o papel do género na vitimização e agressão (Dobash et al., 1992; Morse, 1995; Melton & Belknap, 2003; Nazroo, 1995; Cascardi & Vivian, 1995), concentrando assim as suas críticas, não na fiabilidade do instrumento, mas na interpretação dos resultados (Currie, 1998).

De um modo geral, na literatura, as falhas apontadas ao CTS rondam em torno de três questões essenciais referentes à sua estrutura, à extrapolação de resultados e à falta de enquadramento teórico das suas interpretações.

Em termos estruturais, este instrumento foi criticado pela ordem de apresentação dos comportamentos abusivos (Currie, 1998) (supostamente um continuum desde comportamentos menos abusivos, como a agressão verbal até comportamentos mais abusivos, como agredir com arma), pondo de parte o facto de que a agressão verbal pode ser mais nociva que a agressão física (Straus, 1993) e que, partindo da perspectiva de muitas mulheres, em vez da dos investigadores ou polícias, a humilhação psicológica e a agressão verbal podem ser mais dolorosas do que as agressões físicas, produzindo resultados mais devastadores (DeKeseredy & MacLeod, 1997; Walker, 1979, cit. in Currie, 1998; Cascardi & Vivian, 1995).

É também importante não só compreender o que o CTS pretende medir, mas também explicitar as dimensões que este instrumento não consegue avaliar, como é o caso das ofensas sexuais e da violência praticada por ex-esposos, variáveis que os sociólogos do conflito familiar não incluem no conceito de violência familiar. Isto torna-se tão mais crucial quanto um número significativo de agressão marital corresponde a agressão sexual (Kimmel, 2002; Saunders, 2002). O *National Violence Against Women Survey* demonstrou que 7.7% de todas as mulheres inquiridas já

teriam sido violadas pelos seus parceiros em alguma altura da sua relação (Tjaden & Thoennes, 2000). Contudo, os autores do CTS (Straus & Gelles, 1990) não incluíram a categoria "violação" ou "agressão sexual". Com certeza que se a agressão sexual tivesse sido incluída teriam sido encontradas mais diferenças entre homens e mulheres em termos de gravidade de actos perpetrados, com as mulheres a sofrerem agressões mais severas, mais passíveis de provocar ferimentos (Kimmel, 2002; Saunders, 2002). Paralelamente, as amostras consideradas pelas investigações com o CTS contemplam apenas os casais que coabitam, excluindo a violência exercida por ex-esposos ou ex-companheiros. Este facto assume alguma relevância pois existe um número significativo de crimes domésticos cometidos por antigos parceiros, havendo, inclusive, um acréscimo de 50% do risco de homicídio para as mulheres que abandonam os esposos; ao não considerar este tipo de agressões, os investigadores podem deixar para segundo plano um terço de todas as agressões íntimas (Kimmel, 2002; Saunders, 2002).

As interpretações dos resultados a partir do CTS são o alvo das principais críticas à metodologia utilizada pelos sociólogos do conflito familiar. Por exemplo, este instrumento não contempla o grau de gravidade dos actos mencionados, assim como o grau de dano que deles pode resultar, sendo um dos seus principais pontos fracos a descontextualização dos actos de violência, propiciada pela separação dos actos discretos do seu contexto situacional (Langhinrichsen- Rholing et al., 1995; Currie, 1998). De igual modo, este instrumento não considera a natureza da relação íntima, o elemento que inicia a agressão e o tamanho e força das pessoas envolvidas, pormenores que interferem certamente na experiência do episódio de violência mas não no *score* final do CTS (Kimmel, 2002).

Os métodos de *scoring* estão concebidos de tal modo que é apenas necessário que o inquirido admita a perpetração de um único acto agressivo da lista para ser classificado como violento. Isto implica que os que perpetraram vários actos severos, independentemente da severidade, e aqueles que relataram cometer um acto único, independentemente da sua "trivialidade", são ambos categorizados como sendo fisicamente violentos. Se a quantidade de actos pode até ser similar, a sua natureza e consequências são muito diferentes. Por exemplo, uma mulher que admite que "tentou bater no parceiro" é equiparada ao homem que "espancou" a sua companheira – ambos perpetraram um acto de violência. Partindo da contagem de actos agressivos pode chegar-se à conclusão de simetria de género, mas a especificação clara da sua natureza permite-nos captar as diferenças de género na perpetração da violência.

O problema torna-se, assim, num problema de definição do que é ou não violência. Aquando da recolha de dados, a informação reunida pode, de facto, incidir

sobre uma variedade de actos físicos e sexuais, assim como vários actos de agressão verbal mas, no final, aquando da apresentação de resultados, todos estes comportamentos diferentes são condensados numa só categoria de "violência", "abuso" ou "agressão" (Dobash & Dobash, 2004; Nazroo, 1995). Sendo assim, o CTS não permite o acesso a todas as características da violência íntima ou conjugal, como, por exemplo, a intenção de magoar, o medo, a atribuição da culpa, danos causados, consequências físicas e psicológicas, entre outros. Estas dimensões da violência são mais sensíveis às diferenças de género do que a simples soma de actos descontextualizados (Langhinrichsen- Rholing et. al., 1995).

2.1.2. A descontextualização dos comportamentos abusivos

A disjunção dos actos violentos do seu contexto quotidiano, patente na CTS, não permite ao investigador a identificação de motivos específicos para tais comportamentos. Apesar de comumente nos reportarmos à violência íntima como "episódios" ou "eventos", não podemos esquecer que a violência é uma expressão e o culminar de todo um processo de interacção e de troca entre o casal. Existe ampla documentação que mostra que os padrões culturais continuam a reflectir um desnível de poder entre homens e mulheres que os tornam diferentes nestes processos de interacção. Se partirmos do princípio de que existem diferenças entre homens e mulheres no que toca ao exercício da violência marital, então esta questão só poderá ser estudada tendo em conta a dinâmica da relação e as suas múltiplas dimensões: a forma, a frequência, impacto psicológico, dano/consequências físicas, elementos contextuais e precipitantes, função do comportamento violento, padrões de conflito e motivações (Cascardi & Vivian, 1995), tarefa melhor efectuada através de investigação qualitativa. Não enquadrando os resultados obtidos a partir do CTS nestas dimensões, os dados quantitativos terão sido erradamente interpretados como evidências da igualdade de género no que toca à violência nas relações íntimas.

Neste sentido, o CTS é considerado como um instrumento que quantifica muito bem a frequência do abuso mas que pouco ou nada nos diz acerca da natureza, contexto ou etiologia da violência conjugal (Currie, 1998; Saunders, 1990; Dobash e Dobash, 2004; Cascardi & Vivian, 1995; Nazroo, 1995). Como resultado, os géneros são frequentemente considerados como simétricos no que toca à perpetração de actos equivalentes de violência física no seio das relações íntimas (Cascardi & Vivian, 1995; Dobash & Dobash, 2004). Perante este cenário, as feministas acusam o CTS de obscurecer a importância do género (Yllö, 1993), sustentando que estas questões só poderão ser entendidas adequadamente se tivermos em conta as questões do género

e do poder (Yllö, 1993), e o contexto cultural em que se inserem (Frieze, 2000; Archer, 2000). Esta abordagem neutral do ponto de vista do género implica que as diferenças nos significados pessoais e sociais da violência perpetrada por homens e mulheres seja ainda mais difícil de investigar. Esta negligência de significados seria, supostamente, uma das aparentes forças do questionário estruturado – a medição de actos sem permitir a contaminação por interpretações potencialmente enviesadas. Contudo, esta posição pode catapultar para o esquecimento significados sociais e pessoais associados aos actos, obstando características importantes da violência feminina e masculina.

2.1.3. Violência contra as mulheres ou violência entre cônjuges? - Uma questão de perspectiva

A abordagem metodológica do estudo da violência íntima ou da violência conjugal em muito depende do modo como o investigador pretende colocar a questão: se a encaramos partindo do princípio de que se trata de uma agressão masculina contra as mulheres no âmbito de uma estrutura patriarcal ou se assumimos que deve ser visto como um problema de violência entre cônjuges.

As investigadoras feministas têm vindo a demonstrar que a violência exercida por homens é comum, frequentemente severa e persistente, frequentemente com consequências físicas, psicológicas e sociais, procurando evidenciar a extensão da estrutura patriarcal como desígnio subjacente à própria investigação. Encaram a violência marital, assim como outras formas de violência masculina sobre mulheres, como uma forma de dominação social através da qual as mulheres permanecem subordinadas e controladas pelos homens (Hanmer & Maynard, 1987, cit. Nazroo, 1995), sendo a violência vista com um papel central na manutenção deste poder (Nazroo, 1995). De acordo com a tradição metodológica feminista, a abordagem ao estudo da violência conjugal emprega fundamentalmente entrevistas em profundidade com amostras relativamente pequenas de mulheres que são, normalmente, seleccionadas devido às suas experiências anteriores de violência marital (Nazroo, 1995; Kurz, 1993).

A abordagem do conflito familiar e a abordagem feminista ao fenómeno da violência marital entraram, inevitavelmente, em conflito, sendo que este último acabou por focar-se, sem surpresa, no relato das altas taxas de violência perpetrada por mulheres, acabando, previsivelmente, por surgir também algumas críticas da primeira perspectiva relativamente à segunda.

Straus (1993) argumenta que as altas taxas de violência feminina encontradas são o resultado de efectivas amostragens randômicas e que as feministas acabaram por falhar ao não questionarem as mulheres acerca de comportamentos violentos que elas possam ter exercido sobre os seus companheiros. Este autor chega mesmo a acusar as feministas de suprimirem dados indicativos de violência feminina na conjugalidade. Outros tecem ainda comentários cujo teor se centra no facto de a abordagem descritiva não promover uma completa compreensão do problema, podendo vir até a gerar mais especulação não fundamentada acerca das causas e da extensão da violência conjugal, acrescentando ainda que, na ânsia de expor a opressão das mulheres, as experiências de violência marital vivenciadas pelos homens, quer como vítimas, quer até como perpetradores, foi largamente esquecida (Nazroo, 1995).

Os sociólogos do conflito familiar defendem-se ainda alegando que, reconhecendo algumas lacunas, foram adicionados ao CTS a maior parte dos dados contextuais de relevo, como questões sobre quem iniciou o conflito e medidas dos efeitos da violência marital, em particular dos danos psicológicos e físicos (Straus, 1993; Stets & Straus, 1990). Contudo, esta abordagem por questionário estruturado fez persistir as suas limitações na explicitação e contextualização dos resultados obtidos.

Deste modo, parece-nos evidente que devemos ter em conta o argumento feminista de que a compreensão da aparente simetria entre a violência conjugal exercida por homens e por mulheres requer o conhecimento do contexto, significados e efeitos dos actos de agressão e que este é crucial para a compreensão da violência marital. Se o contexto e o significado forem ignorados, como acontece nas medidas baseadas puramente em actos discretos, tal como no CTS, aparentemente a probabilidade de exercer violência na relação conjugal será a mesma para homens e mulheres. De outro modo, se o contexto e o significado forem incluídos, quer nos sistemas de medida qualitativos, quer quantitativos, torna-se imediatamente evidente que a violência conjugal masculina é, normalmente, mais perigosa e ameaçadora do que a violência feminina, com maior probabilidade de resultar em dano físico e psicológico (Nazroo, 1995).

A pura contagem de actos desvia a atenção de padrões relacionados de controlo e abuso nas relações, deixando de parte outros tipos de intimidação e dominação não violenta como o abuso verbal, ameaças de suicídio, violência contra a propriedade e animais domésticos, crianças e outros familiares. A concepção da violência como uma tática de conflito falha na convergência entre o uso da violência e o exercício de poder. Yllö (1993) argumenta que a violência seria melhor

conceptualizada como uma tática de controlo coercivo por forma a manter o poder do marido sobre a sua companheira.

Constatando que a disparidade entre as correntes teóricas do conflito familiar e feminista seria um problema também metodológico, alguns autores sugeriram ser possível a construção de pontes entre ambas, se ambas se apercebessem das vantagens do uso da metodologia oposta. Contudo, os argumentos de cada uma dessas correntes parecem reflectir um outro tipo de divisão, para além das diferentes tradições metodológicas. Por exemplo, Straus (1993; 2004), na defesa da sua perspectiva, revela que o cerne da questão da violência íntima é o "erro moral intrínseco que é atacar o cônjuge" (Straus, 1993, pp.80), pelo que acaba por concluir que qualquer acto de violência é igualmente errado e que, se não condenarmos a violência exercida pelas mulheres tanto como condenamos a violência exercida por homens, podemos confluir na "indesejada validação das normas culturais tradicionais que toleram um determinado nível de violência entre cônjuges" (Straus, 2004, pp.80).

Por seu turno, o interesse feminista na violência marital inclui a exploração da estrutura patriarcal da família, estando explicitamente ligada a outras formas de violência masculina sobre as mulheres (Kurz, 1993). Assim sendo, a violência conjugal perpetrada por mulheres não é passível de possuir o mesmo significado e consequências da violência masculina. Consequentemente, as duas perspectivas correm o risco de não poderem ser integradas (Nazroo, 1995).

2.1.4. A origem dos dados de investigação: O tipo de estudo e a constituição da amostra

As diferenças encontradas nos índices de violência perpetrada por mulheres foram atribuídas quer à composição da própria amostra (Archer, 2000), quer à forma como o estudo é apresentado ao inquirido (Johnson, 1995; Nazroo, 1995; Straus, 1999). Por exemplo, os estudos sobre o conflito familiar mostram, tipicamente, índices de violência aproximados entre os géneros; os estudos sobre o crime encontram índices de violência geral mais baixos e um maior índice de agressão e severidade dos homens (Nazroo, 1995; Straus, 1999). Tal está relacionado com a forma como o estudo é apresentado aos inquiridos (Tjaden & Thoennes, 2000; Straus, 1999). Os estudos do crime perguntam se o indivíduo já foi vítima de crime. Deste modo, todos aqueles eventos que envolvam algum tipo de agressão mas que não sejam considerados pelos participantes como crime, não serão mencionados. Daí estes estudos apresentarem menores índices de agressão entre parceiros. A maior

dificuldade dos estudos sobre crime e vitimação, na perspectiva de Straus (1993), é que a maioria das pessoas pensam que, por exemplo, levar uma bofetada é errado, mas não constitui um crime. Assim, a tendência é para que as pessoas reportem os ataques apenas quando estes são experienciados como um crime real, resultando em ferimento ou perpetrado por ex-companheiros (Straus, 1993). Por outro lado, os estudos sobre o conflito familiar são apresentados aos inquiridos com uma introdução que normaliza o conflito em contextos íntimos, perguntando-lhes se, na resolução de conflitos familiares já utilizaram determinado tipo de comportamento. Tais conflitos são descritos em termos de desacordos acerca de decisões importantes ou aborrecimentos sobre algo que a outra pessoa faz ou simplesmente discussões ou agressões quando alguém está cansado ou de mau humor. Tal introdução encoraja os participantes a admitir comportamentos violentos que possam exercer (Straus, 1980). Portanto, podemos concluir que os dois tipos de investigação chegam a resultados diferentes porque também medem fenómenos diferentes (Kimmel, 2002).

Algumas revisões da literatura apontam outras causas, nomeadamente as diferenças na constituição da amostra como a explicação mais provável para as diferenças entre sexos encontradas nas taxas de prevalência da violência íntima. As amostras seleccionadas aleatoriamente na comunidade, tipicamente utilizadas pelos estudos sobre o conflito familiar, tendem a evidenciar índices semelhantes de agressão entre homens e mulheres, ao contrário das amostras clínicas, tipicamente utilizadas pelas feministas, de pessoas que procuram ajuda ou envolvidas no sistema de justiça, onde se encontram os casos mais graves (Archer, 2000; Johnson, 1995; Straus, 1999). Estas diferenças, porém, não significam que uma abordagem esteja correcta e a outra não. Ambas estão correctas; simplesmente, aplicam-se a tipos de pessoas diferentes, reflectindo diferentes aspectos da agressão conjugal.

A maioria da violência revelada pelos estudos do conflito familiar é normalmente, violência menor e pouco frequente, enquanto a maior parte da violência revelada pelas estatísticas oficiais é crónica, severa e envolve ferimentos que requerem assistência médica. O tipo de generalizações que se podem extrapolar destes diferentes tipos de estudo é o que Straus (1999; 1993) denomina de "falácia clínica" e "falácia da amostra representativa".

Ao utilizarmos os dados baseados em casos clínicos para decidirmos como lidar com a violência menor encontrada na população em geral estamos a incorrer na "falácia clínica". Em oposição, as amostras da comunidade contêm poucos casos de violência severa, acabando por não abranger os casos extremos, pelo que também não poderemos utilizar as informações resultantes de estudos com este tipo de amostra para a prevenção ou intervenção nos casos clínicos – isto constituiria a

"falácia da amostra representativa". Tanto os dados das amostras representativas como os dados das amostras clínicas são necessários e úteis para o desenvolvimento de estratégias de intervenção. Os dados de amostras representativas podem ser de maior utilidade para informar programas dirigidos à comunidade mais alargada, especialmente àqueles de prevenção primária (Straus, 1993;1990;1999); estes estudos são úteis em apontar a casualidade com que a violência estrutura as nossas vidas (Kimmel, 2002). Por seu turno, os dados de amostras clínicas, cujos estudos incluem uma definição mais lata de violência com ênfase no dano, são úteis para informar programas concebidos para tratar ofensores ou ajudar as vítimas de agressão severa e repetida (Straus, 1999; 1990; 1993).

2.1.5. Os efeitos do auto e do hetero relato

Finalmente, existe um aspecto essencial que, pela importância do viés que pode causar, merece algum desenvolvimento – aludimos à fidelidade (ou à sua ausência) dos relatos dos inquiridos, que pode, por um lado, sofrer efeitos de memória na análise retrospectiva e, por outro lado, o viés de relato associado às diferenças de género. O CTS (como, na nossa opinião, qualquer outro instrumento que se baseie em auto ou hetero-relatos) apoia-se na retrospectiva, pedindo às pessoas para se lembrarem apuradamente de acontecimentos decorrentes no ano anterior das suas vidas. Uma vez que a memória serve, muitas vezes, os nossos interesses correntes, a retrospectiva pode não ser totalmente fiável, sendo improvável que o inquirido proporcione uma tradução exacta do que realmente aconteceu (Kimmel, 2002; Saunders, 2002; Cascardi & Vivian, 1995).

Alguns estudos têm vindo a sugerir que existem diferenças entre homens e mulheres nos seus auto e hetero relatos, o que pode acabar por induzir em erro os investigadores, enviesando os próprios resultados (Dobash & Dobash, 2004; Margolin, 1987, cit. Dobash & Dobash, 2004; Szinovacs & Egley, 1995; Kimmel, 2002; Cascardi & Vivian, 1995; Cantos, Neidig & O'Leary, 1993).

Acredita-se, no senso comum, que os homens tendem a não revelar que são vitimados, por se sentirem menos viris e envergonhados e que as mulheres, por seu turno, sobrestimariam o número de vezes que são batidas, servindo os seus próprios interesses em possíveis alegações de agressão conjugal e em processos de regulação de poder paternal. Contudo, as evidências empíricas apontam firmemente noutra direcção, sugerindo um quadro muito diferente.

No que diz respeito aos homens, estes tendem a sub-reportar os comportamentos de violência por si perpetrados (Szinovacs & Egley, 1995; Kimmel,

2002), assim como a minimizar a severidade das suas agressões (Cascardi & Vivian, 1995), o que se pode dever ao facto de se sentirem diminuídos por não conseguirem “controlar as suas esposas” sem ser pela violência (Kimmel, 2002), ou simplesmente porque tal é socialmente reprovado. Já no que se refere ao hetero relato, isto é, na revelação dos actos violentos perpetrados pelas suas companheiras sobre eles, a tendência é de sobrestimação. De facto, as evidências empíricas disponíveis mostram que os homens que são agredidos pelas suas mulheres chamam a polícia e apresentam queixa mais vezes do que elas (Ferrante et. al, 1996; Rouse, Breen & Howell, 1988; Schwartz, 1987; cit. in Kimmel, 2002).

Já no que diz respeito às mulheres, estas são normalmente socializadas no sentido de não recorrerem à violência; como resultado, tendem a lembrar-se de todas as vezes que o fizeram, uma vez que tais actos podem ser vistos como “transgressões sociais”, acabando por sobrestimar as suas agressões (Kimmel, 2002). Em termos de agressões sofridas, há uma tendência das mulheres para sub-reportar a violência dos seus parceiros, facto que se deve, em grande parte, às normas sociais que regem a vida doméstica e que leva a que, muitas vezes, as mulheres desvalorizem, minimizem e desculpem a violência dos seus companheiros e por considerarem que provavelmente até a mereceram (*ibidem*).

Comparações de auto-relatos de casais revelaram existir pouco consenso acerca da violência exercida por cada um dos elementos. Tal pode dever-se ao facto de homens e mulheres terem diferentes definições daquilo que consideram como violência, podendo atribuir interpretações pessoais aos comportamentos ou, simplesmente, falsificar os relatos, fruto da desejabilidade social (Margolin, 1987, cit. Dobash & Dobash, 2004).

Existindo alguma controvérsia sobre o viés do relato, mas certos de que os efeitos da revelação associados à desejabilidade social podem acabar, de algum modo, por enviesar os resultados, os investigadores devem ser cautelosos nas interpretações que fazem.

2.1.6. Síntese

Apesar de ambas as perspectivas procurarem o rigor, a precisão e clareza, a profundidade e amplitude do que é estudado varia com cada abordagem. A investigação feminista inclui um maior aprofundamento e detalhe acerca do objecto de estudo; esta perspectiva examina os actos e episódios violentos, o contexto e as consequências em que estes ocorrem, enquanto que a perspectiva do conflito familiar valoriza quase exclusivamente a medição dos actos discretos. Por sua vez, esta dá-

nos uma estimativa da prevalência da violência na comunidade que os estudos feministas não proporcionam. O importante é termos a consciência de que a natureza exacta, as motivações e as consequências de qualquer acto não podem ser avaliadas apenas pelo simples conhecimento de que determinado comportamento ocorreu ou não (Dobash & Dobash, 2004) mas tendo em conta que os estudos epidemiológicos também são importantes na medida em que proporcionam uma visão global de prevalência ou incidência de determinado fenómeno na comunidade.

2.2. Diferenças entre a violência íntima perpetrada por homens e por mulheres

Para se poder desvendar as circunstâncias do exercício da violência física no seio das relações íntimas seria necessário, para além de perceber as evidências empíricas que suportam a ideia de que os homens usam a violência física mais, menos ou em igual grau às mulheres (questão discutida no capítulo anterior), avaliar o tipo de violência e o grau de vitimação e dano provocado em cada um, decorrente do uso da força física e as razões e motivos que levam cada um a cometer actos de agressão física (Saunders, 1990). Só analisando estas questões se poderá perceber as diferenças qualitativas e quantitativas entre a violência exercida por homens e mulheres na procura de uma resposta à questão conceptual que tanta controvérsia tem vindo a causar: "*wife abuse, husband abuse or mutual combat?*" (Cit. Saunders, 1990, p. 94).

Segundo a perspectiva feminista, seria impossível perceber estas questões e retirar sentido de dados sem se considerarem os significados atribuídos à violência por homens e mulheres (Dobash & Dobash, 2004), pelo que as avaliações da violência deveriam considerar a severidade do dano, as percepções das vítimas e a intenção dos atacantes (Margolin, 1987, cit. Dobash & Dobash, 2004).

Neste capítulo serão abordadas as principais diferenças entre homens e mulheres no que concerne ao tipo de comportamentos perpetrados, ao impacto físico e emocional e às motivações subjacentes ao uso da violência física nas relações íntimas.

2.2.1. Tipo de Comportamentos Agressivos Perpetrados

Encontram, geralmente, na literatura referências a diferenças quantitativas e qualitativas entre sexos no que diz respeito ao tipo de violência íntima perpetrada. Numa variedade de dimensões, a violência perpetrada pelos homens tem maior

probabilidade de ser perigosa, ameaçadora (Nazroo, 1995) e severa (Gaquin, 1977-78) do que a violência exercida pelas mulheres, probabilidade esta que aumenta quando são incluídos na definição de violência o homicídio e agressão sexual (O'Leary, 2000). Os homens, de um modo geral, perpetram uma maior variedade de actos física e sexualmente violentos, geralmente com maior severidade e frequência que as suas companheiras (Hamberger & Guse, 2002; Dobash & Dobash, 2004; Cascardi & Vivian, 1995; Saunders, 1990; Melton & Belknap, 2003).

Estes dados estão de acordo com o que Straus (1993) já havia referido em estudos anteriores; apesar de tanto os homens como as mulheres poderem ser agressores na relação, os homens perpetram com mais frequência a chamada "violência severa", enquanto as mulheres empregam mais actos de "violência menor". Deste modo, comportamentos como apertar o pescoço, estragar bens materiais, ameaçar bater, espancar, empurrar ou dar encontrões, puxar o cabelo e impedir a vítima de chamar a polícia, são os mais frequentemente exercidos pelos homens nos seus relacionamentos íntimos (Dobash & Dobash, 2004). As mulheres, por seu lado, admitem com mais frequência comportamentos de agressão como dar bofetadas, empurrar, dar pontapés, atirar com objectos, bater com objectos e morder (*ibidem*). Contudo, um estudo de Melton e Belknap (2003) não evidenciou diferenças significativas na perpetração de comportamentos como dar bofetadas, esmurrar, bater e apunhalar a vítima, tendo, inclusive, encontrado as mulheres com mais probabilidade de usar uma arma. Apesar de isto poder sugerir que as mulheres seriam, pelo menos, tão violentas como os homens, pode também indicar que estas recorrem a armas num esforço para balancear as diferenças de força biológicas entre os sexos.

No geral, as acções dos homens parecem ser mais sérias e severas que as das mulheres. Muito embora possa parecer que existe alguma similitude em determinados comportamentos (e.g. dar bofetadas, murros) ao fazermos uma análise mais profunda, essas acções tornam-se qualitativamente diferentes. Existe uma diferença entre bater na cara e dar um murro com força na cabeça (Melton & Belknap, 2003), mesmo sendo ambos equacionados como violência física.

Não obstante poucos estudos terem comparado a frequência e duração da violência íntima masculina e feminina, a investigação disponível indica que os homens normalmente exercem violência repetida e prolongada no tempo sobre as suas companheiras (Tjaden & Thoennes, 2000). Mesmo no *National Family Violence Survey* (Straus, 1990), já mencionado, a média de frequência das agressões masculinas encontrada foi 21% superior à das mulheres, chegando a 42% mais frequentes quando se trata de ataques severos. Por outro prisma, a média de frequência de

vitimação é, em concordância, maior para as mulheres (Tjaden & Thoennes, 2000). Perante estas discrepâncias, podemos concluir que os dados que incidem sobre a ocorrência ou não da violência são de menor importância para a análise e compreensão das diferenças de género, do que outros factores como o impacto físico e emocional, as motivações, a função do comportamento violento, como veremos de seguida.

2.2.2. Impacto da Violência Íntima

a) Impacto Físico

Apesar de a investigação ter vindo a demonstrar que as mulheres também podem ser fisicamente violentas nas suas relações, por vezes até com comportamentos de severidade similares aos dos homens, o impacto da violência exercida por elas é tipicamente menor do que a violência exercida por eles (Worcester, 2002). As consequências físicas e psicológicas da violência íntima são, geralmente, mais graves para as mulheres do que para os homens (Saunders, 2002; Tjaden & Thoennes, 2000). Quer os estudos epidemiológicos (e.g. Straus, 1980, 1990), quer os estudos baseados em registos hospitalares e policiais, revelam que as mulheres são, de longe, a parte mais magoada nos conflitos domésticos, constituindo a maioria das vítimas de crime que recorrem ao sistema médico e jurídico (Tjaden & Thoennes, 2000).

As evidências empíricas têm vindo a demonstrar que os homens, normalmente, infligem maior número e variedade de danos físicos com as suas agressões do que as mulheres (Dobash & Dobash, 2004; Archer, 2000; Cantos et al., 1993; Cascardi & Vivian, 1995), provocando mais frequentemente danos severos como, por exemplo, rebentar o lábio, fracturar ossos ou dentes, provocar desmaios, pisaduras e olhos negros, sequelas estas raramente infligidas por mulheres – o dano causado nas mulheres é cerca de três vezes mais severo que o dano causado aos homens (Berk et al., cit. Kurz, 1993). As mulheres, comparativamente aos seus parceiros, têm cerca de seis vezes mais probabilidade de necessitar de cuidados médicos pelas sequelas sofridas (Kimmel, 2002; Tjaden & Thoennes, 2000), perdem mais dias de trabalho, necessitam de mais tempo em repouso (Stets & Straus, 1990), são mais frequentemente hospitalizadas, recebem mais tratamentos de saúde mental, apresentam mais queixa às autoridades e obtêm mais providências cautelares contra os seus parceiros (Tjaden & Thoennes, 2000). Estas diferenças nas consequências da violência verificam-se independentemente de a violência física ser bidireccional ou não

(Hamberger & Guse, 2002). De um modo global, as lesões produzidas pelas agressões femininas são menos frequentes e de menor severidade (Dobash & Dobash, 2004; Kurz, 1993).

As diferenças físicas entre os sexos, como o peso e o tamanho, colocam as mulheres em maior risco de vitimação e de sofrer ferimentos mais severos. Em alguns casos, ambos os parceiros sabem que "os murros mais fortes" das mulheres não conseguem ferir fisicamente os companheiros levando até que, muitas vezes, estes trocem dos esforços das suas companheiras (Dobash & Dobash, 2004; Saunders, 1990; Kimmel, 2002). Se enquadrássemos tais evidências na perspectiva do conflito familiar, anteriormente discutido, e no âmbito do uso do CTS, estas tentativas frustradas das mulheres seriam consideradas como actos de violência física e as suas perpetradoras como "fisicamente violentas" (Saunders, 1990), mesmo não tendo tais comportamentos produzido efeitos. No estudo de Dobash e Dobash (2004), tanto os homens como as mulheres concordaram que a violência exercida pelos primeiros é mais severa do que a exercida pelas mulheres, considerada como não severa ou leve. Um autor chega mesmo a afirmar que homens e mulheres podem ser "agressivos" mas muitos mais homens são "violentos" (Frude, 1994, cit. Kimmel, 2002).

Em suma, as evidências apontam para visíveis diferenças, quer quantitativas, quer qualitativas, entre a violência física exercida por homens e por mulheres, sendo estas as que mais sofrem com a violência íntima.

b) Impacto Emocional

Do mesmo modo, as reacções de foro emocional à violência também diferem entre os sexos. Poucos estudos investigaram os níveis de medo experienciados por homens e mulheres envolvidos em relacionamentos violentos. Não obstante, a literatura disponível aponta as mulheres como exibindo significativamente mais medo durante as discussões violentas, ao contrário dos homens (Hamberger & Guse, 2002). Num estudo de Tjaden e Thoennes (2000), as mulheres vítimas relataram ter sofrido mais ameaças de vida e sentido mais receio relativamente à sua integridade física do que os homens. Para além disso, são também as mulheres que mais temem que elas ou alguém próximo (como filhos, familiares) sejam seriamente magoados ou até mesmo mortos durante os episódios de violência. Por sua vez, os homens são, geralmente, quem produz mais ameaças físicas, não letais, à vítima, incluindo ameaças para o caso de estas chamarem a polícia. Apesar de algumas mulheres também admitirem ameaçar os maridos de morte, as ameaças proferidas pelos homens costumam envolver mais hostilidade, sendo, por isso, mais causadoras de

medo (Melton & Belknap, 2003; Barnett & Thelen, 1995, cit. Hamberger & Guse, 2002). Talvez por isso, comparativamente aos homens, sejam as mulheres as que mais probabilidade têm de chamar a polícia como resposta comportamental à violência iniciada pelos seus parceiros (Hamberger & Guse, 2002).

A grande maioria das mulheres batidas revela sentir-se assustada, desamparada ou desesperançada, sozinha e encurralada na situação; se, por um lado, se sentem abusadas, por outro, sentem também amargura e raiva. Aparentemente, quer os homens, quer as mulheres envolvidos em relações violentas exibem níveis similares de raiva, hostilidade e beligerância; tal pode sugerir que as mulheres que são agredidas, apesar de sentirem mais medo, não são passivas – ao invés, respondem com resistência activa, retaliando ou defendendo-se (Johnson & Ferraro, 2000; Saunders, 1990). As reacções dos homens à violência perpetrada por mulheres, em termos de impacto emocional, são tipicamente diferentes. Os homens reportam não se importarem/preocuparem com as agressões das suas parceiras (Dobash & Dobash, 2004; Nazroo, 1995), alguns consideram a agressão da companheira justificável (Dobash & Dobash, 2004) e outros chegam mesmo a ridicularizar o seu comportamento violento (Dobash & Dobash, 2004; Saunders, 1990; Hamberger & Guse). Há também homens que revelam sentir-se zangados ou surpreendidos, mas muito poucos admitem sentir-se vitimizados. Alguns consideram impossível sequer considerar a violência feminina, pois só eles se acham com capacidade para bater “a sério”!

Estas respostas emocionais masculinas de minimização e troça da violência feminina são também um reflexo de maior controlo da dinâmica da violência na relação e de um desnível de poder. Num estudo de Hamberger e Guse (2002), alguns homens admitiram divertir-se e troçar em resposta à violência física exercida pelas suas companheiras, parecendo não tomar a violência destas tão a sério como elas, o que sugere um maior controlo situacional. Para além disso, as repostas de gozo e troça podem funcionar como mais um modo de dominação das suas companheiras, através dos efeitos da humilhação. A troça comunica a mensagem de que não só as suas parceiras não os conseguem magoar, como as suas tentativas agressivas são fúteis e infrutíferas. Ao contrário das mulheres, poucos homens reagem à violência como se esta tivesse afectado seriamente os seus sentimentos de bem-estar, a sua segurança ou a qualidade do seu dia-a-dia, considerando esse tipo de violência como inconsequente e sem seriedade. Alguns homens podem ter sido negativamente afectados e fisicamente magoados; esta não é, porém, a norma para a maioria (Dobash & Dobash, 2004).

Apesar de a violência física estar associada com consequências negativas de saúde também para alguns homens, são as mulheres que significativamente mais sofrem de distúrbios psicológicos relacionados com a depressão, a ansiedade e o abuso de substâncias (Anderson, 2002). A segunda edição do *National Family Violence Survey* evidenciou que a proporção de mulheres severamente vitimadas, com altos níveis de sintomas psicossomáticos, *stress* e depressão era o dobro da proporção de homens com tais sintomas (Stets & Straus, 1990). Outros estudos não representativos, com amostras clínicas, também revelaram maiores níveis de trauma psicológico nas mulheres, incluindo depressão, ansiedade ou medo, assim como sintomas de *stress* pós traumático (Langhinrichsen-Rohling et al. 1995; Magdol et al., 1997), típicas da constelação de sintomas que constitui o "Síndrome da Mulher Batida" (Walker, 1989).

A investigação tem sido prolífera em evidências de que a violência perpetrada contra as mulheres resulta em maiores custos para a sociedade, sob a forma de perda de produtividade e de recurso aos sistemas de saúde mental, médicos e jurídicos (Tjaden & Thoennes, 2000). São também as mulheres que demonstram mais necessidade deste tipo de recursos, quer para lidarem com a violência sofrida quer para abandonar a relação violenta (Saunders, 2002). Somos, assim, levados a subscrever o que os próprios sociólogos do conflito familiar já haviam constatado: *"Although women may assault their partners at approximately the same rate as men, because of the greater physical, financial and emotional injury suffered by women, they are the predominant victims. Consequently, the first priority in services for victims and in prevention and control must continue to be directed toward assaults by husbands"* (cit. Straus, 1993, p.80).

2.2.3. Motivações Para a Violência Física e Função do Comportamento Violento

As diferenças entre a violência íntima perpetrada por homens e por mulheres sugerem a existência de naturezas, motivações e significações diferentes entre os géneros relativamente aos actos considerados fisicamente violentos (Dobash & Dobash, 2004; Cascardi & Vivian, 1995; Magdol et al. 1997).

Para as feministas, os homens recorrem à violência na procura do controlo e do exercício de poder, independentemente da severidade da agressão. Por seu turno, as mulheres exercem a violência provavelmente como expressão de emoções, como forma de escapar à violência dos parceiros ou como autodefesa (Cascardi & Vivian, 1995). O acesso aos significados atribuídos ao uso da violência física é, segundo as

feministas, impossível de concretizar através do mero relato do número de actos violentos exercido por cada parceiro, metodologia tipicamente utilizada pelos sociólogos do conflito familiar (Dobash & Dobash, 2004; Saunders, 1990). De facto, ao perguntar aos participantes quantas vezes utilizaram várias táticas de conflito durante uma discussão ou desentendimento, assumem que as pessoas utilizam a violência de um modo exclusivamente expressivo – ou seja, que no auge de raiva ou zanga, os casais recorreriam ao comportamento violento como forma de resolver a discussão, de fazer valer o seu ponto de vista ou simplesmente para chamar a atenção do companheiro. De fora fica a possibilidade de a violência poder ser utilizada de forma instrumental – para controlar, subjugar ou subordinar o outro (Kimmel, 2002).

2.2.3.1. A Violência Expressiva e a Violência Instrumental

Quando o interesse está unicamente centrado no nível de agressão durante um conflito familiar, isto é, na probabilidade de algum tipo de agressão ocorrer aquando uma discussão entre um casal, então, a metodologia tipicamente utilizada pelos sociólogos do conflito familiar, com habitual recurso ao CTS, pode revelar-se de utilidade. Apesar de não incluir a agressão sexual e a agressão perpetrada por ex-companheiros, este tipo de metodologia permite-nos perceber a quantidade global de um tipo particular de violência – a violência expressiva, que diz respeito ao modo como os indivíduos expressam raiva, frustração ou perda de controlo.

Se, por outro lado, o interesse principal for o modo como os parceiros utilizam a violência, não expressivamente, mas instrumentalmente, com o objectivo de atingir o controlo, magoar ou aterrorizar, o CTS e a metodologia quantitativa não será a mais indicada. Revelam-se, neste caso, de maior utilidade, os estudos do crime e vitimação, uma vez que avaliam também as consequências que envolvem ferimentos graves, a agressão sexual e por ex-companheiros. Este tipo de estudos permite a análise daqueles conflitos familiares que vão para além de simples táticas de conflito, escalando os níveis de violência para algo mais grave ou até letal (Kimmel, 2002).

Alguma violência masculina contra as mulheres é motivada, não pelo desejo de expressar raiva, frustração ou outra emoção imediata durante um conflito, mas pode ser instrumentalmente motivada por um desejo de controlo ou na sequência de perda de controlo. Muitos homens que agridem as suas companheiras recorrem à violência quando temem que o seu controlo esteja a fragilizar-se, sentindo-se impelidos a utilizar violência para repor o controlo, tratando-se de um tipo de violência restaurativa. Deste modo, a violência instrumental motivada pela obtenção ou reposição do controlo pode ser experienciada, maioritariamente, pelos homens, não

como uma expressão do seu poder, mas como o seu desmoronamento, tornando-se violentos quando não conseguem controlar as suas companheiras. Deste ponto de vista, a violência seria um método para restaurar a masculinidade e a desigualdade doméstica. Este tipo de violência instrumental tem mais probabilidade de escalar ao longo do tempo, de envolver ferimentos sérios e menos probabilidade de ser mútua (*ibidem*).

A compreensão dos tipos de violência instrumental e expressiva torna-se particularmente importante quando estamos a analisar a simetria ou assimetria de género na violência física íntima, ajudando-nos a esclarecer se estamos perante um padrão sistemático de controlo e intimidação, tipicamente mais associado à violência masculina, ou perante uma expressão isolada de frustração e raiva. Estes dois tipos de violência diferem de tal modo na sua natureza que Johnson (1995) chamou à violência instrumental "intimate terrorism" e aos tipos de violência expressiva medidos pelo CTS, "situational couple violence", conforme veremos mais adiante. Se pode existir simetria de género no exercício da violência expressiva, o mesmo não acontece quando se trata de violência instrumental. Se, por um lado, as mulheres e os homens podem expressar raiva ou frustração durante uma discussão de modo simétrico (Kimmel, 2002; Cascardi & Vivian, 1995) – violência expressiva –, quando a violência instrumental é considerada – a violência que mais tipicamente resulta em ferimento, mais sistemática e independente da existência ou não de um episódio de conflito entre o casal – a assimetria de género é evidente. Não podemos equacionar estes dois tipos de agressão sem considerar as questões do género (Kimmel, 2002). Ao contrário das mulheres, os motivos dos homens para recorrer à violência física não letal incluem normalmente a intenção de intimidar, mostrar quem manda, coagir a fazer algo e castigar comportamentos indesejados (Cascardi & Vivian, 1995; Nazroo, 1995), funções associadas à violência instrumental.

Segundo a literatura disponível, os modelos que analisam a função do acto violento incidem, sobretudo, nos padrões de controlo e dominação (Saunders, 1989, cit. Hamberger & Guse, 2002; Yllö, 1993). Um elevado número de teóricos nesta área identificou a indução do medo como o principal mecanismo pelos quais os parceiros violentos alcançam o controlo. Ou seja, perante um padrão de intimidação, as vítimas, ao temerem ferimentos, dano físico, morte ou outra consequência da violência, tendem a condicionar o seu comportamento às exigências do abusador (Barnett et al., 1993). Deste modo, as relações abusivas são normalmente constituídas por um padrão contínuo de dominação, controlo e indução permanente de medo (Johnson & Ferraro, 2000; Yllö, 1993).

Estas variáveis podem contribuir para a clarificação das diferenças de poder entre os elementos do casal e identificar os parceiros realmente abusivos. Podemos identificar, por exemplo, parceiros que utilizam a violência no sentido da dominação e controlo, enquanto perpetradores dominantes, não temendo agressões físicas ou psicológicas de outros. Em contraste, podemos identificar parceiros que temem a violência do outro, enquanto vítimas, tendo maior risco de serem controlados pelo comportamento agressivo; estes últimos podem também usar a violência e, por vezes, até despoletar os episódios, mas raramente conseguem controlar a dinâmica geral da relação abusiva (Dasgupta, 1999, cit. Hamberger & Guse, 2002). Assim, nas relações de violência bidireccional, em que ambos os parceiros são violentos, os homens têm maior probabilidade de iniciar e controlar as dinâmicas da violência, enquanto muitas mulheres enveredam pela "resistência activa" (Johnson & Ferraro, 2000), tornando-se activamente envolvidas na violência, mas nunca controlando as suas dinâmicas. Este tipo de padrão é mais reactivo na sua natureza e não controla a dinâmica da relação – "Men attack, women react" (cit. Magdol et al., 1997, p. 76). Mesmo quando se trata de mulheres que utilizam violência severa, estas tendem a agredir os seus companheiros uma ou duas vezes durante um episódio e, quando ganham alguma vantagem física sobre os seus parceiros, tendem a parar a agressão. Pelo contrário, os homens em situações similares tenderiam, de um modo geral, a continuar a agressão, (Nazroo, 1995), o que transparece, mais uma vez, as diferentes intenções que subjazem às agressões de homens e mulheres. Ao contrário das mulheres, os homens, mesmo quando exercem violência mais leve conseguem intimidar as suas companheiras, mesmo que não tenha sido essa a sua intenção (*ibidem*). De um modo geral, as mulheres, quando recorrem à violência íntima, é num sentido mais reactivo e expressivo, por exemplo, para chamar a atenção do parceiro, mostrar raiva por comportamentos indesejados, retaliar após mágoa emocional, retaliar a violência prévia, exercer autodefesa (Saunders, 2002) ou proteger outros elementos da família (Hamberger & Guse, 2002).

2.2.3.2. A Violência Feminina Enquanto Autodefesa, Retaliação ou Auto-protecção

Quando as mulheres recorrem à violência física, a investigação tem vindo a demonstrar que é mais provável que tal aconteça contra um parceiro violento do que contra um parceiro não violento. Nesta perspectiva, o recurso à agressão física por parte das mulheres poderia ser visto como uma função do tipo de relacionamento que experienciam e não potenciado por uma característica própria inerente à mulher

(Saunders, 1990; Magdol et al., 1997). Não obstante, pouco ainda se sabe sobre a autodefesa enquanto motivação principal subjacente ao uso da força física por mulheres (Saunders, 1990), tendo este assunto vindo a ser alvo de grande debate académico. Mais uma vez, para podermos definir qualquer acto como de autodefesa é imprescindível a consideração dos elementos contextuais em que o acto ocorreu, assim como a dinâmica interaccional entre os protagonistas (Dobash & Dobash, 2004; Nazroo, 1995), preocupações mais da metodologia qualitativa tipicamente utilizada pelas feministas do que da metodologia quantitativa dos sociólogos do conflito familiar.

Uma outra questão tem a ver com a própria definição conceptual, ou seja, o que é que pode ser considerado autodefesa, retaliação, auto-protecção ou agressão primária. Segundo Dobash e Dobash (2004), os actos de auto-protecção poderão incluir comportamentos como "levantar os braços para aparar um murro", um acto de autodefesa poderá incluir "dar um murro" para se defender da agressão e um acto de retaliação poderá incluir "devolver o murro". Este tipo de "nevoeiro" conceptual torna a questão da autodefesa ainda mais complicada, quando, por exemplo, a mulher agride na ausência de agressão prévia pelo companheiro. Poderemos considerar este acto como agressão primária, uma vez ter sido a mulher a iniciar a violência, ou poderá ser também este um acto de autodefesa? Sob determinadas circunstâncias, quando as mulheres sentem ameaça de perigo iminente sobre si ou sobre os seus filhos, perigo de morte ou de ofensas físicas graves, recorrem ao uso da força física sobre os seus companheiros antecipadamente, mesmo que o perigo exista apenas subjectivamente e na ausência de agressão por parte do homem. A iniciação de um episódio de violência física feminina pode constituir uma resposta a um perigo percebido quando já existe uma longa história de abuso na relação (Straus, 1993).

É sabido que a violência física e sexual masculina é usualmente precedida de insultos e outros tipos de abuso psicológico, podendo as mulheres interpretar estes comportamentos como sinais de aviso, sendo as primeiras a agir com violência com a intenção de prevenir que os seus parceiros venham a utilizar a violência (Saunders, 1990). Muitas mulheres são as primeiras a agredir com base num medo bem fundado de serem batidas ou sexualmente abusadas pelos seus parceiros. Assim, mesmo tendo sido a mulher a iniciar o episódio violento, tal pode constituir um acto de autodefesa (Kurz, 1993). Segundo alguns autores, quando se trata de perigo "percebido", as mulheres tendem a legitimar este tipo de actos agressivos como autodefesa (Saunders, 1990).

Em vários estudos, a autodefesa tem sido apresentada como o motivo principal para o uso da força física feminina nas suas relações íntimas (Saunders, 1990;

Cascardi & Vivian, 1995; Hamberger & Guse, 2002; Bachman & Carmody, 1994; Melton & Belknap, 2003). Saunders (1990) cita vários estudos que encontraram 29% a 41% de violência exercida por mulheres em autodefesa, quer se trate de violência severa ou de violência menor. Resultados idênticos foram encontrados por Dobash e Dobash (2004), acrescentando que os homens não utilizaram o termo "autodefesa" para justificar os seus actos violentos, ao contrário das suas esposas que alegaram frequentemente autodefesa ou auto-protecção como justificação para o uso da força física sobre os seus maridos. O dado mais curioso é que 54% dos homens concordaram com a justificação de autodefesa das suas esposas... Neste estudo surgiram mulheres que claramente respondiam aos ataques dos seus parceiros na sequência de sentimentos de "raiva reactiva" ou então como resultado de um efeito cumulativo de várias agressões sofridas num período prolongado de abuso.

Quer se trate de estudos com amostras de estudantes universitários, de mulheres batidas (Saunders, 1986, cit. Saunders, 2002), de utentes de clínicas maritais (Cascardi & Vivian, 1995) ou de mulheres ou homens presos por violência conjugal (Busch & Rosenberg, 2004; Henning & Feder, 2004), o motivo mais frequentemente apontado para o exercício da violência física por mulheres é a autodefesa. Num estudo com população universitária, enquanto as mulheres apresentavam o dobro da probabilidade de indicar a autodefesa como motivo para o uso da força física, os homens tinham o triplo da probabilidade de apontar a intimidação como motivo (Makepeace, 1986, cit. Saunders, 2002; Nazroo, 1995).

Sejam os motivos para o exercício da violência física feminina a autodefesa, a retaliação ou a auto-protecção, é provável que, em alguns casos, tais reacções resultem em escalada da violência masculina (Straus, 1993;2004; Dobash & Dobash, 2004). Nas palavras de Bachman e Carmody, (1994), "*fighting fire with fire*" nas agressões íntimas pode, não só aumentar o nível da agressão, como também o risco de ferimentos graves.

De um modo geral, a investigação sobre as motivações para a violência íntima parece apoiar a existência de claras diferenças de género. As mulheres predominantemente relatam recorrer à violência enquanto autodefesa ou como retaliação a violência prévia, infligindo menos dano físico e experienciando mais medo. Ao contrário dos homens, as mulheres raramente demonstram intenção de magoar seriamente os seus parceiros, mesmo quando recorrem a armas (Nazroo, 1995). Os homens, em contraste, parecem ser mais motivados para usar a violência no sentido do exercício do poder, para dominar e controlar as suas parceiras, provocando dano físico mais grave e maiores níveis de intimidação. Segundo o estudo de Nazroo (1995), "*almost all of the female violence described here does not carry that sense of*

intrinsic "wrongness" that Straus attributes to all violence, because it is clearly not intimidating and nowhere near dangerous. If anything it reflects the powerless position of these women" (pp. 489).

2.2.4. Implicações Políticas, Sociais e Preventivas da Violência Íntima Feminina – o caso dos EUA

Como já referimos, a violência nas relações íntimas deve ser estudada tendo em conta o seu contexto e os investigadores devem ser cautelosos nas interpretações que fazem dos seus estudos, essencialmente de estudos quantitativos, que se focam em simples contagens numéricas de comportamentos violentos (e.g. *National Family Violence Survey*, com base no CTS, já mencionado), tendo em conta que, quando publicados, moldam as nossas percepções dos acontecimentos, ajudam a definir os problemas sociais, podendo determinar o tipo de serviços proporcionados (Saunders, 1990; Dobash & Dobash, 2004), informam as autoridades políticas, influenciam a preocupação pública e as intervenções para vítimas e agressores. A questão sobre quem são os perpetradores da violência íntima deve preocupar não só os investigadores, mas também os legisladores e responsáveis políticos que, de alguma forma, têm um papel na resposta a este fenómeno (Dobash & Dobash, 2004).

O debate acerca das diferenças de género no uso da violência conjugal pode acarretar consequências significativas, quer para as concepções de mulher batida, académicas ou populares, quer para as políticas sociais. O modo como o problema é enquadrado determina a quantidade de preocupação que lhe é dirigida, assim como as soluções propostas. Os resultados provenientes da investigação influenciam o modo como os *media* e a população, em geral, encaram o problema. As feministas temem que a perspectiva da "violência bidireccional" reforce a crença popular de que é a mulher que causa a sua própria vitimação ao provocar os seus parceiros – o "*blame the victim*". Um outro receio destas investigadoras é de que o foco no problema enquanto "violência mútua" ou "violência bidireccional" prejudique o investimento de fundos em abrigos para mulheres e na prevenção deste tipo de violência, dando-se um desvio de recursos para os "homens batidos" e um aumento das detenções das mulheres nas disputas domésticas, divergindo a atenção das principais causas que consideram estar na origem da violência contra as mulheres – a desigualdade e a dominância masculina (Kurz, 1993).

Neste momento, um tópico de debate intenso nos EUA prende-se, precisamente, com a questão da detenção ou não de mulheres por violência conjugal, caso que tem vindo a acontecer com cada vez maior frequência devido à disseminação

da prática de detenções obrigatórias nos casos de violência doméstica. Esta medida procura prevenir alguma passividade das autoridades policiais nestes casos, passando assim a detenção a ser obrigatória perante evidências de agressão íntima (Henning, Jones & Holdford, 2003). A maioria dos investigadores e práticos, como já tivemos oportunidade de ver, acredita que a maioria das mulheres detidas estariam a agir em autodefesa (Busch & Rosenberg, 2004; Henning & Feder, 2004; Dobash & Dobash, 2004; Cascardi & Vivian, 1995; Hamberger & Guse, 2002) e que a detenção das mulheres pode apenas levar a que estas se inibam de procurar assistência policial durante futuros ataques.

Alguns estudos com casais detidos por violência conjugal também evidenciam importantes diferenças de género na perpetração de tais comportamentos. Na maioria dos casos, os homens apresentavam já registo criminal e uma história de ofensas domésticas, enquanto que para as mulheres era a primeira detenção. Adicionalmente, enquanto os homens geralmente cometiam vários actos de violência severa, as mulheres tendiam a cometer apenas um, como, por exemplo, atirar um jarro de vidro. Os homens estão, geralmente, mais em consonância com o retrato do agressor que utiliza a violência para dominar e aterrorizar a sua parceira, enquanto as mulheres se enquadram mais no cenário da vítima a agir em autodefesa, alguém que recorre à violência no contexto de raiva e conflito (Busch & Rosenberg, 2004; Henning & Feder, 2004).

O número crescente de mulheres que são detidas por violência doméstica apresenta imensos desafios teóricos e práticos. As diferenças encontradas entre homens e mulheres detidos por violência conjugal levantam questões e preocupações acerca das políticas de pró-detenção vigentes nos EUA. O baixo nível de criminalidade e factores de risco associados observados nas mulheres detidas chega a pôr em causa a extensão com que os agentes da autoridade fazem as suas detenções (Henning & Feder, 2004). Em termos práticos existe ainda pouca investigação disponível para informar o modo como os processos das mulheres, supostamente agressoras conjugais, deveriam ser conduzidos pelo sistema de justiça criminal. Estaremos perante dois tipos de agressividade diferentes e que, por conseguinte, devem ser submetidos a diferentes tipos de tratamento? Ou podemos considerá-los iguais? Todas estas questões continuam a ser colocadas na comunidade científica, promotores públicos, serviços de reinserção e técnicos de intervenção. Se a violência defensiva não for detectada, as vítimas correm o risco de defrontar o duplo estigma advindo dos registos criminais (se forem dadas como culpadas) e de serem ordenadas pelos tribunais para frequentarem programas para ofensores (Saunders, 2002).

Acresce que os programas de intervenção na violência conjugal tradicionais, que se focam nas questões do poder, controlo e atitudes negativas face às mulheres, parecem revelar-se de pouca utilidade para as agressoras conjugais. Assim, as intervenções com as ofensoras talvez devessem, antes, centralizar-se na vitimação, planos de segurança e outros assuntos referentes à opressão das mulheres. Esta questão não está, porém, suficientemente estudada até à data (Henning et al., 2003).

As implicações desta controvérsia ultrapassaram os muros da academia através de alguns grupos de defensores dos direitos dos homens, que utilizaram as publicações académicas acerca do tema para acentuar e sustentar a sua crença de que são prejudicados em processos de regulação paternal. Por exemplo, a *Men's Defense Association* tem como objectivo ajudar os homens nestes casos, protegendo a imagem dos pais do pensamento "politicamente correcto" de que os homens são maus, violentos e desnecessários do desenvolvimento dos seus filhos (*Men's Defense Association*, cit. Saunders, 2002). O *National Coalition of Free Man*, por sua vez, queixa-se dos programas de apoio à vítima, normalmente dirigidos a mulheres, alegando que as taxas de violência contra os homens se aproximam ou até excedem os índices de violência contra as mulheres. Contudo, estes grupos baseiam-se em revisões bibliográficas de estudos geralmente quantitativos, que são utilizadas acriticamente, sem consideração das limitações metodológicas descritas nessas mesmas revisões já anteriormente mencionadas.

Não obstante, apesar de em desequilíbrio, sabe-se que há mulheres que também agredem e, como tal, começa a tornar-se necessário, pelo menos na sociedade norte-americana, examinar o impacto sobre as vítimas masculinas e desenvolver serviços vocacionados para estes, desmascarando, deste modo, um problema que está tão escondido como estava o fenómeno da violência contra as mulheres antes da investigação feminista na década de 70 (Frieze, 2000). Cremos que é possível reconhecer a violência exercida por mulheres, sem ignorar o modo como o padrão da violência masculina contra as mulheres reflecte e perpetua as desigualdades sociais entre os sexos. Devemos ser capazes de levar a violência feminina contra os seus parceiros a sério e servir individualmente os interesses dos homens agredidos sem perder de vista os padrões sociais da violência masculina, quer contra estranhos, quer contra as mulheres no âmbito das relações íntimas (Worcester, 2002).

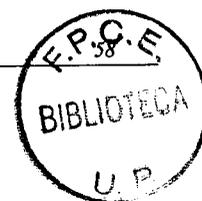
2.2.5. Deve a Violência Íntima Feminina Constituir Uma Preocupação Social?

Após a análise bibliográfica efectuada, podemos concluir que certamente existe violência das mulheres contra os seus parceiros, mas esta tende a ser muito diferente da violência exercida pelos homens contra elas: provoca menos dano físico e é menos provavelmente motivada por tentativas de dominar ou aterrorizar o seu parceiro, para além de ser menos frequente. Dobash e Dobash (2004) concluem que, nos casos em que as mulheres utilizam a violência contra os homens, esta difere da perpetrada por homens em termos de natureza, frequência, intencionalidade, intensidade, ferimentos, danos físicos e impacto emocional. As evidências encontradas por estes autores, tendo em conta a natureza e consequências da violência feminina, tornam impossível, a seu ver, a concepção da violência de homens e mulheres como equivalente ou recíproca.

Deste modo, parece não existir consenso na comunidade científica sobre a violência feminina contra os seus parceiros constitua um grave problema social; o que existe, são fortes evidências, históricas e contemporâneas, do contrário (Saunders, 2002).

Apesar destas inúmeras evidências de que a simetria de género no exercício da violência íntima é um mito, consideramos que, mesmo assim, nos devemos preocupar com a violência íntima exercida no feminino por algumas razões. Por um lado, perceber a capacidade que as mulheres têm para a violência, pode ajudar a iluminar a simetria de género encontrada na violência íntima entre casais homossexuais. De acordo com o *National Violence Against Women Survey*, cerca de 11% de mulheres lésbicas relataram ter sido violadas, agredidas ou perseguidas por uma coabitante feminina (Tjaden & Thoennes, 2000). Por outro lado, ao examinarmos a violência feminina e as circunstâncias em que ocorre, poderemos perceber melhor a dinâmica da agressão dos homens contra as mulheres; sendo a violência feminina, na maioria das vezes, retaliatória ou em autodefesa, percebê-la pode ajudar-nos a compreender algumas das maneiras pelas quais os homens usam a violência, assim como a percepção que as mulheres têm de falta de opções, excepto retaliar (*ibidem*). Segundo Straus (1993; 2004) perceber a agressão feminina também é importante porque coloca a mulher em risco muito maior de retaliação severa por parte dos companheiros.

Segundo Worcester (2002), muito trabalho precisa ainda de ser feito no âmbito da violência íntima para criar um mundo no qual rapazes e raparigas aprendam que podem ter um controlo suficiente nas suas vidas sem terem que controlar outra pessoa. Todas as comunidades deveriam transmitir mensagens consistentes de que, nem a violência masculina, nem a feminina será ignorada ou reforçada (*ibidem*).



3. Violência Íntima: Unidade ou Diversidade?

Como já vimos, existem duas grandes correntes sociológicas de investigação sobre a violência íntima entre parceiros, uma geralmente referida como a perspectiva do conflito familiar e outra como teoria feminista. Os resultados encontrados por ambas as correntes levaram a conclusões díspares relativamente a um número de características centrais da violência íntima, tais como a simetria ou assimetria de género, frequência, escalada e consequências da violência e a sua reciprocidade.

Enquanto os investigadores de cada grupo têm vindo a argumentar que as evidências obtidas pelo grupo "oposto" estão enviesadas, Johnson (1995, no prelo; Johnson & Ferraro, 2000) defende que ambos os grupos estão correctos se considerarmos que existem múltiplas formas de violência íntima entre parceiros, sendo que algumas destas formas de violência são simétricas no que toca ao género e outras não. Assim, as duas correntes dedicar-se-iam a dois fenómenos distintos, recorrendo a diferentes estratégias de amostragem que "cobrem" diferentes tipos de violência entre parceiros, diferindo estes na sua relação com o género (Johnson, 1995). Deste modo, não se trata de uma metodologia ou outra representar a "verdadeira" natureza da violência familiar, estão simplesmente a lidar com fenómenos distintos. As opções de amostragem destas duas tradições de investigação proporcionam-lhes acesso a populações largamente diferentes, que experienciam diferentes formas de violência (Johnson, 1995). Os estudos epidemiológicos, mais comumente utilizados pelos sociólogos do conflito familiar, estariam enviesados em favor dos tipos de violência íntima simétricos entre géneros, enquanto os estudos baseados em amostras de organismos ou instituições sociais, mais tipicamente associados aos feministas, estariam enviesados em favor dos tipos de violência assimétricos entre géneros (Johnson, no prelo).

O autor defende que estes tipos provavelmente também diferem no que diz respeito às suas causas, à natureza da violência, à sua emergência e desenvolvimento no decurso da relação, às suas consequências e ao tipo de intervenção requerida (Johnson & Ferraro, 2000). Segundo Johnson (*idem*), a razão para não ter ainda surgido, em 30 anos de investigação sobre violência íntima, uma resposta definitiva à questão da simetria ou assimetria de género na perpetração é fruto de o debate ter tomado a forma de desacordo quanto à natureza da violência íntima, como se esta se tratasse de um fenómeno único e unitário. Na perspectiva de Johnson (no prelo), se quebrarmos a assunção estandardizada de que a violência íntima entre parceiros é um fenómeno unitário, assim que fizermos algumas distinções básicas entre as várias formas que este tipo de violência pode assumir, essenciais à sua compreensão teórica

e prática, a confusão que caracteriza a produção científica sobre este tema desaparecerá. A violência íntima não poderá ser compreendida sem tomarmos conhecimento de distinções tão importantes como o tipo de violência, os motivos dos perpetradores, o enquadramento social dos parceiros e os contextos culturais em que a violência ocorre (Johnson & Ferraro, 2000).

Desta forma, o autor propõe uma tipologia da violência íntima entre parceiros, que tem vindo a ser revista e modificada, que define, essencialmente, três tipos de violência.

3.1. Violência Íntima entre Parceiros: Tipologia de Johnson

A tipologia da violência íntima apresentada por Johnson (1995, no prelo; Johnson & Ferraro, 2000) tem as suas raízes no debate sobre a simetria de género neste tipo de violência. Durante décadas as feministas defenderam que a violência íntima é maioritariamente perpetrada por homens e enraizada nas tradições familiares patriarcais (Dobash & Dobash, 1979, cit. Johnson, no prelo). Os sociólogos do conflito familiar, apesar de reconhecerem alguma interferência do factor "género" na violência familiar, argumentam que as mulheres são tão violentas como os homens nas relações íntimas (Straus, 1999). O autor considera que ambos estão correctos; apenas não estudavam o mesmo fenómeno.

Na sua perspectiva, existem três grandes tipos de violência íntima entre parceiros, identificados pelo grau de controlo coercivo na relação. Estas distinções derivaram da análise de 30 anos de investigação sobre violência íntima, a maioria da qual não realiza estas diferenciações. Apesar de sempre terem existido, na produção sobre o tema dos anos 70 e 80, algumas pistas que apontavam para a existência de mais do que um tipo de violência íntima entre parceiros (Johnson, 1995), os investigadores só recentemente começaram a realizar investigação especificamente focada nessas distinções.

Os três tipos constituem uma tipologia da violência com base em informação acerca do casal e da sua relação, definida pelo papel que o controlo coercivo exerce ao longo da relação (Johnson, no prelo), e não no comportamento durante um único incidente de violência (Johnson & Ferraro, 2000). Dois dos maiores tipos de violência íntima (terrorismo íntimo e resistência violenta) têm as suas origens nas dinâmicas de controlo e resistência que têm sido o foco das teorias feministas. O terceiro grande tipo (violência situacional entre o casal) prende-se com as dinâmicas do conflito familiar que têm sido o alvo dos sociólogos do conflito familiar (Johnson, no prelo). O autor categorizou ainda um quarto tipo, que deixa de mencionar nos seus artigos mais

recentes, o controlo violento mútuo (Johnson & Ferraro, 2000). Estes quatro tipos de violência íntima são definidos conceptualmente consoante o grau de controlo coercivo exercido pelos elementos agressores do casal.

Relativamente a implicações para a questão da simetria ou assimetria de género nas relações íntimas heterossexuais, o terrorismo íntimo é perpetrado quase exclusivamente por homens, enquanto que a resistência violenta é encontrada quase exclusivamente nas mulheres. Os outros dois tipos definidos são simétricos em termos de género.

3.1.1. Tipos de Violência Íntima

Os tipos de violência íntima têm diferentes origens, diferentes dinâmicas e diferentes consequências. Requerem, por isso, diferentes enquadramentos teóricos e diferentes estratégias de prevenção e intervenção (Johnson, no prelo).

Terrorismo Íntimo. No tipo de violência que o autor designa por terrorismo íntimo, o perpetrador utiliza a violência como uma forma de controlar o parceiro, enquanto este último não possui qualquer poder sobre a relação, podendo ou não utilizar algum tipo de violência. O controlo coercivo que sustenta esta tipologia da violência íntima, e que é a principal característica definidora do terrorismo íntimo, refere-se, neste caso, a mais do que o controlo a curto prazo sobre uma situação específica, como acontece noutros contextos da violência, como, por exemplo, um assalto a um indivíduo. O controlo coercivo típico do terrorismo íntimo é generalizado e a longo prazo, estando embebido num padrão de poder e controlo mais abrangente que permeia a relação (Johnson, no prelo). Este é o tipo de violência íntima que é normalmente associada pelo senso comum à violência doméstica (Johnson & Ferraro, 2000; Johnson, no prelo).

Um padrão de poder e controlo deste tipo não pode ser identificado atendendo apenas ao episódio violento isoladamente. Só pode ser reconhecido através de informação acerca de múltiplas táticas de controlo que permitirão aclarar se o perpetrador está ou não a tentar exercer o controlo geral e coercivo sobre a relação. As táticas de controlo podem incluir, para além da violência física, o abuso emocional, a coerção, as ameaças, a intimidação, o isolamento do parceiro, a minimização do outro, a culpabilização, o uso das crianças para afectar o parceiro, a exigência de "privilégios" masculinos e o abuso económico (Pence & Paymar, 1993, cit. Johnson, no prelo). Esta forma de violência íntima é normalmente acedida pelos investigadores da tradição feminista que trabalham com amostras recolhidas em

organismos e instituições sociais e públicas, ou seja, com o público que, normalmente, procura ajuda. O terrorismo íntimo está, desta forma, associado aos homens que sistematicamente aterrorizam as suas esposas, daí a sua primeira designação ter sido "Terrorismo Patriarcal"⁴ (Johnson, 1995), termo que o autor abandonou entretanto. Neste tipo de violência os maus tratos ocorrem, em média, mais do que uma vez por semana e escalam em severidade ao longo do tempo. A violência é quase exclusivamente iniciada pelos homens, sendo que a maioria das vítimas femininas raramente retalia e, de entre as que o fazem, cerca de um terço desiste rapidamente, sobrando apenas uma minoria de casos em que as mulheres correspondem com violência autodefensiva. A característica central deste tipo de violência é um padrão de comportamentos violentos e não violentos que indicam uma motivação geral para controlar o parceiro/a (Johnson & Ferraro, 2000).

Resistência Violenta. A maioria das mulheres que são aterrorizadas pelos seus parceiros têm tendência a retaliar fisicamente em algum ponto da relação. Para alguns, esta é uma reacção instintiva, que acontece ao primeiro ataque, quase irreflectidamente. Para outros, tal retaliação não acontece até a mulher tomar consciência de que o perpetrador continuará as agressões. Para a maioria das mulheres, as diferenças de estatura e corpulência relativamente aos seus parceiros é a garantia de que este tipo de resistência não ajudará e poderá ainda piorar a sua situação; sendo assim, recorrem a outras formas de *coping*. O padrão que define a resistência violenta é o facto de o resistente se tornar violento mas nunca chegar a ser controlador, face a um parceiro que é, simultaneamente, violento e controlador (o que o autor denomina de terrorismo íntimo). Este tipo de violência pode emergir por vários motivos: por acreditar que a defesa é possível e impeditiva de ataques futuros ou imediatos do perpetrador, por crer que, se houver retaliação com a frequência suficiente, o agressor decidirá, finalmente, parar de atacar fisicamente ou por considerar que, mesmo que o agressor não possa ser parado, não deveria agredir sem ser também agredido. Este desejo de magoar em retaliação, mesmo que isso não pare o agressor, pode também constituir uma forma de comunicação. Em alguns casos, poderá procurar-se mesmo uma retaliação séria e atacar o agressor inesperadamente, esforçando-se por causar danos sérios ou até matá-lo. Existe ainda um outro motivo, mais frequente, para a resistência violenta: escapar. Por vezes, ao fim de anos de

⁴ O termo *Patriarchal Terrorism* chamava a atenção para as origens históricas e culturais da violência íntima dos homens sobre as mulheres. Contudo, o termo foi abandonado uma vez que diminuía a questão do envolvimento relativo das mulheres e dos homens nesta forma de violência controladora e implicava que fosse perpetrado apenas por homens em relações heterossexuais, deixando de parte a possibilidade de existirem mulheres que praticam esta forma de violência e de ela existir nas relações hetero ou homossexuais (Johnson, no prelo).

abuso, uma vítima de terrorismo íntimo pode sentir que a única forma de escapar dos maus tratos é matar o seu perpetrador (Johnson, no prelo).

Violência Situacional entre o Casal⁵. Provavelmente, a forma mais comum de violência entre parceiros não envolve uma tentativa de exercer o controlo e poder sobre a relação. A violência situacional entre o casal é provocada situacionalmente, quando as tensões ou emoções resultantes de uma discussão específica levam um dos elementos do casal a reagir com violência. Constitui uma resposta intermitente a conflitos ocasionais da vida quotidiana, motivados por uma necessidade de controlar uma situação específica, mas não por uma necessidade mais geral de estar no "comando" da relação (Johnson, 1995). Como é do senso comum, as relações íntimas envolvem, inevitavelmente, conflitos e, em alguns casos, um ou mais desses conflitos podem escalar para violência. Este tipo de violência pode ser leve, resultante de alguma discussão pontual entre o casal, que termina com um empurrão ou uma bofetada, provoca remorsos imediatos, desculpas de parte a parte e nunca mais se repete, ou então pode constituir um problema crónico, com um ou ambos os parceiros recorrendo frequentemente à violência, menor ou severa.

Os motivos para recorrer a este tipo de violência variam consideravelmente. Uma reacção fisicamente violenta pode, por exemplo, ser encarada como a única forma de expressar raiva ou frustração extrema, ou como um meio de chamar a atenção do parceiro. Por outro lado, pode tratar-se de violência com intenção de provocar danos sérios, como forma de expressão emocional ou mesmo tentativa de exercer algum controlo, apesar de este não fazer parte de um padrão mais continuado de controlo coercivo. Um dos elementos do casal pode, simplesmente, achar que está a perder o controlo de uma discussão específica e torná-la física como forma de "triumfar" sobre o/a parceiro/a. Este tipo de violência pode até ser frequente quando a situação que a origina é recorrente como, por exemplo, *flirts* repetidos, e pode mesmo tornar-se severa.

Comparativamente ao terrorismo íntimo, a violência situacional entre o casal acontece com menor frequência por casal, menor probabilidade de escalar ao longo do tempo, menor probabilidade de envolver violência severa e uma maior probabilidade de ser recíproca, podendo ser iniciada tanto por homens como por mulheres. Este tipo de violência vai ao encontro do que é descrito pelos sociólogos do conflito familiar, um padrão segundo o qual as complexidades da vida familiar produzem conflitos que,

⁵ Este tipo de violência foi, originalmente, denominada de *Common Couple Violence* (Johnson, 1995), termo que o autor alterou pelo facto de poder sugerir que o tipo de violência que descreve seria aceitável. O termo actual, *Situational Couple Violence*, segundo Johnson (no prelo), situa mais claramente as causas desta violência no conflito situacional.

ocasionalmente, saem do controlo das famílias. É, de facto, equilibrada em termos de género, constituindo um produto da cultura da violência e do cariz privado da maioria das famílias ocidentais (Johnson, 1995). Johnson sugere ainda que toda a violência encontrada pelos estudos epidemiológicos aleatórios e representativos da comunidade (tipicamente utilizada pelos teóricos do conflito familiar) seria *Situational Couple Violence*, acrescentando que este tipo de amostragem pode apenas ser relevante para o estudo deste tipo de violência. Em suma, podemos dizer que estamos perante *Situational Couple Violence* quando os parceiros recorrem à violência mas nenhum deles exerce a tentativa de controlar o outro, no sentido do recurso a táticas de controlo coercivo, conforme descritas acima (Johnson, no prelo).

Controlo Violento Mútuo. Este tipo de violência descrito por Johnson e Ferraro (2000) é o mais incomum, tendo mesmo deixado de ser mencionado nos seus artigos mais recentes. Trata-se de uma dinâmica em que ambos os elementos do casal são violentos e controladores, quase como dois "terroristas íntimos". Este padrão é, aparentemente, raro, sabendo-se muito pouco acerca dele (Johnson & Ferraro, 2000).

Na perspectiva de Johnson (1995) a distinção entre terrorismo íntimo e violência situacional entre o casal é a que assume maior importância, principalmente quando o que se debate é a violência íntima exercida por mulheres. Deve ter-se em conta que estes dois fenómenos têm diferenças em termos de frequência, escalada da violência, reciprocidade e iniciação (Johnson, 1995), tratando-se, por isso, de dois fenómenos distintos, acedidos por dois métodos de investigação diferentes, sendo a violência situacional realmente mais equilibrada em termos de género. Uma das razões e, segundo o autor, a mais importante, tem a ver com a influência do conhecimento científico nas políticas sociais. O facto de não ter existido, até então, a distinção entre estes dois tipos de fenómenos levou a que alguns investigadores concluíssem, a partir da descrição de alguns casos de terrorismo íntimo contra homens e das estimativas e dos estudos epidemiológicos sobre a frequência da violência situacional feminina, que existe, de facto, um "*Battered Husband Syndrome*" (Johnson, 1995; Steinmetz, 1977-78), sendo esta uma distorção perigosa da realidade (Johnson, 1995). Como já foi dito anteriormente, estas conclusões enviesadas poderão ser prejudiciais a apoios ou financiamentos para abrigos para mulheres batidas.

Os quatro tipos de violência descritos podem não ter as mesmas causas, trajectórias desenvolvimentais, consequências ou prognósticos de intervenção. Para uma compreensão e intervenção efectiva na violência entre parceiros e para

recomendações políticas úteis e fundamentadas, há que fazer estas distinções na investigação deste fenómeno (Johnson, no prelo). Mas mesmo algumas revisões mais recentes da literatura que se debruçam sobre a desconstrução da simetria de género na violência íntima, continuam a centralizar as suas questões no método de investigação utilizado, enquanto fonte primária de contradição de resultados (e.g. Kimmel, 2002; Saunders, 2002). Torna-se, assim, necessário um reconhecimento gradual de que a violência conjugal não é um fenómeno unitário (Johnson, no prelo).

3.2. A Violência Exercida por Mulheres nas Relações Íntimas

Apesar de ser comumente aceite pelos investigadores que a violência íntima exercida por mulheres ainda é um terreno desconhecido (e.g. Swan & Snow, 2002), alguns autores tentaram já debruçar-se especificamente sobre este tipo de violência, procurando as suas causas diferenciais relativamente à violência masculina, os seus contextos, a sua natureza e motivações, no sentido do desenvolvimento de tipologias da agressão feminina. Em Portugal, este tipo de estudos é praticamente inexistente. Neste espaço dar-se-ão a conhecer algumas dessas tipologias, nomeadamente a de Babcock e colegas (2003) e a de Swan e Snow (2002).

3.2.1. Mulheres Violentas na Intimidade e Mulheres Violentas no Geral

Os investigadores têm vindo a encontrar heterogeneidade entre os perpetradores masculinos de violência íntima, tendo-se desenvolvido algumas tipologias que os categorizam em subtipos. Holtzworth-Munroe e Stuart (1994, cit. Babcock, Miller & Siard, 2003) propuseram três tipos diferentes de homens violentos na intimidade: os violentos apenas na família, os *borderline* e os violentos na generalidade/antisociais. Apesar de ainda existirem algumas dúvidas relativamente ao tipo *borderline*, parece haver concordância geral quanto aos outros dois tipos (Babcock et. al., 2003).

A partir da constatação de que o número de mulheres detidas por violência íntima aumentou cerca de 10 a 12 vezes nos EUA, e partindo do princípio de que estas mulheres violentas também poderiam constituir um grupo heterogéneo, Babcock e colegas resolveram efectuar um estudo com uma amostra de mulheres detidas por violência íntima no sentido de procurar distinguir entre mulheres agressoras apenas na intimidade e mulheres agressoras na generalidade, bebendo da tipologia dos agressores masculinos de Holtzworth-Munroe e Stuart, acima mencionada.

Pretendiam, deste modo, averiguar o modo como tipos distintos de mulheres agressivas podem ter diferentes motivações e contextos para o exercício da violência⁶.

Algumas destas mulheres podem mesmo ter sido inapropriadamente detidas por terem agido em autodefesa, enquanto outras, com extensas histórias de violência podem ter sido, de facto, agressoras primárias que iniciam e escalam comportamentos violentos fora de situações de autodefesa. Esta distinção, e a descrição de uma tipologia que capte as causas diferenciais para o recurso à violência, assumem relevante importância uma vez que diferentes tipos de violência requerem diferentes tipos de sanções e intervenções (Babcock et al., 2003). Neste sentido, os autores examinaram as diferenças entre o uso da violência por mulheres com e sem história de agressões direccionadas a outros (não íntimos).

Segundo estes autores (Babcock et al., 2003), as mulheres agressoras na generalidade parecem ser significativamente mais violentas com os seus parceiros, utilizando a violência de uma forma instrumental para conquistar obediência ou controlo. O tipo de razões apresentadas para o recurso à violência são, normalmente, mais desviantes e instrumentais, utilizando-a de um modo mais abrangente, numa maior variedade de situações e externalizando a culpa, atribuindo-a ao seu parceiro ou a uma falta de controlo. Para além da violência física, este tipo de agressoras utilizam mais tácticas de abuso emocional, o que está de acordo com um padrão de controlo coercivo do parceiro. Aparentemente, este tipo de agressoras apresenta mais problemas psicológicos em geral, alguns bastante graves na sua natureza, assim como uma maior probabilidade de terem presenciado agressões das suas mães direccionadas aos seus pais. Do ponto de vista desenvolvimental, podem ter crescido em famílias violentas e ter experienciado abuso na infância, bem como em relações íntimas anteriores. Parecem, desta forma, ter sido socializadas no âmbito de uma subcultura familiar em que o recurso à violência por mulheres é admissível, tendo desenvolvido noções sociais de aceitação da violência. Em consequência, possuem uma história criminal mais extensa e apresentam uma maior probabilidade de serem presas (Babcock et al., 2003). Nestes casos, a estrutura patriarcal é inadequada para explicar o uso da violência íntima pelas mulheres.

As mulheres que são agressoras apenas com os seus parceiros recorrem à violência apenas no contexto da relação íntima. Estas mulheres têm menor probabilidade de terem experienciado abuso na sua família de origem. Ao invés, podem ter aprendido durante relacionamentos íntimos actuais ou anteriores que a agressão física é um modo aceitável e eficaz de lidar com o conflito nas relações

⁶ Podendo mesmo ter em comum com os homens agressores algumas motivações e circunstâncias.

íntimas. Relativamente ao tipo anterior, estas mulheres apresentam mais probabilidade de utilizar a violência em autodefesa. É esperado que este tipo de violência seja reactivo na sua natureza, surgido do medo, receio de abandono ou defesa (Babcock et. al., 2003).

Algumas das motivações descritas são partilhadas por ambos os géneros (por exemplo, procura de controlo, expressão de raiva, comunicação coerciva), enquanto outras são idiosincrasias de homens e mulheres. As mulheres apresentam mais comumente razões como retaliação, autodefesa e escape à agressão, enquanto os homens agridem mais como castigo por comportamentos indesejados ou controlo coercivo (*idem*).

Esta distinção entre mulheres agressoras apenas na intimidade e mulheres agressoras também noutros contextos torna-se importante. Mulheres sem histórias anteriores de violência, que não demonstram motivações desviantes para o seu uso, podem ter estado a agir em autodefesa face aos seus parceiros abusivos. Contudo, as autoridades não detêm ainda ferramentas fiáveis que lhes permita avaliar quem é o autor primário da violência (*idem*).

3.2.2. Uma Tipologia da Violência Feminina nas Relações Íntimas (Swan e Snow, 2002)

Estes autores, com base num estudo com 180 mulheres sinalizadas no contexto clínico que haviam agredido os seus maridos nos seis meses anteriores, encetam um esforço de compreensão da violência feminina, classificando-a em tipos: o tipo "vítimas", tipo "agressoras" e tipo "misto".

Tipo Vítima

Apesar de todas as mulheres inquiridas terem cometido, pelo menos, um acto de violência física contra os seus parceiros, 34% das mulheres foram classificadas como vítimas, o que significa que os seus parceiros terão cometido mais actos de violência severa e coerção contra elas do que o contrário. O Tipo Vítima foi classificado em dois subtipos:

- a) Tipo A, no qual os homens cometeram mais de todos os tipos de violência do que as mulheres, incluindo violência moderada e emocional
- b) Tipo B, no qual os homens cometeram mais violência severa e coerção, tendo as mulheres cometido violência moderada ou emocional (Swan & Snow, 2002).

Tipo Agressora

Apenas 12% das mulheres foram classificadas como agressoras, o que corrobora a ideia de que, entre as mulheres que utilizam a violência, existe um maior número de vítimas do que agressoras. Este tipo foi também classificado em dois subtipos:

- a) Tipo A, no qual as mulheres cometeram mais de todos os tipos de violência, incluindo violência moderada e emocional
- b) Tipo B, no qual as mulheres cometeram maiores níveis de violência severa e coerção, mas o parceiro cometera mais violência moderada e emocional (*idem*).

Tipo Misto

As relações íntimas de tipo misto representavam a maior parte da amostra, cerca de 50%. Neste tipo de relações ambos os parceiros são violentos, mas um deles é mais controlador. Também nas relações mistas foram identificados dois subtipos: relação mista com coerção feminina e relação mista com coerção masculina.

As relações mistas com coerção masculina são aquelas em que o homem é mais coercivo que a mulher, mas o uso de violência severa pela mulher é igual ou superior à do parceiro. Estes resultados podem indicar que, mesmo quando as mulheres infligem mais violência do que os homens, podem não estar necessariamente a controlar os seus companheiros. De facto, apesar de estas mulheres serem tão ou mais violentas do que os seus parceiros, estes continuam a manter o controlo da relação. Neste tipo verificaram-se níveis bastante altos de abuso total, sendo, na perspectiva dos autores, semelhante à categoria *resistência violenta* de Johnson (2000), ou seja, mulheres que retaliam fisicamente contra parceiros que tentam controlá-las coercivamente.

As relações mistas com coerção feminina são aquelas em que ambos são violentos mas em que o uso da coerção pelas mulheres é equivalente ou superior ao parceiro. Ao autores ressalvam, contudo, que, neste tipo de relação, mesmo havendo coerção feminina, esta é muito menos pronunciada e controladora do que a exercida pelos homens no subtipo anterior. Este tipo de relação íntima é o menos abusivo de todos. Segundo os autores, este tipo seria quase equivalente à violência situacional entre o casal, de Johnson, no qual o abuso surge mais como resultado de um conflito do que propriamente como um meio de manter o controlo sobre o parceiro (Swan & Snow, 2002).

Dentro do Tipo Misto os homens têm quase o dobro da probabilidade de exercer maior controlo coercivo do que a mulher, mesmo quando ambos apresentam níveis de violência similares. As agressoras femininas continuam sem o poder patriarcal que sustenta o controlo absoluto dos homens sobre as suas vítimas. A maior parte das mulheres não é socializada para exercer esse tipo de controlo sobre os homens e, mesmo que tentem, existem normas sociais poderosas que as impedem. Por exemplo, se um homem restringir a sua mulher, impedindo-a de sair de casa, trabalhar ou ver os amigos, ele é apoiado pela crença tradicional de que o lugar de uma mulher é em casa. Uma mulher abusiva não tem este tipo de suporte tradicional (Swan & Snow, 2002). Paralelamente, alguns homens conseguem aterrorizar as suas companheiras com gestos ou olhares que podem significar ameaça de abuso. Raramente uma mulher consegue este efeito no seu parceiro, já que, de uma forma geral, os homens não as percebem como intimidativas ou assustadoras (Langhinrichsen-Rohling et. al., 1995; Morse, 1995). E mesmo quando as mulheres são claramente as agressoras, os seus parceiros podem não exibir respostas clássicas à vitimação, tais como medo, obediência, desânimo aprendido e *disempowerment*. Na maioria dos casos, as mulheres simplesmente não inspiram medo nos homens e raramente alcançam sucesso no controlo dos seus comportamentos.

Em suma, apesar de ter sido feita uma distinção entre diferentes tipos de agressoras femininas, todas as evidências indicam que os agressores masculinos cometem, de um modo geral, mais abuso severo, moderado e emocional, assim como mais coerção do que as mulheres.

Desta forma, torna-se importante analisar a violência feminina por relação com a violência masculina, pois mesmo nas relações em que a mulher é a agressora, usualmente é também vítima do seu parceiro. O comportamento violento das mulheres só pode, assim, ser compreendido quando colocado no contexto de violência dos seus parceiros contra elas.

A tipologia de Swan e Snow (2002), à semelhança das anteriormente referidas, pode ter importantes aplicações para os técnicos que trabalham com mulheres violentas na intimidade. Uma mulher que seja detida por violência conjugal, mas que é claramente uma vítima, necessitará de um tipo de intervenção diferente de uma mulher agressora. Os autores chamam ainda a atenção para a necessidade do desenvolvimento de teoria nesta área de investigação que examine as motivações, o contexto social e cultural, os antecedentes e as consequências da violência feminina, bem como as suas diferenças relativamente à violência masculina (Swan & Snow, 2002).

PARTE II
Estudo Preliminar Quantitativo: Um Olhar Sobre a Violência Conjugal no
Norte de Portugal

1. Enquadramento e Objectivos

A fase quantitativa deste estudo inscreve-se no âmbito do projecto de investigação em curso no Departamento de Psicologia da Universidade do Minho e financiado pela Fundação Para a Ciência e Tecnologia, designado "Enquadramento cultural da violência contra mulheres e crianças", de autoria e coordenação da Prof. Doutora Carla Machado. Este projecto estabelece duas linhas de pesquisa centrais: i) um macro-estudo quantitativo centrado na identificação de indicadores de prevalência da violência no contexto familiar e ii) o desenvolvimento de estudos mais localizados em torno das atitudes e comportamentos em relação à violência em diferentes subgrupos: ofensores, vítimas, profissionais de ajuda e profissionais da área de justiça (Machado, 2005). Cumprindo o primeiro objectivo proposto por este projecto, foi realizado um estudo epidemiológico que procurou a) estabelecer a prevalência de comportamentos violentos, físicos e emocionais nas famílias portuguesas da região Norte, nomeadamente a nível conjugal e parental e b) conhecer as atitudes em relação a estas formas de conduta violenta (*ibidem*).

A fase preliminar do presente exercício de investigação alicerçou-se, precisamente, no estudo epidemiológico referido, partindo da base de dados recolhida no seu decurso para aceder à sub-amostra das mulheres violentas na conjugalidade, bem como para realizar algumas análises estatísticas relevantes para o tema em análise.

O objectivo desta primeira fase não se enquadra numa lógica verificacionista, pretendendo-se, antes, uma apreensão global das práticas de violência familiar, neste caso específico das práticas de violência íntima, assim como das crenças que as legitimam, no sentido apenas exploratório e revelador de pistas de investigação, assumindo, pois, um carácter mais descritivo. Desta forma não partimos com hipóteses formuladas, apenas com algumas curiosidades baseadas no que se conhece da literatura acerca do tema.

2. Aspectos Metodológicos

2.1. Os Instrumentos

Os dados foram recolhidos a partir de quatro escalas: o I.P.E. - Inventário de Práticas Educativas (Gonçalves, Machado & Matos, 2000), o E.C.P.F. - Escala de Crenças acerca da Punição Física (Machado, Gonçalves & Matos, 2000), o I.V.C. - Inventário de Violência Conjugal (Matos, Machado & Gonçalves, 2000a) e o E.C.V.C. -

Escala de Crenças sobre Violência Conjugal (Matos, Machado & Gonçalves, 2000b). Para o presente estudo recorreremos aos dados obtidos apenas com base no I.V.C. e E.C.V.C, por incidirem sobre a violência íntima em particular.

O E.C.V.C. pretende avaliar o grau de legitimação/tolerância face à violência nas relações conjugais e/ou íntimas. Esta escala é constituída por 25 itens cujas opções de resposta variam numa escala *likert* de 5 pontos, desde 1 ("discordo totalmente") até 5 ("concordo totalmente"). As qualidades psicométricas da escala, quer relativas à precisão quer referentes à validade, revelaram-se bastante satisfatórias (cf. Machado, Matos & Gonçalves, 2004). O E.C.V.C. possibilita a análise de quatro factores de legitimação da violência: legitimação da violência pela conduta da mulher, legitimação da violência pela privacidade da família, legitimação da violência pela externalização da culpa e legitimação da violência pela sua normalidade (Machado, Matos & Gonçalves, 2004).

O I.V.C. é constituído por 21 itens referentes a comportamentos de violência conjugal, sendo solicitado aos participantes que indiquem, para cada um dos comportamentos, a frequência⁷ com que já os utilizaram ou a frequência com que o parceiro/a os utilizou contra si, no âmbito das suas relações actuais, no espaço temporal do ano anterior ao inquérito. Este inquérito permite determinar a taxa de prevalência de comportamentos de abuso emocional, violência física e violência sexual, exercidos e recebidos, sendo que, no âmbito do presente estudo, centramonos apenas na violência física (que inclui a violência sexual).

2.2. Amostragem e Amostra

Os participantes que constituem a amostra global foram seleccionados através de um processo de amostragem por quotas. O número, assim como a distribuição da amostra, foram definidos pelo Instituto Nacional de Estatística, a pedido da Universidade do Minho. A amostra total é constituída por 2391 sujeitos, distribuídos geograficamente do seguinte modo:

⁷ As possibilidades de resposta apresentadas para a avaliação da frequência destes comportamentos são "nunca fiz" / "o meu parceiro nunca me fez", "já fiz uma única vez" / "o meu parceiro já me fez uma única vez" e "já fiz mais do que uma vez" / "o meu parceiro já me fez mais do que uma vez".

Tabela 1. Distribuição da Amostra por zonas do País (cf. Machado, 2005)

Zona do País	
Minho – Lima	138
Cávado	
Grande Porto	816
Ave	
Tâmega	381
Entre Douro e Vouga	189
Douro	132
Alto Trás-os-Montes	

2.3. Procedimentos

Os sujeitos participantes foram contactados nas suas residências ou locais de trabalho, sendo-lhes solicitada a colaboração para o preenchimento do questionário entregue dentro de um envelope que deveria, depois de preenchido, ser devidamente fechado, com vista salvaguardar a identidade do participante, assegurando, assim, uma maior fidelidade das respostas. Apenas um elemento por casal respondeu ao inquérito, individualmente ou com a ajuda do investigador em casos de particular necessidade (por exemplo, indivíduos com pouca escolaridade e/ou em casos onde possam surgir dificuldades relevantes). Os participantes, depois de devidamente informados dos propósitos do estudo poderiam, voluntariamente, deixar o seu nome e contacto em ordem a participar em eventuais fases posteriores de investigação.

2.4. Modelo de Análise e Tratamento dos Dados

Os dados quantitativos foram submetidos a análise estatística através do programa SPSS-versão 13.0 para Windows, com recurso a análises adequadas às variáveis em estudo: análise de frequências, testes Qui-Quadrado, testes de comparação de médias e análise de correlações.

3. Resultados

Apresentamos, de seguida, apenas para um enquadramento geral da problemática, os resultados obtidos relativamente à amostra global⁸ reportando-nos,

⁸ Dados mais detalhados podem ser consultados em Machado, 2005.

posteriormente, às participantes femininas em particular, mais especificamente às mulheres agressoras.

3.1. Resultados da Amostra Global

A amostra total é constituída por 2391 participantes, sendo 1057 do sexo masculino (44.2%) e 1334 do sexo feminino (55.8%).

Na amostra global, foi encontrado um total de 627 ofensores conjugais (26.2%), 288 considerados como parceiros fisicamente maltratantes (12%) e 567 como ofensores emocionais (23.7%).

Relativamente à vitimação, 502 participantes admitiram-se como vítimas (21%), dos quais 247 de agressões físicas (10.3%) e 498 de agressões emocionais (20.8%).

Tabela 2. Caracterização Global da Amostra (cf. Machado, 2005)

Participantes	2391	100%
Sexo feminino	1334	55.8%
Sexo masculino	1057	44.2%
Ofensores	627	26.2%
Agressões físicas	288	12%
Agressões emocionais	567	23.7%
Vítimas	502	21%
Maus-tratos físicos	247	10.3%
Maus-tratos emocionais	498	20.8%

Foram encontradas diferenças estatisticamente significativas no que concerne à agressão conjugal em geral⁹ e à agressão física em particular¹⁰, sendo que os homens

⁹ Que inclui todos os comportamentos de violência física, emocional e sexual.

¹⁰ Que inclui todos os comportamentos de agressão física, severa ou leve.

são mais agressores conjugais ($x^2=7.64;gl=1;p=0.006$) e mais agressores físicos ($x^2=6.75;gl=1;p=0.009$) do que as mulheres (cf. Machado, 2005).

No que concerne aos maus tratos emocionais, não foram encontradas diferenças estatisticamente significativas entre os sexos ($x^2=3.46;gl=1;p=0.06$).

Tabela 3. Ofensas Conjugais consoante o Sexo

	OFENSORES CONJUGAIS				x^2	p
	Sexo Masculino		Sexo Feminino			
	N	%	N	%		
Total	315	50.2%	312	49.8%	7.64	0.006
Ofensores Físicos	151	52.4%		47.6%	6.75	0.009
Ofensores Emocionais	276	48.7%	291	51.3%	3.46	0.06

Relativamente aos participantes considerados como vítimas, encontraram-se diferenças estatisticamente significativas entre sexos, com as mulheres admitindo mais vitimação do que os homens, quer em termos gerais¹¹ ($x^2=5.75;gl=1;p=0.016$) quer na vitimação física ($x^2=15.55;gl=1;p=0.000$) e na vitimação emocional ($x^2=4.43;gl=1;p=0.04$), sendo esta última, porém, uma diferença menos significativa (cf. Machado, 2005).

Tabela 4. Vitimação Conjugal consoante o Sexo

	VÍTIMAS DE OFENSAS CONJUGAIS				x^2	p
	Sexo Masculino		Sexo Feminino			
	N	%	N	%		
Total	205	40.8%	297	59.2%	5.75	0.016
Vítimas Maus Tratos Físicos	83	33.6%	164	66.4%	15.55	0.000
Vítimas Maus Tratos Emocionais	202	40.6%	296	59.4%	4.43	0.04

Para os efeitos específicos deste trabalho, calculámos alguns indicadores adicionais aos publicados por Machado (2005), nomeadamente os índices de violência severa e violência menor exercida e sofrida, bem como o índice de controlo coercivo. O índice de violência severa¹² revelou uma particularidade: relativamente aos comportamentos de violência severa exercidos, ou seja, os auto-reportados, não foram encontradas diferenças significativas entre homens e mulheres, admitindo ambos os sexos de forma equilibrada a perpetração deste tipo de violência. Já quando

¹¹ Vítimas de maus tratos físicos, emocionais e sexuais.

¹² Consideramos como violência severa a pontuação em um ou mais dos seguintes comportamentos de violência física: apertar o pescoço, dar um murro, dar uma sova, dar pontapés ou cabeçadas, bater com a cabeça contra a parede ou contra o chão, causar ferimentos com ou sem necessidade de assistência médica, forçar a pessoa a manter actos sexuais contra a sua vontade.

nos referimos à violência severa sofrida, ou seja, quando o que se reporta é um comportamento de violência do qual se foi vítima, aí as diferenças encontradas entre os sexos assumem relevância estatística ($\chi^2=36.28$;gl=1;p=0.000), com as mulheres admitindo mais vitimação deste tipo de violência. Estes resultados podem sugerir algumas diferenças de relato entre homens e mulheres que discutiremos mais adiante.

Tabela 5. Violência Severa Exercida e Sofrida consoante o Sexo

	VIOLÊNCIA SEVERA				χ^2	p
	Sexo Masculino		Sexo Feminino			
	N	%	N	%		
Violência Severa Exercida	35	43.8%	45	56.3%	0.059 ^a	0.8
Violência Severa Sofrida	19	17%	93	65.9%	36.28 ^b	0.000

Já no que diz respeito à violência considerada como leve¹³ ou menor, encontramos diferenças estatisticamente significativas entre os sexos, quer na perpetração quer na vitimação, sendo os homens os que mais cometem ($\chi^2=4.15$;gl=1;p=0.041) e as mulheres as que mais sofrem ($\chi^2=12.63$;gl=1;p=0.000) este tipo de violência.

Tabela 6. Violência Leve Exercida e Sofrida consoante o Sexo

	Sexo Masculino		Sexo Feminino		χ^2	p
	N	%	N	%		
	Violência Leve Exercida	142	50.7%	138		
Violência Leve Sofrida	77	34.1%	136	65.9%	12.63	0.000

Relativamente ao controlo coercivo¹⁴, e em concordância com o encontrado na literatura, os resultados indicam diferenças estatisticamente significativas entre os sexos, apontando os homens como os que mais exercem comportamentos violentos na tentativa de controlar a sua parceira ($\chi^2=4.93$;gl=1;p=0.026). Da mesma forma, são as mulheres que mais admitem serem vítimas de controlo coercivo pelos seus parceiros ($\chi^2=6.04$;gl=1;p=0.014).

¹³ A violência leve foi calculada com base nos seguintes comportamentos abusivos: dar uma bofetada, atirar objectos à outra pessoa, dar empurrões violentos e puxar os cabelos com força.

¹⁴ Que inclui os seguintes comportamentos: "partir ou danificar coisas intencionalmente ou deitar comida para o chão para meter medo", "acordar a meio da noite para causar medo", "impedir o contacto com outras pessoas", "perseguir na rua, no emprego ou local de estudo para causar medo", "ficar com o salário da outra pessoa ou não lhe dar o dinheiro necessário para as despesas quotidianas" e "gritar ou ameaçar para meter medo".

Tabela 7. Controlo Coercivo Exercido e Sofrido consoante o Sexo

	CONTROLO COERCIVO					
	Sexo Masculino		Sexo Feminino			
	N	%	n	%		
Coerção Exercida	177	50.6%	173	49.4%	4.93	0.026
Coerção Sofrida	20	38.1%	195	61.9%	6.04	0.014

Perante estas evidências, e como seria de esperar, parece existir uma relação entre o exercício da violência física, severa ou leve e o controlo coercivo, conforme descrito na tabela que se segue.

Tabela 8. Relação entre Violência e Controlo Coercivo

	CONTROLO COERCIVO		X ²	V de Cramer
	Ausente	Presente		
Violência Física				
Ausente	1757	181	362.98	0.404
Presente	134	148		
Violência Severa				
Ausente	1885	289	153.27	0.26
Presente	32	53		
Violência Menor				
Ausente	1777	192	346.57	0.393
Presente	128	143		

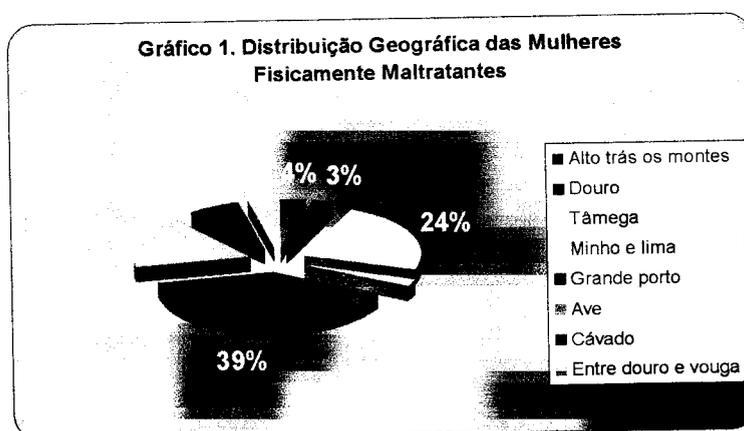
No que se reporta às consequências da violência física, foi-nos ainda possível avaliar os ferimentos que não necessitaram de assistência médica e os ferimentos que necessitaram de assistência médica, exercidos ou sofridos. Desta forma, quanto à admissão de perpetração deste tipo de sequelas, não encontramos diferenças estatisticamente significativas entre os sexos. Já quando se trata de admitir comportamentos sofridos, a diferença assume relevância estatística entre os sexos, sendo as mulheres as que mais sofrem ferimentos sem necessidade de assistência médica ($x^2=19.4$; $gl=1$; $p=0.000$) e ferimentos com necessidade de assistência médica ($x^2=9.6$; $gl=1$; $p=0.001$).

Tabela 9. Consequências da Violência Consoante o Sexo

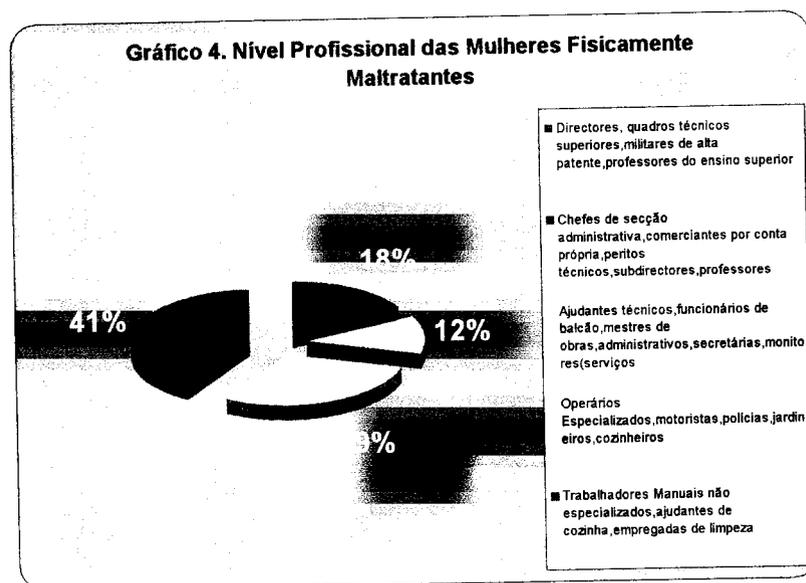
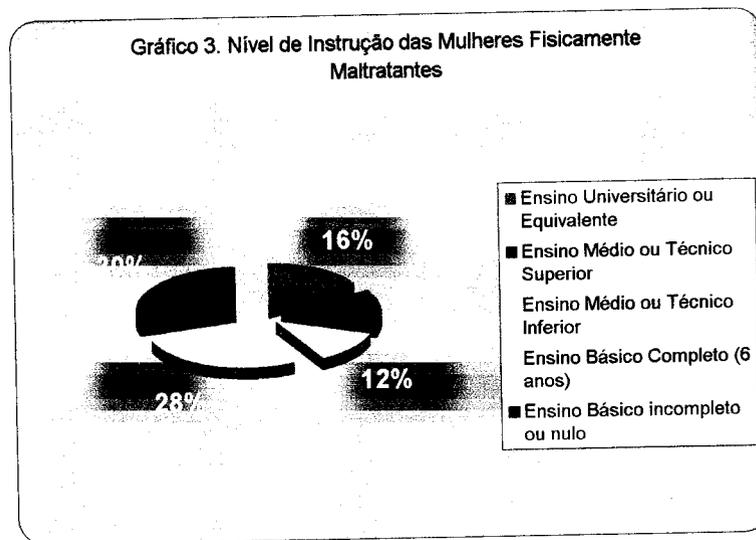
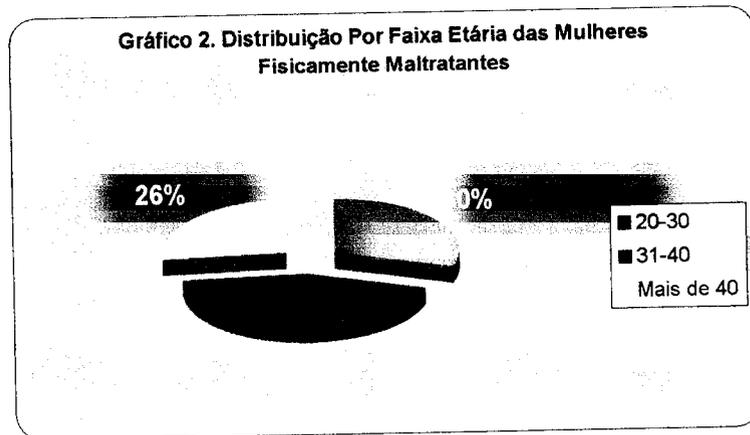
	Sexo		n	p	p
	Masculino	Feminino			
Ferimentos Sem Necessidade de Assistência Médica					
Exercidos	6	15		2.25	0.099
Sofridos	8	46		19.4	0.000
Ferimentos Com Necessidade de Assistência Médica					
Exercidos	2	3		0.046	0.598
Sofridos		23		9.6	0.001

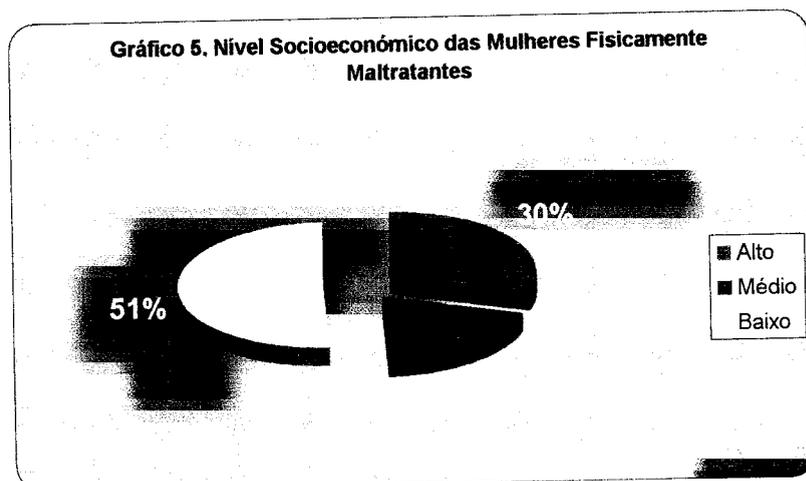
3.2. Resultados Relativos às Mulheres Fisicamente Maltratantes

Nesta parte apresentaremos os resultados relativos apenas às mulheres consideradas como agressoras físicas no âmbito das suas relações íntimas, por ser neste grupo que se concentram as nossas curiosidades e pretensões de investigação. Em termos de caracterização sócio-demográfica, podemos verificar que a maioria é proveniente das regiões do Grande Porto (39.4%) e do Tâmega (2.1%). As idades estão mais concentradas na faixa etária compreendida entre os 31 e os 40 anos e pertencem, geralmente, a um nível de instrução e profissional baixo e médio baixo¹⁵. Com base nestes dois últimos índices calculou-se o nível socioeconómico, enquadrando-se a maioria destas mulheres num estrato baixo (51%).



¹⁵ Calculados com base no índice de Graffar.





Ainda no que diz respeito ao nível socioeconómico, verificámos que existem diferenças estatisticamente significativas entre os níveis alto, médio e baixo, quer relativamente à perpetração quer à vitimação de violência física, sendo o nível mais baixo aquele onde se encontra o maior número de ofensores e vítimas.

Tabela 10. Relação entre Nível Socioeconómico e Perpetração/Vitimação de Violência Física
Mulheres Fisicamente Maltratantes **Mulheres Fisicamente Maltratadas**

NSE	Mulheres Fisicamente Maltratantes	Mulheres Fisicamente Maltratadas
Alto	25	31
Médio	19	26
Baixo	86	93
χ^2	18.63	20.98
p	0.000	0.000

Atendendo discriminadamente aos comportamentos de violência física utilizados pelas mulheres no contexto das suas relações íntimas, verificamos que os mais utilizados são actos considerados como violência menor: "dar uma bofetada" (47.8%), "atirar objectos à outra pessoa" (30.7%), "dar empurrões violentos" (30.7%) e "puxar os cabelos com força" (19.7%). Dentro do tipo de ofensas severas, assinaladas na tabela, as mais utilizadas terão sido "dar um murro" (15.9%) e "apertar o pescoço" (8.7%). "Causar ferimentos que necessitaram de assistência médica", uma das ofensas consideradas como mais severas, não foi utilizada por nenhuma das mulheres fisicamente maltratantes.

Tabela 11. Comportamentos de Violência Física Utilizados pelas Mulheres

Comportamentos de Violência Física		
Puxar os cabelos com força	27	19.7%
Dar uma bofetada	66	47.8%
		8.7%
Dar um murro		15.9%
Atirar objectos à outra pessoa	42	30.7%
Dar uma sova		
		2.2%
Dar empurrões violentos	43	30.7%
Bater com a cabeça contra a parede ou contra o chão		1.5%
Causar ferimentos que não necessitaram de assistência médica		
Causar ferimentos que necessitaram de assistência médica		
Forçar a outra pessoa a manter actos sexuais contra a sua vontade		2.2%

Tendo em conta o tipo de violência exercido, estimou-se que, das participantes femininas, 11.2% sejam ofensoras físicas; destas, 29.7% são perpetradoras de violência severa e a grande maioria, 94.2%, são agressoras leves.

Não obstante, uma grande percentagem das ofensoras físicas (76.8%) é também vítima de violência física, sendo 35.4% vítima de violência severa e 70.7% vítima de violência leve.

Tabela 12. Caracterização das Mulheres Fisicamente Maltratantes quanto aos Tipos de Violência

	n	%
Ofensoras Físicas	138	11.2% ¹⁶
Ofensoras Severas	41	29.7%
Ofensoras Leves	130	94.2%
VÍTIMAS FÍSICAS	73	76.8%
Vítimas Severas	40	35.4%
Vítimas Leves	70	70.7%

A maioria das ofensoras físicas são também vítimas de violência física, quer se trate de violência severa ou leve. De facto, as correlações encontradas entre o facto de ser vítima e ser ofensora, abaixo discriminadas, revelaram-se bastante significativas, sugerindo que a violência física íntima é, de facto, em alguns casos,

¹⁶ Relativamente à amostra total de mulheres.

bidireccional, o que está pode estar de acordo com a tese da agressão mútua ou da autodefesa mencionadas na revisão da literatura.

Tabela 13. Relação entre Perpetração e Vitimação de Ofensas Físicas

	VÍTIMA FÍSICA		x ²	V de Cramer	
	Não	Sim			
OFENSORA FÍSICA	Não	836	74	325.21	0.569
	Sim	22	73		

Tabela 14. Relação entre Perpetração e Vitimação de Violência Severa

	VÍTIMA SEVERA		x ²	V de Cramer	
	Não	Sim			
OFENSORA SEVERA	Não	977	67	167.26	0.394
	Sim	10	23		

Tabela 15. Relação entre Perpetração e Vitimação de Violência Leve

	VÍTIMA LEVE		x ²	V de Cramer	
	Não	Sim			
OFENSORA LEVE	Não	864	66	336.44	0.573
	Sim	24	70		

Avaliamos, ainda, o grau de legitimação da violência nas relações íntimas, calculado a partir da Escala de Crenças sobre Violência Conjugal. Sem surpresas, constatamos que tanto as mulheres agressoras como as mulheres vítimas de violência íntima física legitimam mais a violência do que as não agressoras e não vítimas. Para além do grau de legitimação total, pudemos ainda calcular quatro factores a partir desta escala, cujos resultados, que assumiram relevância estatística, indicam que as ofensoras físicas legitimam mais a violência nas relações íntimas do que as não ofensoras nos quatro factores calculados: legitimação da violência pela conduta da mulher (Factor 1), pela privacidade da família (factor 2), pela externalização da culpa (Factor 3) e pela sua normalidade (Factor 4).

Tabela 16. Grau de Legitimação face à Violência das Ofensoras Físicas

	Ofensoras Físicas		Não Ofensoras Físicas		t	gl	p
	X	DP	X	DP			
ECVC total	60.06	18.57	49.89	14.74	-5.86	143	0.000
F1 conduta da mulher	23.32	8.19	18.52	6.54	-6.47	153	0.000
F2 privacidade da família	26.79	8.83	22.91	7.17	-4.82	153	0.002
F3 externalização da culpa	25.77	7.42	22.37	6.54	-4.95	152	0.027
F4 normalidade da violência	8.84	3.27	6.71	2.55	-7.23	154	0.000

Relativamente às mulheres fisicamente maltratadas encontramos, do mesmo modo, diferenças estatisticamente significativas no que diz respeito à legitimação da violência pela conduta da mulher, pela privacidade da família e pela sua normalidade. Já no que se refere ao Factor 3 (legitimação da violência pela externalização da culpa), não se encontraram diferenças estatisticamente significativas entre vítimas e não vítimas de ofensas físicas.

Tabela 17. Grau de Legitimação face à Violência das Vítimas de Ofensas Físicas

	Vítimas de Ofensas Físicas		Não Vítimas		t	gl	p
	X	DP	X	DP			
ECVC total	60.07	18.4	48.79	14.61	-6.99	181	0.000
F1 conduta da mulher	22.88	8.23	18.1	6.52	-6.85	193	0.000
F2 privacidade da família	27.01	8.9	22.38	7.06	-6.15	196	0.000
F3 externalização da culpa	25.62	7.3	21.95	6.58	-5.76	199	0.052
F4 normalidade da violência	8.4	3.37	6.56	2.43	-6.56	191	0.000

4. Interpretação e Discussão dos Resultados

Feita a descrição dos resultados, cabe-nos agora proceder à sua análise à luz da teoria revista, preocupando-nos em questionar os nossos dados relativamente às questões da simetria e assimetria de género na perpetração de violência conjugal e, em particular, às características da violência utilizada pela sub-amostra de agressoras físicas femininas.

Se considerarmos a violência conjugal tomada no seu todo, ou seja, tendo em consideração a violência física, emocional e sexual exercida na conjugalidade, percebemos que os homens são mais agressores conjugais do que as mulheres. Contudo, é de todo o interesse perceber em concreto qual o tipo de agressão mais utilizado.

Convém, antes de mais, salientar que grande parte da prevalência de violência conjugal encontrada neste estudo engloba o abuso emocional. Mesmo estando conscientes de que a agressão emocional é tão ou mais passível de provocar danos do que a agressão física e que ambas são indissociáveis, o presente estudo centrou-se essencialmente nos maus tratos físicos, sendo esta uma opção metodológica que resulta das limitações de tempo e de espaço com que a realização de uma dissertação de mestrado sempre se confronta. Não obstante, percebemos que a violência emocional é fortemente utilizada na amostra recolhida, correspondendo este tipo de agressores a 23.7% e as vítimas a 20.8% da amostra global. Consideramos, por isso, que estes dados não deverão ser ignorados, constituindo uma pista de investigação futura, igualmente importante e necessária à compreensão da dinâmica mais geral dos maus tratos íntimos.

Reportando-nos, então, à violência física, os dados revelam que são os homens os que cometem mais agressão física (incluindo nesta a agressão sexual) do que as mulheres, o que, à partida, contraria o que se tem vindo a verificar em estudos epidemiológicos idênticos, nomeadamente os realizados pelos sociólogos do conflito familiar nos EUA (Straus, 1993; Gelles & Straus, 1980), sobre os quais nos debruçamos com maior pormenor na primeira parte deste trabalho. Como vimos, estes estudos têm vindo, sistematicamente, a encontrar equilíbrio de género na perpetração de violência íntima física, ou seja, as mulheres cometeriam actos de violência física contra os seus parceiros com a mesma frequência que os homens. De facto, tal não se verificou na nossa amostra, limitada ao norte de Portugal; pelo contrário, quando se trata da perpetração de violência física, houve uma diferença bastante significativa entre os sexos que indica que são os homens os que mais admitem e as mulheres as que são mais frequentemente vítimas deste tipo de violência.

Apesar de não haver exactamente outros estudos análogos, se tivermos em conta alguns dados de estudos portugueses (e.g. Lourenço, Lisboa & Pais, 1997, cit. Matos, 2002), este cenário não terá sofrido grandes alterações. Por exemplo, segundo as estatísticas da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima, relativas ao primeiro trimestre de 2006, 91% das vítimas que procuraram esta instituição são do sexo feminino e apenas 9% do sexo masculino. Ainda um estudo de Lourenço e Lisboa (1992, cit. Matos, 2002) constatou que "o marido que bate na mulher" integrava as situações de violência percebidas como mais frequentes. Estas evidências podem sugerir que, apesar das várias campanhas de sensibilização para a questão da violência doméstica, da maior visibilidade deste fenómeno e do mais vasto leque de

respostas sociais ao problema, prevalece, ainda, no nosso país, uma estrutura familiar de cariz marcadamente patriarcal, onde, por muitas vezes, o homem se impõe na relação íntima através do uso da força física, o que pode reflectir uma aceitação cultural da violência como forma de resolução de conflitos e de controlo da relação.

Analisando, em particular, os tipos de violência e vitimação física encontradas - violência física severa ou leve - os dados revelaram algumas particularidades. Apesar de a diferença estatística se ter revelado de fraca intensidade, são os homens os que mais admitem cometer actos de violência leve, tais como dar uma bofetada ou atirar com objectos à outra pessoa. Da mesma forma, foram as mulheres as que mais admitiram terem sido vítimas deste tipo de agressões. Contudo, e relativamente à violência severa, quando a análise recai sobre os comportamentos exercidos, ou seja, aqueles que os participantes admitiram ter cometido contra os seus companheiros/as, ao contrário do que seria de esperar, não encontramos diferenças estatisticamente significativas entre os sexos. Contudo, quando olhamos a violência sofrida, ou seja, os comportamentos que os participantes reportam como tendo sido perpetrados pelos parceiros/as contra si, são as mulheres as que mais admitem terem sido vítimas de violência severa, com uma diferença estatística bastante acentuada e significativa (cerca de 93 mulheres comparativamente com 19 homens).

Estes dados são, por isso, aparentemente contraditórios, ou seja, os níveis de perpetração de violência física entre homens e mulheres são idênticos, enquanto que os níveis de vitimação são significativamente mais acentuados para as mulheres. Não obstante, eles podem reflectir um efeito do auto-relato, decorrente da deseabilidade social e bastante comum em estudos epidemiológicos deste tipo. Como foi constatado através da revisão bibliográfica, já muitos estudos referiram a existência de diferenças entre homens e mulheres nos seus auto e hetero relatos, podendo acabar por induzir em erro os investigadores. Aparentemente, os homens terão tendência a sub-reportar os comportamentos de violência perpetrados por si, bem como a minimizar a severidade das suas agressões, podendo isto ter a ver com o facto de se tratarem de comportamentos socialmente reprovados (Dobash & Dobash, 2004; Scinovacs & Egley, 1995; Kimmel, 2002; Cascardi & Vivian, 1995; Cantos, Neidig e O'Leary, 1993). Desta forma, também no presente estudo podemos estar a assistir a um viés deste tipo, tanto mais se tivermos em conta que o mesmo se passou aquando da análise das consequências físicas da violência, conforme veremos adiante, pelo que estes índices deverão ser alvo de cuidados redobrados nas suas interpretações.

Quando analisamos as consequências da violência física exercida por ambos os sexos, à semelhança do que se verificou na análise do índice de violência severa, encontramos também algumas particularidades que podem ter mais a ver com os

efeitos de relato que, como já vimos, são inevitáveis e incontornáveis em estudos epidemiológicos. Constatámos que, quando se trata de admitir que se provocou este tipo de ferimentos no parceiro/a, não se verificam quaisquer diferenças estatísticas entre os sexos, o que poderia sugerir que ambos provocam ferimentos com ou sem necessidade de assistência médica no/a parceiro/a de forma equilibrada. Podemos, também aqui, estar perante uma influência da desejabilidade social, já acima discutida. Efectivamente, os índices obtidos através do relato da vitimação apresentam diferenças de género bastante acentuadas e relevantes do ponto de vista estatístico, sendo as mulheres as que mais assumem sofrer sequelas físicas decorrentes da violência, sejam elas com ou sem necessidade de assistência médica.

Esta conclusão vai ao encontro do que é defendido pelas teorias feministas: mesmo tendo em conta que as mulheres podem também tornar-se fisicamente maltratantes, por vezes até assumindo comportamentos de bastante severidade, o impacto da violência exercida pelos homens é tipicamente mais acentuado, do ponto de vista físico e psicológico (Worcester, 2002; Saunders, 2002), sendo as mulheres as que mais recorrem ao sistema médico e jurídico na sequência da vitimação (Tjaden & Thoennes, 2000). Paralelamente, não podemos negligenciar as diferenças físicas e de estatura entre os sexos, sabendo que os homens possuem, na sua maioria, mais força física do que as mulheres e que estas, mesmo perpetrando comportamentos de agressão física, podem produzir consequências bastante menos pronunciadas e de menor gravidade – uma bofetada de um homem pode não ser igual a uma bofetada de uma mulher e estas eventuais diferenças devem ser tidas em conta na apreciação dos resultados.

As conclusões extraídas dos nossos dados são, desta forma, contrárias ao que esperávamos em termos de perpetração de violência leve e violência severa, tendo em conta o que sabemos da literatura disponível. Mesmo os estudos epidemiológicos realizados pelos sociólogos do conflito familiar, que defendem a existência de simetria entre géneros em termos de perpetração de violência íntima, foram admitindo, ao longo das suas edições, nomeadamente no *National Family Violence Survey*, que a violência severa seria mais exercida pelos homens e a violência leve a mais exercida pelas mulheres (Straus, 1980, 1993, 2004; Straus & Gelles, 1980), tendências estas que não foram verificadas na nossa análise, em que os homens surgem, em geral, como mais violentos.

Para além de serem mais agressores físicos em geral do que as mulheres, como seria de esperar, e de resultarem mais consequências físicas da violência por si perpetrada, são os homens os que mais exercem comportamentos considerados como de controlo coercivo sobre as suas companheiras, que incluem actos com a intenção

de assustar, meter medo, coagir e controlar o/a parceiro/a. De acordo com isto, encontrou-se uma relação relativamente significativa entre o exercício da violência física e o controlo coercivo. Estes dados reforçam a sugestão de que a violência masculina na conjugalidade está, de facto, associada a uma tentativa de exercício de poder e controlo sobre a relação, o que está, mais uma vez, de acordo com as teorias feministas. Contudo, estes dados devem ser alvo de cuidados pois, tal como defendem as feministas, a aceção dos significados atribuídos ao uso da violência é impossível de concretizar através do mero relato do número de comportamentos violentos exercidos num dado espaço de tempo (Dobash & Dobash, 2004; Saunders, 1990).

Uma vez encontrado um grupo de mulheres que se assumiram como agressoras – 138 mulheres agressoras, o que corresponde a 11.2% das participantes femininas e a 5.8% da amostra global –, interessou-nos particularmente as características da violência exercida por este grupo de participantes.

A apreciação em termos sócio-demográficos desta sub-amostra revelou que a maioria das ofensoras físicas provém das zonas do Grande Porto, Tâmega e Ave, estando relativamente equilibradas em termos de faixas etárias. A maioria destas mulheres possui um nível de instrução e profissional baixo. Desta forma, foi-nos permitido calcular um índice de nível socioeconómico, cujos resultados apontam para que a maioria das mulheres ofensoras se enquadra num nível socioeconómico baixo. É do conhecimento geral que a pobreza está associada ao exercício da violência, não sendo esta, contudo, uma relação causal. Tal pode ter a ver com o facto de a violência ser mais visível nestas camadas e de os problemas normalmente decorrentes da pobreza, tais como a precariedade de emprego, o baixo nível de instrução, a criminalidade, as dificuldades económicas ou o alcoolismo, poderem ser precipitantes de situações de violência conjugal. Não podemos obstar, porém, a que a violência conjugal é um fenómeno que perpassa todas as classes sociais, podendo estar menos visível ou sendo menos admitida pelas pessoas provenientes de níveis socioeconómicos mais altos, mais uma vez, devido ao efeito da desejabilidade social reflectido no auto-relato. Contudo, um número ainda considerável de ofensoras, cerca de 30%, enquadra-se num nível socioeconómico considerado alto.

Mais uma vez, calculámos os índices de violência leve e de violência severa, para melhor caracterizar o tipo de agressão mais comumente utilizado pelas mulheres. Como seria de esperar, pudemos constatar que a maioria da violência exercida pelas mulheres, contando com cerca de 94% das ofensoras, é considerada leve. Em conformidade, os comportamentos mais utilizados pelas ofensoras são os de menor gravidade. Estes dados não são surpreendentes pois já vimos que é este o tipo de violência mais cometido pelas mulheres, um tipo de violência possivelmente mais

expressiva na sua natureza, mais reactiva e que não controla a dinâmica da relação (Johnson & Ferraro, 2000; Magdol et. al., 1997).

Uma outra constatação importante prende-se com o facto de a maioria das mulheres ofensoras físicas serem também vítimas de violência física, correspondendo a 76.8% do total de ofensoras.

Corroborando estas evidências, foi encontrada uma correlação bastante razoável entre ser agressora física e ser vítima física, assim como ser ofensora leve e vítima leve. Estes dados abrem-nos portas para algumas ilações. Por um lado, podemos admitir que grande parte da violência física admitida por estas mulheres era bidireccional ou mútua, concordando, em parte, com as conclusões dos teóricos do conflito familiar (Straus, 1993; 2004; Straus & Gelles, 1980). Paralelamente, pelo facto de se tratar, na sua maioria, de agressões leves, podemos estar, no que diz respeito a esta sub-amostra, perante aquela que é considerada como a forma mais comum de violência entre parceiros, a que Johnson chama de "violência situacional entre o casal", ou seja, uma resposta violenta mais leve, intermitente, com maior probabilidade de ser recíproca (Johnson, 1995), normalmente em resposta a conflitos pontuais que saem fora do controlo do casal, conforme descrevem também os sociólogos do conflito familiar (Straus, 1993; 2004).

Apesar de em menor número, o mesmo se passa com as ofensoras severas: também estas são, na sua maioria, vítimas de ofensas severas, existindo uma correlação entre a perpetração e a vitimação deste tipo de ofensas. Concluímos, assim, que também as ofensas físicas severas consideradas nesta sub-amostra são tendencialmente bidireccionais ou mútuas. Estes dados podem sugerir a existência de um padrão de violência a que Johnson chamou de "resistência violenta", ou seja, uma resposta de retaliação a um perpetrador severo e controlador (Johnson, no prelo), e estarmos perante mulheres que perpetram agressões físicas em resposta ou em retaliação a agressões dos seus parceiros. Faltam-nos, porém, alguns elementos contextuais essenciais para proceder à caracterização da violência física encontrada na nossa amostra de mulheres ofensoras nas categorias definidas por Johnson (*ibidem*).

5. Conclusões

Considerados de um modo global, os dados do estudo coordenado por Machado (2005) são de alguma forma preocupantes, pois as percentagens totais encontradas de ofensores e de vítimas sugerem que existe um número considerável de indivíduos que recorre a determinadas formas de violência, física ou emocional, na resolução dos seus conflitos conjugais. Podemos concluir também que há uma legitimação cultural

para o uso da violência nestes contextos. De facto, na análise da violência física exercida por mulheres tivemos a oportunidade de constatar a existência deste enquadramento cultural da violência física, uma vez que tanto as mulheres agressoras como as vítimas apresentaram maior concordância com crenças legitimadoras da violência conjugal do que as mulheres não agressoras e não vítimas. Tudo aponta, efectivamente, para uma aceitação cultural da violência enquanto recurso "normal" na resolução de conflitos conjugais, encerrados na privacidade familiar.

O facto de muita da violência encontrada ter sido leve, nomeadamente a maior parte da violência física exercida por mulheres, pode significar que existem determinados tipos de agressões que não são considerados como violência ou como graves, o que pode vir a reforçar o seu uso nestes contextos. Podemos, aliás, observar diariamente esta legitimação sociocultural de um tipo de violência mais leve em programas de entretenimento diariamente transmitidos pelos meios de comunicação social, onde é frequente assistirmos, em série ou telenovelas de grande audiência, a mulheres dando bofetadas ou atirando objectos aos seus companheiros como forma de resolução de conflitos.

Quando questionamos os nossos dados acerca da simetria ou assimetria de género na perpetração da violência física, o que se verificou foi que são os homens os mais perpetradores de violência física e de controlo coercivo e as mulheres as mais vitimadas e as que sofrem mais consequências a nível físico. Perante estas evidências podemos concluir que existe, de facto, na nossa amostra, assimetria de género quanto à violência física. Para além de serem os homens os mais perpetradores deste tipo de violência, são também estes que provocam mais impacto físico nas suas vítimas. Para além disso, as evidências sugerem também que os motivos associados ao uso da violência diferem entre homens e mulheres, sendo que os primeiros procuram concomitantemente o exercício de controlo sobre as suas companheiras.

Não existem dúvidas, porém, de que há mulheres que também agredem, mesmo sendo estas em bastante menor número e infligindo agressões de menor gravidade. Paralelamente, observou-se que quando as mulheres são agressoras, na sua maioria, são também vítimas o que aponta para o seu enquadramento num padrão de violência mútua ou bidireccional, em que ambos os parceiros exercem a violência física. Não obstante, apesar de tudo apontar para a reciprocidade da violência física na amostra de mulheres maltratantes, tal não pode ser encarado como sinónimo de simetria, pois faltam-nos alguns dados cruciais para chegarmos a este entendimento, como, por exemplo, a direcção da violência, o impacto, quem iniciou o episódio, atribuições causais, nomeadamente a autodefesa, perigo percebido, os significados atribuídos ao uso da agressão física, o contexto que envolveu o episódio e

os factores precipitantes. Contudo, tal pode já sugerir a utilização da violência por parte das mulheres como forma de "resistência violenta" ou "violência situacional entre o casal" (Johnson & Ferraro, 2000).

Para além disso, encontramos um número, apesar de muito reduzido (cerca de 22, correspondendo apenas a 0.92% da amostra global), de mulheres ofensoras puras, ou seja que admitiram perpetração de violência física sem admitir vitimação; destas, 10 (o que corresponde a cerca de 0.4% da amostra total) foram consideradas como ofensoras puras severas. Isto mostra-nos que há, de facto, mulheres que podem agredir na ausência de agressão prévia, podendo enquadrar-se na categoria que Johnson (no prelo) denomina de "terrorismo íntimo", ou seja, podem existir mulheres que tentam controlar a relação íntima e o seu parceiro com recurso a violência severa com tendência a escalar ao longo do tempo.

Conforme defendem as feministas, a violência entre o casal é o culminar de todo um processo de interacção, dificilmente avaliado através de estudos epidemiológicos, que contabilizam a presença ou ausência de determinados comportamentos abusivos, pouco ou nada nos dizendo acerca da natureza, impacto psicológico, consequências físicas, factores precipitantes, contexto ou significado do comportamento violento (Currie, 1998; Saunders, 1990; Dobash & Dobash, 2004; Cascardi & Vivian, 1995; Nazroo, 1995). Considerando-se que muito ficou ainda por saber acerca da violência física exercida pelas mulheres, esta primeira fase quantitativa serviu de impulso à busca de mais repostas através de uma metodologia qualitativa, baseada em entrevistas em profundidade, que nos permitisse estar directamente em contacto com as próprias mulheres "protagonistas" de violência física nas suas relações conjugais.

Apresentamos, de seguida, este estudo qualitativo, que constitui o cerne do trabalho empírico desta dissertação.

PARTE III

Estudo qualitativo: Da verificação à descoberta

1. Aspectos Metodológicos da "Grounded Theory"

Apesar de os métodos qualitativos terem vindo a ser cada vez mais adoptados, nomeadamente pelas investigadoras feministas que defendem esta tradição metodológica como a melhor forma de apreender a dinâmica da agressão íntima (Dobash & Dobash, 2004), a psicologia continua a apostar essencialmente numa metodologia de investigação que enfatiza a verificação em detrimento da reflexão e descoberta (Rennie, Phillips & Quartaro, 1988).

Sem desvalorizar as vantagens que os estudos epidemiológicos podem proporcionar ao investigador, nomeadamente uma percepção mais global dos fenómenos numa determinada comunidade ou população, consideramos que, no presente estudo, as nossas curiosidades ultrapassam a informação que este método nos facultou. Concordamos, porém, com Glaser e Strauss (1967, cit. Strauss & Corbin, 1994) quando referem que cada um dos tipos de dados, provenientes das diferentes tradições metodológicas, são úteis quer para a verificação quer para o desenvolvimento de teoria, e que a ênfase num ou noutra depende das circunstâncias da investigação, dos interesses e preparação do investigador e do tipo de material necessário. Consideramos, pois, que o estudo quantitativo preliminar se revelou de extrema utilidade no sentido em que, ao proporcionar-nos uma perspectiva mais abrangente da prevalência e das formas de violência íntima mais utilizadas, nos indicou novas direcções, permitindo-nos partir para esta segunda fase do estudo com algumas questões fundamentadas nos dados estatísticos analisados. Desta forma, neste segundo momento, partimos de uma lógica mais verificacionista para uma lógica de descoberta, buscando o desenvolvimento teórico sobre temas que são normalmente difíceis de aceder através da metodologia quantitativa de investigação (Strauss & Corbin, 1994).

Tendo, então, por base os resultados encontrados na primeira etapa deste estudo, nomeadamente os referentes à violência física exercida por mulheres no seio da sua relação conjugal, formulámos uma questão central e algumas questões dela derivadas, espelhando as nossas maiores curiosidades relativamente a este fenómeno:

- **Quais as circunstâncias em que ocorre a violência física feminina no âmbito das suas relações conjugais?**
 - Qual a natureza da violência conjugal feminina?
 - Quais são os antecedentes ou os factores que precipitaram ou favoreceram os episódios agressivos?

- Qual ou quais os contextos que mais frequentemente elicitam a violência física feminina?
- Quais são as motivações para o uso da violência física por mulheres?
- Qual o impacto deste tipo de violência nos seus parceiros, na rede social, na própria mulher?
- Quais os significados atribuídos ao uso da violência física?
- Porquê o recurso à violência física como forma de resolução de conflitos?
- Quais são os recursos disponíveis para a mulher que facilitem a resolução da situação de violência?

Para levar a bom porto os nossos objectivos nesta segunda fase da investigação, ancorámo-nos na "*grounded theory*", uma metodologia que permite o desenvolvimento de teoria baseado na recolha e análise sistemática de dados. A teoria vai surgindo ao longo da investigação, através de uma interacção constante entre a análise e a recolha de dados (Strauss & Corbin, 1994), razão pela qual esta metodologia terá sido inicialmente definida como "método de análise comparativa constante" (Glaser & Strauss, 1967, cit. Strauss & Corbin, 1994). Abandonámos, então, os desígnios típicos da abordagem hipotético-dedutiva, tais como o processo de amostragem aleatório ou o uso de um elevado número de participantes, para nos dedicarmos a uma abordagem indutiva de construção teórica, assente na análise sistemática da informação que vai sendo recolhida. Para além da análise comparativa contínua, esta abordagem pressupõe alguns procedimentos que procurámos seguir: a formulação sistemática de questões conceptuais, um processo de amostragem teórica, procedimentos de categorização sistemática, a procura de "densidade" conceptual (e não meramente descritiva), bem como a integração conceptual das categorias (Strauss & Corbin, 1994).

1.1. Recolha de Dados – Amostragem Teórica

Uma das principais características da "*grounded theory*" tem a ver com a noção de que a recolha dos dados deve ser influenciada pelos resultados que vão emergindo da análise, tornando variáveis e flexíveis os critérios de selecção dos participantes. Esta forma de "amostragem teórica" pressupõe a selecção de novas fontes de dados com base na teoria que vai despontando através da sua análise. Numa fase inicial, o investigador deve focar-se no que é central e crucial para o fenómeno em questão, pelo que os participantes devem ser seleccionados pela probabilidade de possuírem

um conhecimento aprofundado e de maximizar a informação sobre o fenómeno em causa (Rennie, Phillips & Quartaro, 1988), o que Morse (1994, cit. Machado, 2004) designa por "peritos experienciais".

No presente estudo procurámos encontrar esses "peritos experienciais", pelo que procedemos ao contacto inicial com mulheres consideradas como agressoras físicas na conjugalidade integrantes da amostra do estudo da fase anterior¹⁷. O primeiro contacto foi estabelecido telefonicamente, apresentando a proposta de participação, na sequência da colaboração na primeira fase, como "uma forma de auxiliar a uma compreensão mais profunda de alguns problemas familiares já abordados superficialmente no questionário que haviam preenchido". Esta forma de contacto revelou-se, porém, pouco frutífera, tendo sido entrevistadas apenas duas mulheres, uma vez que grande parte das contactadas, apesar de terem evidenciado disponibilidade, na primeira etapa, para continuar a participar, demonstraram desinteresse, recusando um contacto pessoal e a realização de uma entrevista pelo investigador. Desta forma, procurámos a colaboração de instituições que, pelo seu contacto privilegiado com mulheres, mais precisamente com mulheres que tenham agredido os seus maridos no âmbito da sua relação marital, nos facilitassem o acesso a estas participantes. Na sequência, entrevistámos 3 mulheres sinalizadas pela Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) do Porto e duas mulheres referidas pela "Fraterna" no Bairro da Atouguia em Guimarães. Reunimos assim informação sobre sete mulheres sinalizadas como tendo agredido fisicamente os seus maridos ao longo da sua relação conjugal, independentemente do tipo ou motivo da agressão.

Partindo da análise destes sete casos e constatando a similitude discursiva acerca do tema (cf. parte III, cap. 2 deste trabalho) surgiu a necessidade de contactar com pessoas que nos permitissem aceder à heterogeneidade da experiência investigada, pelo que passámos à segunda fase da amostragem teórica, ou seja, a identificação da variabilidade (Rennie, Phillips & Quartaro, 1994). Para tal procurámos contextos que nos pudessem, eventualmente, facilitar o acesso a pessoas cujas experiências oferecessem a possibilidade de formar um grupo contrastante, pelo que contactámos a Direcção Geral dos Serviços Prisionais no sentido de permitir a entrevista de mulheres que tivessem provocado ofensas físicas letais aos seus maridos, ou, eventualmente, a ofensoras "puras": contrariamente às primeiras entrevistadas, queríamos contactar mulheres que tivessem agredido os seus maridos, mas sem terem sido previamente agredidas por eles. Procurámos, assim, introduzir

¹⁷ Tal foi possível uma vez que, no questionário utilizado na primeira fase deste estudo, havia a possibilidade de o inquirido registar voluntariamente o seu contacto de modo a poder participar novamente em fases posteriores da investigação.

alguma variabilidade nos discursos analisados, objectivo este que acabou por não ser totalmente sucedido pois os discursos destas mulheres, apesar de algumas diferenças que analisaremos adiante, revelaram-se extremamente semelhantes na maioria dos aspectos.

A amostra total é, então, constituída por 10 mulheres, 7 das quais seleccionadas pela perpetração de algum tipo de agressão física ao marido e três reclusas do Estabelecimento Prisional de Santa Cruz do Bispo, sinalizadas por ofensas letais aos maridos.

1.1.2. Instrumento de Recolha de Dados: A Entrevista Qualitativa

"Let the informant speak and don't get in the way"

(Tesch, 1990, cit. in Strauss & Corbin, 1994, pp. 278)

O método que nos pareceu mais conveniente para a recolha de dados, tendo em conta os objectivos propostos, foi a entrevista qualitativa semi-estruturada, permitindo, simultaneamente, um controlo mínimo do investigador e uma liberdade de expressão máxima do narrador (Poirier, Clapier-Valladon & Raybaut, 1983). Mediante o seu carácter não directivo, o investigador deve encorajar a livre expressão do sujeito, sendo aconselhável o seu início por uma questão aberta que estimule a espontaneidade do entrevistado, deixando as questões fechadas mais para a fase final (Lessard-Hébert, Goyette & Boutin, 1990).

Este instrumento ofereceu-nos a flexibilidade suficiente, permitindo a elaboração de um guião prévio de tópicos a discutir que puderam ser aflorados natural e espontaneamente pelas "protagonistas" do fenómeno em estudo, servindo o guião apenas como uma referência estrutural para a recolha o mais exhaustiva possível de informação relevante. Assim, o guião de entrevista por nós elaborado contém quatro grandes questões globais: a percepção da relação pré-marital, a percepção da relação marital e do funcionamento familiar, a percepção da dinâmica da violência interpessoal (e, no âmbito desta, a caracterização dos episódios de violência, a motivação para a agressão, os significados associados ao episódio agressivo e as consequências da violência) e a percepção dos recursos para a resolução da situação de violência¹⁸. Cada um destes grandes campos inclui uma série de tópicos de exploração que praticamente não precisaram de ser mencionados pela entrevistadora, uma vez que a sua maioria fluiu no discurso das participantes. Cada entrevista foi gravada em audio, após consentimento das entrevistadas.

¹⁸ Este guião encontra-se em Anexo.

1.2. Análise dos resultados: "Grounded Analysis"

"...a way of thinking about and conceptualizing data..."
(Strauss & Corbin, 1994, p. 275)

Após a recolha de dados, passámos à segunda fase: a categorização da informação. Para isso, as entrevistas foram transcritas, dando-se início ao processo de codificação e análise, com recurso ao programa NUD*IST 4 - Non-Numerical Unstructured Data Indexing, Searching and Theorizing (Qualitative Solutions & Research, 1997, cit. Machado, 2004). Este programa funciona como um instrumento auxiliar do processo de categorização e desenvolvimento de teoria a partir dos dados, revelando-se de extrema utilidade para a adopção de uma abordagem indutiva (Machado, 2004). Procurou-se, desta forma, a codificação sistemática da informação, numa fase inicial construindo categorias indutivamente a partir dos dados, sem definições *a priori*, que foram sendo refinadas ao longo do processo de categorização.

Um dos princípios da "grounded analysis" é a codificação inclusiva (Fielding, 1993, cit. Machado, 2004), ou seja, cada unidade de registo pode e é desejável que seja incluída em tantas categorias quantas necessárias (Rennie, Phillips & Quartaro, 1988). Esta é uma das principais diferenças relativamente ao método tradicional da análise de conteúdo, possibilitando uma construção densa de codificações e a análise posterior de padrões de relações entre as diferentes categorias (Machado, 2004). Procurou-se, ainda, aplicar o "princípio da parcimónia", partindo das categorias de natureza mais descritiva, próxima dos significados e da linguagem utilizada pelos sujeitos, estabelecendo relações entre elas e passando à sua integração em categorias mais teóricas (Rennie, Phillips & Quartaro, 1988).

De seguida, foi elaborada uma descrição exhaustiva de cada categoria como ponto de partida para o desenvolvimento de conceitos e relações (Strauss & Corbin, 1994) que permitiram "a génese de uma leitura conceptual e teórica dos dados" (Machado, 2004, p. 192), a fase do desenvolvimento teórico. Na perspectiva de Glaser (1978, cit. in Rennie, Phillips & Quartaro, 1988), existem quatro critérios cruciais para o desenvolvimento teórico através desta abordagem: este deve ser *credível*, surgindo ao leitor como uma explicação plausível; deve ser *adequado*, na medida em que apresenta uma descrição compreensiva que não omite grandes ou importantes partes de dados; deve ser *bem fundado (grounded)*, no sentido da adopção de procedimentos adequados e indutivamente relacionados com os dados; e deve ser *aplicável*, ou seja, deve permitir a produção de hipóteses e investigação subsequente. Adicionalmente, segundo Strauss e Corbin (1994), os investigadores podem introduzir

nos seus estudos, se tal se mostrar oportuno, teorias repescadas da investigação ou pesquisa prévia; contudo, deve ter-se o cuidado rigoroso de proceder à sua contrastação com os dados em análise. Este tipo de procedimento foi adoptado numa fase final de análise dos dados, no sentido da comparação sistemática dos nossos resultados com a investigação prévia.

2. Descrição dos Resultados

Apresentaremos, de seguida, a descrição exaustiva dos dados analisados, tendo em conta as várias dimensões relacionadas com a agressão física feminina que foram surgindo ao longo do processo de categorização. Nesta apresentação privilegiamos as "categorias típicas" dos discursos das participantes, ou seja, as que estão presentes em mais de metade daquelas (Hill, Thompson & Williams, 1997, cit. in Machado, 2004). Apesar de não termos partido para a análise dos resultados com grupos formados *a priori*, foram emergindo, em alguns aspectos, características discursivas contrastantes, que serão descritas nas respectivas categorias, sempre que tal se justifique.

2.1. Descrição da Situação Pré-Marital

De um modo geral foi referido o aparecimento de alguns problemas logo antes do casamento, durante as relações de namoro. São frequentes referências já a algum tipo de maltrato e controlo por parte do companheiro durante este período e a algumas características relativas ao estilo de vida do parceiro. A tendência narrada é para o agravamento dos referidos problemas após a efectivação do casamento.

a) Namoro

As entrevistadas começaram as relações amorosas com os seus companheiros em idades muito jovens, entre os quinze e os dezoito anos: "Eu era muito jovem na altura, tinha os meus 17 para 18 anos, era muito nova e a fase do cor-de-rosa ainda estava instalada". A fase do namoro foi considerada, em geral, "normal", embora com algumas zangas, discussões, ciúmes e agressões verbais. Estas não eram, então, encaradas como comportamentos de violência e eram vividas como superáveis pela sua normalidade ("Foi uma zangazita de namorados") e pelos sentimentos de amor: "Houve um atritozito, mas foi uma coisa..., um arrufozito", "Começou a restringir-me os amigos e depois nós namoramos pouco tempo, não chegou a um ano, casámos",

"Namorámos cinco anos, às vezes metade era zanga (risos), zangas normais, mas mesmo assim eu gostava dele", "Ele já antes de casar era assim um bocadinho 'gandulo', era...comigo não era agressivo, era um bocado ciumento".

Na caracterização do parceiro enquanto namorado são salientadas algumas características que já então começavam a tornar-se desagradáveis, tais como o estilo de vida ("Já na altura do namoro ele era uma pessoa assim sem responsabilidades nem nada e eu como estava mesmo apaixonada por ele..."), os ciúmes ("Ele começou a ser ciumento, eu pensava que era amor, porque gostava de mim") e as discussões ("Ele, como namorado, já não me agradaria assim tanto, não me estava a agradar tanto porque discutíamos bastante...").

b) Decisão de casamento

De um modo geral, os motivos para o casamento estão associados a uma terceira circunstância, tipicamente a uma gravidez não planeada, sendo esta apontada como o factor que precipitou o casamento ("Casei aos vinte, de bebé, já com a minha filha, que eu já ia de bebé", "E ele sabe, porque eu digo-lhe de caras, que casei com ele só por causa do V. (filho de uma relação anterior)", "...eu casei já grávida de 3 meses e começaram aí os meus trabalhos", "...a coisa foi evoluindo até que eu alcancei e aí tínhamos que tomar uma decisão").

2.2. Descrição da Relação Marital

a) Início do casamento

De um modo geral, as participantes retratam os primeiros tempos do casamento como o início dos problemas. Muitas falam na ausência da fase da "lua-de-mel" e na perpetração de actos de maus tratos ou agressividade por parte dos maridos logo nos primeiros dias de casamento ("Os primeiros meses foram mais ou menos, porque eu não tive lua de mel, mas depois eu dei por ela que ele era alcoólico", "Logo na noite de casamento ele gritou comigo e a partir daí começou o meu calvário", "Portanto, não houve aquela fase de lua de mel... praticamente não houve"). Como já foi dito, os referidos comportamentos agressivos muitas vezes já vinham de trás mas cristalizaram-se a partir do momento do casamento ("Ele começou a revelar-se lentamente antes do casamento, mas no casamento foi uma coisa assim explosiva, praticamente, não houve aquela fase inicial mais contida, não, ele começou logo"). Mesmo quando não há referência a maus tratos físicos, há sempre

referência a maus tratos verbais, assim como ao aparecimento de problemas logo após o casamento, tais como o marido deixar de trabalhar, ausentar-se ou embriagar-se.

Os sentimentos de isolamento da mulher logo após o casamento também estão bem patentes ("Casei - tive que fazer tudo eu, não tinha ninguém", "Quando casámos já a situação estava numa fase em que eu praticamente já me sentia isolada").

b) Poder e gestão de tarefas

Relativamente às questões do poder e gestão de tarefas no casamento, a situação mais típica é a tradicional atribuição de todas as tarefas domésticas (manutenção da casa, compras, refeições) à mulher ("Ele chegou, eram para aí oito e meia, nove horas, perguntou-me: a minha comida?"), bem como tudo o que se relacione com decisões relativamente à educação dos filhos; os maridos são considerados, praticamente em todos os discursos, como pais ausentes ("...à educação dos filhos nunca ligou nenhuma", "A educação dos filhos estava a meu cargo, ele nunca deu educação aos filhos... educação, acompanhamento escolar, estava tudo a meu cargo e as tarefas caseiras também").

Na grande maioria dos discursos as mulheres são descritas como as principais provedoras de sustento da casa, assegurando a sua manutenção, sendo as que mais se esforçam por conseguir dinheiro, trabalhando e, num ou noutro caso, sendo ajudadas pelos pais. De uma forma geral os maridos ou não trabalham ou têm trabalhos precários e esporádicos e, mesmo que ganhem dinheiro, não contribuem ou contribuem muito escassa e raramente para as despesas da casa, gastando-o nos seus alegados estilos de vida boémios e em álcool ("...e ele gastava o dinheiro em bebida e à noite, como já estava animado, pronto, perguntava «não tens dinheiro?»"). Mesmo sendo as mulheres as maiores fontes de sustento da casa, muitas vezes referem ainda dar algum dinheiro aos parceiros ou, caso não dessem, serem "roubadas" por eles ("Eu dava-lhe, mas se não lho desse ele também roubava-o", "Era para andar de noite com aquela 'ciganada' toda, ele andava assim, eu sou muito sincera ele pedia 2 ou 3 contos e eu dizia sempre que não tinha").

A maior parte das entrevistadas refere que apesar de serem elas a tomar a maior parte das decisões, eles é que detinham o poder, manifestado, por exemplo, no controlo de todas as compras, exigindo contas ou autorização para comprar determinados bens ("Ele queria controlar mas era o dinheiro que eu ganhava!", "Quem toma as decisões sou eu na mesma mas sempre com a autorização dele"). De facto, a falta ou escassez de dinheiro é apontada recorrentemente como geradora de conflitos

("Comecei a fazer 'calotes'... ele dizia assim «vai ao supermercado que eu já vou trabalhar para o mês que vem e depois já pagamos», eu fiquei a dever no supermercado e tudo", "Depois de casar é que ele deixou mesmo de trabalhar", "Nunca havia dinheiro para nada").

c) Atribuições causais pelos problemas no casamento

É também praticamente unânime a referência ao consumo de álcool por parte do marido como fonte de desentendimentos e causa de problemas no casamento, consumo este normalmente associado a um estilo de vida nocturno e boémio, com "más companhias", e visto como precipitante de discussões entre o casal, de agressões verbais e físicas e de problemas sociais e no trabalho ("Depois comecei-me a aperceber que ele todos os fins de semana bebia, durante a semana já vinha do trabalho bêbado, começaram a surgir os problemas", "De beber até se exceder, de partir tudo, insultar as pessoas, ameaçar as pessoas, as pessoas, a mim neste caso, é beber e beber").

Em suma, a falta de dinheiro, o álcool e o estilo de vida do marido (não trabalhar, sair à noite) são apontados como os principais factores associados ao aparecimento dos "problemas" no casal e como a principal causa dos episódios de violência.

2.3. Descrição da dinâmica da violência interpessoal

Apesar de o enfoque deste trabalho ser dirigido à violência perpetrada pelas mulheres no casamento, vamos iniciar a descrição das categorias relativas à violência interpessoal com as agressões infligidas pelos homens. Tal deve-se, apenas, ao facto de ter sido esta a ordem natural dos temas emergentes nos discursos das participantes, que procurámos respeitar com esta disposição descritiva.

2.3.1. Agressões infligidas pelos homens

a) Tipos de agressão

Agressões Verbais / Psicológicas

Ao longo dos discursos das mulheres é saliente a presença de referências a várias agressões verbais como parte integrante da dinâmica da violência interpessoal,

enquanto precedente de uma agressão física ou concomitante a esta ou, ainda, por vezes, como precipitante de uma agressão física ou verbal por parte da mulher. São várias as referências a insultos, tais como "puta", "vaca", "filha da puta", associados, muitas vezes, a acusações de infidelidade da mulher ("...[ele dizia que eu] era uma "puta", andava metida com toda a gente, eu não dormia com ele porque tinha amantes..."). Estão também presentes menções a formas de desvalorização da mulher ("Foi mesmo para despejar, não vales um caralho...") e a tentativas de estabelecer o controlo através da subida do tom de voz.

Ameaças

A ameaça é também uma forma de maltrato referida de modo bastante comum nos discursos de todas estas mulheres. De um modo geral, os homens ameaçam-nas de agressões físicas, mas estão também patentes, praticamente em todas as histórias, as ameaças de morte ("Só dizia que me havia de pôr no cemitério"). Estas ameaças surgiam, muitas vezes, na sequência de ameaças, pelas mulheres, de divórcio, abandono ou de queixa à polícia. Paralelamente, encontramos também algumas referências a ameaças dirigidas à mulher de agressões sobre os filhos ou sobre os pais, como uma forma de a pressionar ou coagir a algo ("As ameaças a mim e aos meus pais, porque eu depois pedi-lhe o divórcio"). Não raras vezes estas ameaças eram acompanhadas do recurso a armas, mormente pistolas e facas.

Relativamente às ameaças, emerge um contraste claro entre os diferentes subgrupos que surgiram na nossa amostra: o grupo das reclusas terá sofrido mais ameaças de maus tratos, bem como de morte; estas sofreram as ameaças mais graves e mais constantes, muitas vezes com armas apontadas ("Punha a arma mesmo encostada à minha cabeça, ainda na noite antes de morrer, eu tive uma pistola, uma 6.35 com seis balas apontada à cabeça").

Agressões Físicas

Em termos de agressões físicas, estão presentes referências a comportamentos de violência física leve, assim como severa: bofetadas, arremesso de objectos, algumas vezes acertando, outras não (por vezes objectos perigosos, tais como um jarrão ou uma serra), partir coisas em casa (objectos de decoração, móveis ou portas), empurrões (muitos dos quais violentos, que provocaram quedas), murros na cara e no corpo, pontapés, bater com a cabeça contra a parede ou móveis, puxar e arrancar o cabelo, apertar o pescoço, empurrar a mulher pelas escadas, cabeçadas...

São também bastante mencionadas as agressões físicas durante o período de gravidez, o que aumenta a sua gravidade e probabilidade de dano ("Mas eu levava muita porrada já de bebé", "... então era no tempo da gravidez, que foi uma gravidez péssima, muitos maus tratos, mas mesmo muito maus tratos!"). São também comuns nestes discursos as agressões concretizadas com objectos cortantes, que acabaram por ferir, nomeadamente facas, garrafas ou pratos.

Violência Sexual

A violência sexual é referida por cerca de metade das mulheres: tentativas de violação, coitos vaginais e anais forçados, muitas vezes com consequências graves, e coacção para obter relações sexuais, ao que, muitas vezes, as mulheres acediam para "não ter barulho", aumentando o seu sofrimento psicológico pelo esforço para que ninguém se apercebesse ("E quantas vezes eu não queria sexo, ele rasgava-me a roupa, eu tinha os meninos e eu para não acordar os meninos... ele violava-me, porque eu não queria...").

No que concerne a este tipo de violência, mais uma vez pareceu-nos que a sua expressão mais grave se encontra no grupo de reclusas, por ser mais frequente e com mais consequências físicas ("Ele fez o que quis e lhe apeteceu, quando viu que já não podia mais, pois era só sangue por todos os lados, então deixou-me ficar assim e foi para a casa de banho"), muitas vezes impedindo-as de procurar ajuda médica ("Até ia por trás e tudo... às vezes até queria obrar e não podia... as minhas filhas nunca souberam nada disto...", "... e faz de mim o que quer e lhe apetece, rebenta-me toda, não me deixa ir tratar ao hospital").

Comportamentos de Controlo Coercivo

Em concomitância com os tipos de agressão supramencionados, são também referidos em todos os discursos comportamentos dos maridos que constituem o que entendemos por controlo coercivo, ou seja, palavras, atitudes ou acções cuja finalidade é exercer poder e dominação sobre as mulheres. Os mais mencionados têm a ver com o controlo do dinheiro, comportamentos muitas vezes definidos como "violência económica", em que o homem controla todos os gastos da mulher relacionados com a casa ou não lhe dá dinheiro para as despesas quotidianas; quando é a mulher quem trabalha, sendo a principal fonte de rendimento, o marido exige que esta lhe dê dinheiro e, quando tal não acontece, tira-o sem ela saber ou à força

("Tudo, não tirava [não ficava com] nem um tostão", "Eu dava-lhe, mas se não lho desse ele também roubava-o").

O controlo das saídas ("... mas ele que se pôs aí à porta para ver para onde é que eu saía!"), a exigência de um pedido de autorização e aviso prévio quando a mulher sai ou toma alguma decisão ("... tinha que antecipadamente dizer-lhe que não ia trabalhar para poder ficar em casa - pedir mesmo autorização! - se podia ficar em casa porque me sentia doente"), o controlo de outro tipo de coisas como, por exemplo, as visitas à família, os cortes de cabelo, o dinheiro gasto no supermercado ou a exigência de "privilégios de marido", principalmente no que concerne às refeições ("Prontos, começava a insultar se a comida não estivesse pronta, porque «só te interessas de trabalhar para os outros, em vez de vires fazer o teu!»") são também comportamentos amplamente mencionados como ocorrendo com bastante frequência, muitas vezes em concomitância ou como precipitantes de um episódio de maus tratos físicos.

Estas tentativas de exercer o controlo são reforçadas por relatos de sentimentos de propriedade sobre a mulher, tais como "tu és a minha mulher para sempre, vais ser a minha mulher para sempre", "ele só me vai pôr livre mesmo quando eu morrer", "És minha mulher e hás-de ser minha mulher até morrer!".

b) Evolução e circunstâncias dos maus tratos

A análise dos discursos das participantes sugere que a gravidade dos maus tratos e o seu impacto, quer a nível físico, quer psicológico, tem tendência a intensificar-se com o aumento da sua frequência. A maioria das mulheres refere que os episódios aconteciam praticamente todos os dias, ("Aquilo, todas as semanas?! Era quase todos os dias! Aquilo era quase todos os dias!, era o prato do dia"). Nos casos das restantes participantes são referidos maus tratos físicos semanal ou mensalmente ("Duas vezes por semana, duas, três vezes fazia-me isso"), havendo apenas duas entrevistadas que referiram ter sido esporadicamente.

De um modo geral, as circunstâncias mais associadas à escalada ou ao aumento da frequência da violência ao longo da relação têm a ver com mudanças que implicam a permanência a sós do casal, por exemplo, mudanças de casa (nomeadamente de casa dos pais para uma casa do casal) ou após tentativas de separação ("Já era assim desde o início, mas quando fui para a minha casa, ainda pior!", "... das várias vezes que eu fugi de casa (...) quando ia para casa e depois ficava mais ou menos tranquila ele voltava novamente à violência e, quando voltava, era sempre pior que a anterior e depois eu começava logo por pagar por aquilo que eu

tinha feito, ou seja, por sair de casa"). Os episódios parecem seguir um padrão de aumento de intensidade à medida que a relação ia avançando, emergindo a noite e o fim-de-semana como circunstâncias situacionais de maior risco de ocorrência ("Pelo menos ao fim de semana era horrível... de sexta para sábado e de sábado para domingo"), o que está de acordo com o que tem vindo a ser encontrado por outros estudos nacionais (e.g. Matos, 2000).

Este padrão harmoniza-se com o que estas mulheres percebiam como sendo a principal causa dos maus tratos, assim como do aumento da sua intensidade: o consumo de álcool ("... se houvesse uns anos, ele não ficava bêbado, mas ficava alegre. Então é que ele, então é que ele me acamava!", " Era porque, era mais pela pinga"), que, de modo geral, é maior à noite e ao fim de semana. Na perspectiva das entrevistadas, este consumo excessivo potencia aquilo que podemos entender como factores precipitantes dos episódios, de um modo geral descritos de um modo bastante difuso: "aquilo era por tudo e por nada", "por qualquer motivo", "ele tinha sempre por onde pegar", "por coisas ridículas", "basicamente não havia motivos assim palpáveis". Alguns dos episódios são, assim, percebidos como aleatórios e imprevisíveis (a comida, "qualquer coisa que os miúdos tenham feito", "se o serviço não corresse bem", "abri uma conta que tinha vindo no correio"). Esta arbitrariedade é vista como extremamente ansiogénica pela maioria das mulheres, que referem estar em "alerta" constante quando os maridos chegavam a casa ("À noite... uma pessoa estava sempre com o coração num pedaço").

Foram ainda referidos outros tipos de situações que desencadeavam episódios agressivos, situações percebidas pelas mulheres como prováveis geradoras de discussões e conflito: pedir dinheiro à mulher e esta recusar-se a dar, alguma contestação verbal ou "resposta" da mulher, ir a algum sítio ou fazer alguma coisa sem o marido saber ou sem "dar autorização", ou recusar-se a ter relações sexuais, o que fazia muitas vezes com que estes as acusassem de ter "amantes", originando, em alguns casos, violência sexual.

Vale a pena reforçar que a atribuição causal da violência exercida pelos maridos recai fortemente no álcool, nas dificuldades financeiras e nas "más companhias", associados a um estilo de vida marcadamente boémio e nocturno daqueles.

2.3.2. Agressões infligidas pelas mulheres

a) Tipos de agressão

Agressões Verbais

Nas agressões verbais o mais frequente são os insultos ("chamar nomes"), as discussões "erguendo a voz" e também as ameaças ao marido, que incluíam ameaças de agressões físicas, algumas com armas ou objectos, ameaça de separação e/ou abandono, de chamar a polícia e de morte ("Quando ele fazia, eu dizia-lhe «Anda cá meu filho da puta que eu mato-te e chamo a polícia aqui e entrego-me, mas vou consolada... eu mato-te!», digo-lhe muitas vezes", "Depois discuti com ele e disse «sabes o que devia fazer? Era chamar a polícia e dizer»", "se tu voltas a tocar-me (eu estava com a vassoura na mão) eu dou-te com isto!").

Agressões físicas

No âmbito das agressões físicas podemos distinguir dois grupos de participantes: as que recorrentemente agrediam fisicamente o parceiro, o que corresponde à maioria das entrevistadas, e as que agrediram o parceiro apenas uma vez mas cuja agressão provocou a sua morte intencional, o grupo de reclusas.

As agressões físicas mais comuns são as bofetadas, os empurrões violentos, o arremesso de objectos, os murros e os pontapés. Normalmente são referidas como agressões sem consequências graves para os parceiros, não tendo provocado ferimentos com necessidade de assistência médica nem de muita gravidade. Muitas vezes estas mulheres agredem com as suas próprias mãos mas é muito frequente o recurso a objectos, que são utilizados ou arremessados, em alguns casos no sentido de compensar a diferença de força ou estatura ("Só que se eu não tinha forças para o matar, nem forças para lhe fazer frente, ultimamente, os maus tratos eram tão violentos, eu de certeza, eu, pessoalmente não conseguiria afrontá-lo, teria que o fazer de outra maneira, ou com um arma...").

Relativamente ao grupo de reclusas, a agressão física propriamente dita que levou à morte do parceiro não foi perpetrada por elas, mas sim por intermédio de outras pessoas, sendo elas as autoras morais do crime. Estas nunca haviam agredido fisicamente o seu companheiro anteriormente, com base na percepção de que, se o fizessem, as consequências para si seriam muito piores, assolando-as o medo de

retaliar, quer física quer verbalmente ("Ai, se eu levantasse a mão!", "Não, porque eu tinha medo, se eu ousasse ameaçá-lo, responder a uma agressão, acabava ali").

É também comum encontrar nestes discursos, de uma forma generalizada, referências a agressões que não foram concretizadas mas que chegaram a ser pensadas pelas mulheres como possíveis ou expressando vontade em realizá-las, não tendo tido, contudo, coragem para as efetivar. Entre estas, encontramos referências à vontade de matar o marido ou de ter concretizado alguma agressão mais passível de causar ferimentos graves, como esfaquear ou atirar com óleo a ferver ("... mas às vezes apetecia-me atirá-lo abaixo da janela", "Eu na altura tenho ódio e era capaz, se tivesse uma arma, de o matar, mas depois, passando isso, não", "Se calhar a esta hora estava presa, mas matava-o", "Mas eu atirava-lhe com a fritadeira mesmo, não duvide! - eu queimava-o mesmo todo (...) mas também não tenho coragem de lhe fazer mal assim").

b) Motivação para a Agressão

É consensual entre as entrevistadas, incluindo as três detidas por homicídio, que as suas agressões foram sempre motivadas por comportamentos de violência do seu parceiro, ou seja, em retaliação e autodefesa. Quer as agressões verbais, quer as agressões físicas, foram sempre consideradas como "respostas" ao comportamento violento do parceiro, apontando sempre este como o depoletador do episódio, através de algum tipo de maltrato físico ou verbal inicial ("Ai se ele viesse eu também lhe dava, para defesa", "Era mais para me defender, porque ele agredia-me e empurrava-me, eu empurrava-o de volta, era mais de encontrões que eu lhe dava", "Nunca o pisei, mas houve fases em que ele se fazia a mim e eu também lhe dava... pontapés, murros...", "Também lhe batia, no início ele batia-me e eu batia-lhe também, eu virava-me a ele"). São muito referidas expressões como "virava-me a ele", "fazia-me a ele", "atirava-me a ele", "não sou de comer e calar", "estamos quites" e, com muita frequência, "quem vai à guerra dá e leva", o que corrobora a ideia anterior de que a violência física exercida por estas mulheres é percebida como uma forma de retaliar, responder ou resistir à situação de maus tratos que estavam a vivenciar com os seus maridos. Referem também terem sido sempre os maridos a iniciar ou a despoletar o episódio de violência, sendo deles a primeira agressão, quer física, quer verbal.

Já no que concerne às agressões letais, referidas pelas três participantes reclusas, o motivo principal referido foi o medo de morrer às mãos dos parceiros, existindo, nas três, a percepção de que se não tivessem tomado essa atitude, teriam sido elas as vítimas ("Quer dizer, e fiz isso por causa do medo dele. Eu fiz isso...

Matava-me! Se ele soubesse que eu devia esse dinheiro..."). É também bastante mencionado por este grupo a protecção dos filhos, uma vez que os maus tratos do pai também acabaram por recair sobre eles, quer sob a forma de maus tratos físicos e psicológicos, quer sob a forma de vitimação secundária, já que, praticamente na totalidade dos casos, os filhos assistiam aos maus tratos infligidos pelo pai ou à agressão mútua do casal; num dos casos, o pai tentou reiteradamente abusar sexualmente da filha ("Sempre, sempre tentei protegê-los de tudo e se não fosse para os proteger provavelmente não estaria cá [na prisão] hoje").

c) Percepção da eficácia da agressão física e sua avaliação moral

A maior parte das entrevistadas considera que o facto de terem agredido os seus maridos, apesar de esporadicamente agudizar a tensão, na maioria das situações contribuiu para que aqueles se retraíssem e abrandassem os maus tratos físicos. De um modo geral, percebem uma certa retracção nos seus maridos em consequência das agressões femininas, fazendo-os "pensar duas vezes" antes de agredir, ou mesmo não agredindo, sabendo que corriam o risco de retaliação.

Não obstante, apesar de a agressão feminina contribuir, de alguma forma, para que os seus maridos se sentissem ameaçados, retraíndo ou diminuindo a frequência dos maus tratos, não fez com que aqueles terminassem por completo ("Começou-se a sentir ameaçado", "Não sei se ele sentirá medo mas também deve ter pensado na altura «Alto lá que ela afinal agora não leva só; também dá», "Que não gostou, não gostou, mas isso também não o fez parar", "Eu acho que desde que comecei a agir e a enfrentá-lo e a dar-lhe também, diminuiu a frequência", "Ele continuou, acho que começou a diminuir talvez quando pensava em me bater e que tinha ideia em me bater, acho que já pensava melhor, já sabia a que estava sujeito").

A este nível, distingue-se particularmente o grupo das reclusas, já que nas suas histórias não há alusão a agressões físicas aos seus cônjuges, exceptuando o próprio homicídio ou, num dos casos, uma tentativa prévia falhada de homicídio. Os motivos apontados para nunca terem exercido agressão física e, muitas vezes, até agressão verbal sobre os seus maridos, têm a ver com o medo das consequências que poderiam advir desses comportamentos. Todas elas tinham a "certeza" de que, se "respondessem" ou retaliassem seriam agredidas com mais severidade, mencionando não o terem feito com medo de serem mortas ("Ai, se eu levantasse a mão!", "...eu tinha medo, se eu ousasse ameaçá-lo, responder a uma agressão, acabava ali [referindo-se à própria]", "Era pior, se eu lhe respondesse ele teria me matado").

De uma forma geral, as participantes percebem-se mais como vítimas do que, propriamente, como agressoras. A perpetração de actos de violência física é, efectivamente, admitida por estas mulheres, mas quase sempre descrita como justificável, atribuindo as causas e a culpa da situação: a) aos maridos por, alegadamente, terem sempre sido estes os iniciadores dos episódios de violência e pelo consumo exacerbado de álcool e b) à sua impotência para resolver a situação, já que a agressão, associada à percepção da ineficácia de outras estratégias não violentas, é considerada a única forma de se conseguirem defender e, de alguma forma, fazer retrair a violência masculina. Para além disso, a maioria das entrevistadas não faz referência a sentimentos de arrependimento, percebendo a retaliação violenta como uma forma eficaz de resolver as situações e os maridos como os principais culpados da violência bidireccional ("Mas o mal nunca esteve em mim, eu tentei sempre ser uma boa mulher, uma boa mãe, uma boa esposa, uma boa dona de casa, trabalhei sempre, muitas vezes ele vinha com o álcool", "Então o mal nunca foi meu, eu não me sinto responsável por nada, porque eu nunca ajudei a que ele se metesse no álcool").

Relativamente ao grupo de reclusas, actualmente, todas elas mostram arrependimento mas mais associado às perdas relacionadas com a experiência de prisão, nomeadamente a privação da companhia e do relacionamento com a família e os filhos ("...sinto-me culpada por isto tudo, principalmente pelo desgosto e sofrimento que os meus filhos e os meus pais têm", "Sim, estou porque nada merece o sofrimento que estou a ter nesta cadeia: são dez anos passados sem ver o meu filho"). Paralelamente, consideram que a pena "foi muito pesada" e que não a mereciam, tendo em conta o sofrimento que passaram na sequência dos maus tratos ("Eu não sabia o que era uma cadeia, eu fiz o que fiz porque não estava em condições", "Defendemo-nos e apanhamos pena máxima..."). Algumas destas afirmam, após decorrida esta experiência, que deveriam ter resolvido as coisas de outra forma, nomeadamente fugir para outra cidade ou país ou terem recorrido à justiça.

d) Estratégias não violentas de resolução de conflitos e da situação abusiva

Um dos motivos também presente no recurso à agressão física para a gestão e resolução dos conflitos conjugais tem a ver com a percepção de ineficácia de outro tipo de estratégias não violentas. Foi mencionada, por exemplo, a tentativa de, em dados momentos da relação, evitar agredir fisicamente os maridos ou mesmo a

paragem total das agressões femininas, por vários motivos, de entre os quais se destaca a preocupação com os filhos, mencionada praticamente em quase todas as "histórias", quer porque os filhos assistiam aos episódios de violência quer por recearem que saíssem magoados da agressão conjugal ("...eu pensava logo nos meus filhos, o mal é que eu pensava nos meus filhos"). São também pontualmente mencionados outros motivos para a não agressão feminina: a dependência económica, a esperança de que, não agredindo, os maus tratos pelo marido diminuíssem e o receio de que a perpetração de violência física lesasse a mulher futuramente, em termos judiciais, prejudicando o processo de divórcio. Estes aspectos não são referidos, porém, pela maioria das entrevistadas.

Por outro lado, são também muito comuns as tentativas de conversar, de fazer queixa à polícia, tentativas de separação e expulsão do marido de casa. Contudo, este tipo de tentativas foi considerado, de um modo geral, de pouca utilidade, uma vez que não contribuiu para a paragem ou o abrandamento das agressões do cônjuge, sendo que as reacções mais comuns destes a estas tentativas eram "não ligar", "virar costas", negar ou dizer "que era mentira" o que tinha sido alegado.

Paralelamente, a corroborar a ineficácia destas tentativas de resolução não violentas, algumas mulheres admitiram que o facto de terem parado de agredir o marido "não adiantou", tendo apenas piorado a situação ("Eu hoje em dia, vendo de longe a situação até acho que devia ter retaliado sempre, não me ter amedrontado depois", "Depois vim a verificar que o facto de eu não o fazer, de não reagir, não melhorava a situação").

São, ainda, referidos outros tipos de estratégias, não tanto de resolução do conflito, mas mais de evitamento deste, implicando a retirada da situação, na tentativa de diminuir ou evitar as suas consequências, como, por exemplo, fugir de casa com os filhos ou trancar as portas do quarto ou da sala durante o próprio episódio, ou durante a noite, com medo de eventuais ataques ("A fugir, a fechar-me, a fechar a porta à chave mas não...não funcionava", "Eu assim fechava a portinha por dentro e ficava aqui a dormir"). Na impossibilidade de evitar o episódio agressivo, é comumente referido um comportamento típico de protecção: tapar a cara, "proteger os olhos por causa dos óculos".

2.4. Impacto dos Maus Tratos

2.4.1. Impacto dos maus tratos infligidos pelos homens

As agressões masculinas são, de um modo geral, apontadas como sendo sempre de maior gravidade do que as agressões femininas, mais frequentes, mais passíveis de exigir cuidados médicos e / ou hospitalizações, assim como deixando marcas mais profundas, quer físicas quer psicológicas.

Em termos de mazelas físicas, as mais frequentes são as pisaduras, os olhos negros, ferimentos com necessidade de suturas nas cabeça ou nas pernas, marcas na cara ou no peito, ferimentos nos lábios ou dentes, hematomas em várias partes do corpo ou na cara, ao ponto de a deformar, e marcas no pescoço. São também referidos por cerca de metade das entrevistadas ferimentos nas zonas genitais, como a vagina ou ânus, que necessitaram de ajuda médica e medicação posterior ("Ele queria sexo anal, eu não deixei, mas ele ainda me aleijou só que não me violou mesmo, mas nas paredes, ele conseguiu aleijar... andei a chegar umas pomadas", "...eu cheguei a ir ao hospital porque ele conseguiu ainda penetrar um bocadinho... foi horrível").

São muitas também as referências à possibilidade de terem sido mortas pelas agressões do marido.

Já no que diz respeito ao impacto psicológico da violência masculina, as referências também são constantes, nomeadamente através do conceito de trauma ("Tenho um trauma muito grande", " Não, não passa! Nunca mais sai da memória! [chora]"). Do ponto de vista sintomático são referidas perturbações da auto-estima (humilhação, sentimentos de inferioridade), sintomas do foro ansioso (tremuras, calafrios, insónias, medo constante, vigília constante) e auto-culpabilização pelo facto de os filhos terem estado envolvidos na situação ou por serem também agredidos, física ou verbalmente. É frequente a referência ao impacto dos maus tratos masculinos sobre os filhos e os sentimentos de impotência, dor e raiva que tal causou nas mulheres e que motivam, muitas vezes, as suas agressões. Alguns destes problemas perpetuaram-se até ao momento (uma entrevistada referiu um comportamento de protecção que continua a ter, mesmo na ausência do marido, e que consiste em colocar uma muda de roupa em acesso fácil para poder vestir e fugir caso seja necessário).

2.4.2. Impactos dos maus tratos infligidos pelas mulheres

Em termos de maus tratos físicos salienta-se o grupo de mulheres que decidiu matar os seus maridos, cuja consequência física extrema foi a morte. Apesar de todas estarem detidas por terem pedido ou pago a alguém para causar a morte aos seus companheiros, uma delas tentou pelos seus próprios meios causar um acidente rodoviário, indo de carro contra a moto que o marido dirigia. As consequências desta tentativa, apesar de a intenção ter sido provocar a morte, foram um internamento hospitalar prolongado do companheiro, com algumas fracturas, hematomas e traumatismo craniano.

Relativamente às entrevistadas não detidas, algumas referem não ter conseguido provocar sequelas físicas nos seus maridos, não obstante as tentativas ("Não o magoei que aquilo partia-se; já estava partido, assim que lhe dei, aquilo partiu... e ele continuou a agredir"). As restantes passaram por episódios dos quais não resultaram ferimentos e por situações que deixaram algum tipo de pequenas marcas, essencialmente pisaduras e arranhões ("... daqueles tachos de ferro pequeninos e ele pegou num banco, deu-me nas costas, arranhou-me as costas todas e eu agarrei no tacho da massa e atirei-lhe, só que não lhe acertei", "Mas, por exemplo, ainda há uns tempos lhe atirei com o comando da televisão e rachei-o aqui (aponta para o sobrolho) um bocadinho", "Não... marquei-o uma altura com o jarrão, mas não se notava assim muito, mas assim marcar como ele me marcou a mim nunca consegui"). Apenas uma das mulheres referiu ter provocado, por vezes, mais ferimentos no marido que o contrário ("Teve mais feridas ele do que eu, eu pisava-o ou dava-lhe murros, houve uma altura em que o arranhei todo mesmo em carne viva e ele dizia «eu vou à polícia e vou ao hospital fazer queixa de ti», «vai, eu também tenho pisaduras»").

De facto, a percepção mais comumente encontrada nestes discursos é a de que a violência feminina é menos grave e com menos consequências físicas do que a masculina, em grande parte devido à diferença de compleição física entre os sexos. Existe a ideia generalizada que os homens agredem mais ("... porque ele era homem; eu acho que um homem agride mais, faz mais agressões") e têm mais força ("Os homens têm muito mais força que as mulheres", "O murro de um homem é muito mais forte que dois juntos de uma mulher") o que contribui para a diferença no impacto físico das agressões ("... ele empurrava-me e eu empurrava-o também, mas claro que a reacção não era a mesma: ele empurrava-me e eu ia para quilómetros de distância"). Estas diferenças são também atribuídas às diferenças de estatura entre homens e mulheres ("... embora não seja em igualdade porque o meu marido faz dois

de mim, é maior em tudo, tamanho e força também”, “Ele ao pé de mim era um cavalo”).

2.5. Vivência emocional da relação conjugal

Os sentimentos das mulheres, contingentes ao relacionamento íntimo com os seus maridos, têm a ver com a tristeza, a infelicidade (“Era um viver triste, o mau viver que levei com ele”) e, acima de tudo, com o sofrimento, bem patente na caracterização das suas vidas em expressões como: “um inferno”, “um martírio”, “calvário”, “uma cruz”, “é horrível” ou “é insuportável”. De acordo com Matos e Machado (1999), as mulheres maltratadas apresentam, na sua maioria, uma auto-percepção desvalorizada, cepticismo e um sentimento de impotência, não se percebendo como agentes de poder e direitos, produzindo discursos invalidantes, de capacidades omitidas e de desqualificação e, muitas vezes, percepcionando as suas vidas como não satisfatórias. De facto, também neste estudo se encontra este tipo de discursos, em que as mulheres revelam sentir-se “encurraladas”, impotentes para pôr término à situação, cansadas, saturadas, inúteis, humilhadas, sem dignidade e anuladas enquanto pessoas (“No fundo, sentimo-nos umas inúteis à espera das migalhas que eles trazem para casa e isso já nos faz sentir quase sem dignidade nenhuma, um ser humano quase sem dignidade nenhuma”, “Eu estava encurralada, eu vivia numa cidade muito pequena, em qualquer altura ele podia-me fazer esperas...”, “... eu nunca fui mulher, fui um brinquedo, podia ser manipulada conforme ele quisesse e quando entendesse”, “Eu, como esposa, era um vegetal”).

Paralelamente, subsistem sentimentos de vergonha pela situação, em relação aos vizinhos e, principalmente, aos pais, o que fez com que algumas escondessem a situação de maus tratos. Com muita frequência encontram-se referências a sentimentos de auto-culpabilização pelo sofrimento que a situação abusiva causou aos filhos.

A insatisfação com as suas vidas está bem patente, praticamente na totalidade das entrevistas, quando afirmam que não foram felizes (“Nunca fomos um casal muito feliz”, “Nunca fui uma mulher feliz”), apesar de pontualmente existirem referências a momentos bons, associados ao nascimento dos filhos.

Relativamente ao parceiro, o sentimento mais proeminente tem a ver com o medo, presente em quase todos os discursos, parecendo-nos salientarem-se, contudo, algumas diferenças na percepção do medo pelo grupo das reclusas. Neste último, a forma como vivenciam o medo do parceiro parece-nos mais intensa e constante e mais relacionada com a sua própria sobrevivência (“O meu viver foi sempre com medo

dele”, “Dizia que me matava e eu tinha medo, tinha dois filhos pequeninos”, Com medo, eu andava em pânico (...) quando o ouvia a chegar, perto de casa, toda eu tremia, já não sabia o que fazer, já não sabia onde pôr os miúdos”). Note-se que, como já foi mencionado na motivação para a agressão feminina, o grupo de reclusas nunca retaliou ou agrediu fisicamente os seus companheiros, precisamente por perceberem que, se o fizessem, estes as poderiam matar. Aliás, o principal motivo para a agressão neste grupo de entrevistadas foi, precisamente, o medo de morrerem às mãos dos parceiros.

Apesar de pontualmente também ser referido o medo da morte, nas restantes entrevistadas o medo é sobretudo associado à escalada da violência, ao medo de “escândalos” e ao medo da reacção dos maridos caso retaliassem. O facto de estas terem sentido medo em algum momento da relação não impediu que agredissem fisicamente os seus maridos ou que retaliassem, pelo que a percepção da ameaça, de acordo com o supramencionado, nos pareceu mais intensa no grupo de reclusas.

São ainda bastante referidos - e associados, muitas vezes, à retaliação feminina -, sentimentos de ódio e raiva pelo parceiro.

2.6. Percepção dos recursos disponíveis e do suporte social

Neste domínio procurámos averiguar a percepção destas mulheres relativamente aos recursos sociais, familiares ou institucionais disponíveis para a resolução da situação de violência que estavam a vivenciar, assim como a sua percepção acerca da eficácia, ou não, do suporte recebido. Também aqui se realçam algumas diferenças entre a percepção do suporte recebido pelo grupo de reclusas e pelas restantes entrevistadas.

Nos discursos das mulheres que perpetraram ofensas não letais e que, na sua generalidade, acabaram por colocar um fim aos seus casamentos, são muito frequentes as referências a “muito apoio” recebido por parte de amigos ou familiares, com quem habitual e continuamente “desabafavam”. Normalmente trata-se de vizinhos ou amigos, conhecedores da sua situação, ou de parentes com quem se relacionavam mais diariamente, como irmãs, primas ou cunhadas; de uma forma geral, estas mulheres admitem que facilmente conseguem desabafar (“Eu sou uma pessoa que converso, que desabafo...”, “Foram sempre amigos de fora que me ajudaram”, “... porque nós estamos 3 amigas que somos muito unidas e falamos de tudo”, “... eu dialogo com muita facilidade e abro-me, converso e acho que é por aí”). O suporte dos pais também foi percebido, no geral, como efectivo e forte,

apoiando as filhas nas suas decisões e aconselhando-as a abandonar as suas relações e "ir em frente em termos de justiça".

Para além disso, a quase totalidade destas mulheres reporta ter-se dirigido, em algum momento das suas relações, geralmente mais próximo do seu final, a alguma instituição de apoio à vítima (o que não é surpreendente uma vez que a maioria foi recrutada através destas instituições). Este tipo de suporte é percebido, no geral, como eficaz e produtor de incentivo e força para superar a situação, tendo constituído, na maioria dos casos, uma base, quer para o encaminhamento judicial, quer para a recuperação em termos psicológicos ("Eu cheguei a desabafar muitas vezes essas coisas quando estava aqui uma Dra. F., nós éramos muito amigas e eu ia para lá muitas vezes", "... e foi quando eu vi o apoio à vítima e então fui lá e digo-lhe sinceramente, até ir lá, eu estava com muita força, mas quando cheguei lá e conversei com uma pessoa e ela fez-me ver as coisas, então é que eu tive uma força de vontade enorme, foi tiro e queda!", "Eu estou, felizmente protegida, bem haja a APAV e às associações que protegem as mulheres"). Algumas delas, mesmo após terem saído da relação abusiva, mantêm o contacto com este tipo de instituições.

Relativamente ao apoio por parte das autoridades, é praticamente consensual entre todas as mulheres a caracterização da polícia como inoperante e/ou de acção insuficiente; são frequentes as referências a tentativas de recorrer à PSP ou à GNR que acabaram por se revelar infrutíferas, ou por não terem dado seguimento ao caso ou por aconselharem a reconciliação ("... numa altura qualquer também voltei a ir à polícia e senti-me discriminada e então nunca mais fui; preferi sofrer e aguentar; não senti apoio, pelo contrário, senti gozo", "O contacto foi o pior possível, simplesmente não registavam a queixa, das duas vezes que lá fui, aconselhavam um entendimento entre o casal e como era entre paredes, não havia testemunhas, era muito difícil provar").

Em contraste, as mulheres entrevistadas no estabelecimento prisional feminino revelaram um insuficiente e ineficaz suporte social. Elas próprias, ao contrário das restantes entrevistadas, procuraram esconder a situação, arquitetando desculpas quando confrontadas por vizinhos, familiares ou amigos acerca de determinados episódios ou omitindo os conflitos e as suas consequências, por medo de retaliações maiores dos maridos ("Não, não contava a ninguém", "Eles também tinham medo, já sabiam como ele era", "... ninguém sabia de nada. Eu tentei sempre esconder tudo"). No caso dos pais ou sogros tomarem conhecimento, eram aconselhadas a tentar resolver as coisas ("E ela [sogra] dizia: - O casamento é até ao fim da vida", "E eu disse-lhe: Pois é mãe, se eu continuo a sofrer posso agradecer ao pai, porque o pai

quis que eu fosse para casa”, “A mãe dele só me dizia para aguentar, porque ele era meu marido, e porque ela também aguentava o meu sogro”).

De uma forma geral o suporte social é encarado como reduzido ou inexistente (“Eu não tinha colegas, eu não tinha vizinhas... Se eu tivesse uma pessoa amiga, dizia assim: olha, está a acontecer isto assim”), assim como o suporte institucional (“Mas na altura também não havia aquelas coisas de apoio à vítima”, “... afinal o apoio à vítima era uma fraude”). No que toca a denunciar a situação e o parceiro maltratante às autoridades, optaram por não o fazer com medo de retaliações dos maridos. Uma destas mulheres tentou fazê-lo, não por iniciativa própria, mas do hospital onde recebeu assistência médica devido aos maus tratos, acabando por desistir depois de, em consequência, ter sido agredida pelo marido e ameaçada de morte caso voltasse a tentar.

3. Síntese de resultados e contrastação de grupos

Concretizada a descrição das características discursivas das narrativas das participantes, pudemos apurar, após a análise das várias dimensões, a emergência de algumas diferenças entre dois grupos que se foram delineando: o grupo das reclusas (que cometeram uma única ofensa física letal) e o grupo das mulheres que cometeram várias ofensas físicas não letais. Apesar de termos constatado que alguns dos aspectos eram partilhados por ambos os grupos (envolvendo, no essencial, as circunstâncias do namoro e casamento e algumas facetas da dinâmica da violência interpessoal), percebemos que outros processos permitiam diferenciá-los, possibilitando a sua contrastação em dimensões como o tipo de violência recebido e exercido, a percepção do suporte social e institucional e o impacto físico ou psicológico da violência de ambos os elementos do casal.

Encetámos, desta forma, uma análise das paridades e disparidades discursivas encontradas nas histórias destas mulheres, sintetizadas e sistematizadas nos quadros I e II.

Quadro I. Síntese de resultados comuns

Síntese de resultados comuns a todas as participantes

I M E N S E S	Namoro	Início das relações em idades bastante jovens. Fase do namoro considerada "normal", embora já houvesse discussões, zangas, agressões verbais e agressões físicas leves esporádicas. Descrevem já algumas características desagradáveis dos parceiros enquanto namorados.
	Motivos para o casamento	Normalmente associados a uma gravidez não desejada ou não planeada.
	Início do casamento	Início dos problemas. Ausência da fase de "lua-de-mel". Os comportamentos agressivos anteriores cristalizaram-se ou agravaram-se, logo após o casamento.
	Poder e gestão de tarefas no casamento	Tipicamente, as tarefas domésticas são atribuídas à mulher, assim como tudo o que diz respeito à educação dos filhos. Descrevem-se, no geral, como as principais provedoras de sustento económico.
	Atribuições causais dos problemas do casamento	Escassez financeira, alcoolismo do marido e estilo de vida do marido (nocturno, "más companhias", precariedade ou ausência de emprego) associados ao aparecimento dos problemas no casal, bem como dos conflitos.
	Tipo de agressões infligidas pelos homens	Agressões verbais, agressões físicas menores e severas, coerção para obter actos sexuais, ameaças de agressões físicas e de morte e agressões físicas durante a gravidez.
	Controlo coercivo	Comportamentos de controlo (dinheiro, saídas da mulher, contacto com a família, exigência de "privilégios do marido" e propriedade sobre a mulher), muitas vezes concomitantes ou precipitantes dos maus tratos.
	Iniciação dos episódios violentos	Em todos os discursos é consonante a atribuição da iniciação dos episódios violentos aos maridos.
	Frequência dos maus-tratos	Em todos os discursos encontramos referência a episódios de maus tratos físicos regulares, embora com periodicidade variável (diária, semanal ou mensalmente).
	Evolução e circunstâncias dos maus tratos	Os factores mais associados à escalada dos maus tratos são a permanência a sós do casal ou após tentativas de separação. Existência de um padrão de aumento de intensidade ao longo da relação e com maior intensidade à noite e ao fim de semana. O consumo excessivo de álcool pelos maridos, as retaliações das mulheres, recusa em dar dinheiro ou em ter relações como factores precipitantes de episódios violentos. Arbitrariedade e imprevisibilidade dos maus tratos.
Percepção da eficácia da estratégia	Percepção das agressões físicas femininas como parcialmente eficazes na resolução dos episódios violentos. Tentativas não violentas de resolução de conflitos consideradas ineficazes.	

Vivência emocional da relação conjugal

Baixa auto-estima, infelicidade, insatisfação com as suas vidas, impotência para terminar a situação, humilhação, inutilidade, aniquilamento, vergonha, medo dos maridos (apesar de ser descrito de forma diferente por ambos os grupos identificados), sentimentos de ódio e raiva pelo parceiro.

Quadro II. Aspectos contrastantes entre os grupos

	Ofensoras físicas não letais	Ofensoras físicas letais (reclusas)	
IMENSÕES	Gravidade dos maus tratos sofridos/frequência	Agressões físicas leves e severas, com alguns ferimentos, maioritariamente sem necessidade de assistência médica; coacção para ter relações sexuais.	Agressões físicas severas, com ferimentos mais graves, frequentemente com necessidade de assistência médica. Ameaças mais graves e constantes, quase sempre de morte e, muitas vezes, acompanhadas de armas brancas ou de fogo. Ameaças sobre os pais ou filhos como forma de coacção. Mais violência sexual, com referência a coacção e violações vaginais e anais.
	Tipo e impacto das agressões perpetradas pelas mulheres	Maioritariamente agressões físicas leves, sem consequências graves para os maridos: pisaduras, arranhões...	Uma única agressão física que provocou a morte dos maridos – nunca agrediram antes e foram autoras morais e cúmplices do crime.
	Motivação para a agressão feminina	Autodefesa, retaliação, resistência.	Morte do marido encarada como a única forma de escapar à violência e às ameaças de morte: "era ele ou eu".
	Recursos sociais disponíveis / percepção do suporte social	Percepção de um eficaz suporte social (familiares, amigos, vizinhos) e institucional (recurso frequente a instituições de apoio à vítima).	Ausência e / ou ineficácia do suporte social ou institucional. Isolamento social. Vergonha em dar a conhecer a familiares e amigos a sua situação de violência.
	Propensão para a mudança	Revelam facilidade em desabafar, força de vontade e de viver e propensão para a mudança.	Preferem não dar a conhecer a sua situação, sentindo-se "encurraladas" na relação violenta.
	Vivência emocional da relação conjugal	Medo associado à escalada da violência, medo de retaliação dos maridos na sequência das agressões femininas, medo de "escândalos" na vizinhança ou em público.	Medo associado às ameaças de morte. Constante referência a medo de morrer.
	Resolução da relação marital violenta	Saída da relação violenta (divórcio ou separação).	Homicídio do marido e conseqüente detenção.

Feita a síntese dos principais conteúdos discursivos analisados e a contrastação dos grupos em algumas dimensões, parece-nos possível tecer já algumas considerações acerca dos resultados encontrados e avançar com as primeiras conclusões.

De uma forma geral, os percursos conjugais de ambos os grupos, assim como as circunstâncias violentas que os envolvem, parecem ter seguido um padrão semelhante de evolução, variando apenas pontualmente em algumas dimensões que parecem ter acabado por contribuir para desfechos tragicamente díspares das relações violentas. Desta forma, as dimensões em que as histórias dos grupos divergem parecem constituir factores essenciais para o tipo de resposta dada pela mulher na resolução da situação de violência e conflitualidade.

Os tipos de maus tratos sofridos parecem ser semelhantes em ambos os grupos, que referem ter sofrido comportamentos de violência física leve, severa e sexual, assim como coerção e violência psicológica. Não obstante, a diferença parece encontrar-se, não necessariamente no tipo de actos violentos, mas na frequência e intensidade com que são praticados, parecendo-nos que é no grupo de reclusas que a vitimação assume uma forma mais intensa, mais continuada e mais frequente. Se tivermos em conta que a frequência dos maus tratos, a violência neles implicada e o tipo de actos cometidos têm um papel fundamental na determinação do impacto desta forma de vitimação (Browne, 1987, cit. Matos & Machado, 1999), podemos concluir que o facto de estas dimensões se terem manifestado de uma forma intensa e com mais perigosidade no grupo de reclusas terá fomentado, em consequência, um impacto físico e psicológico mais acentuado.

Tal facto assume ainda maior disparidade se nos reportarmos à violência sexual. Apesar de esta forma de violência ter sido referida por ambos os grupos, parece-nos que as descrições do grupo de reclusas se aproximam mais do conceito de "sexualidade violenta". Nas restantes participantes, a violência sexual manifestou-se sob a forma de coacção para obter relações sexuais e, esporadicamente, em tentativas não concretizadas. No grupo de reclusas, para além deste tipo de coacção, existiram também violações vaginais e anais com alguma frequência, com referência a consequências físicas de extrema gravidade, com ferimentos que necessitaram de assistência médica e períodos de recuperação e, num dos casos, com mutilação dos seios. Tais descrições sugerem-nos a maior gravidade das ofensas sexuais no grupo de reclusas.

Adicionalmente, a violência psicológica, nomeadamente as ameaças, surge também descritas como mais grave, mais intensa e mais concretizável pelo grupo de

reclusas, o que está, de alguma forma, relacionado com a vivência emocional de medo e terror face à relação marital.

O tipo e a qualidade do suporte percebido pelas entrevistadas parecem estar também relacionados com o desenlace dos seus relacionamentos conjugais. As mulheres que acabaram por deixar os seus maridos referem nos seus discursos a existência de um dado momento na sua relação em que reconheceram que existia uma alternativa que resolvem prosseguir. Desde o momento em que parecem considerar a hipótese de abandonar as suas relações até ao momento da sua concretização passam, por vezes, longos períodos temporais, com ameaças e tentativas de separação e reconciliação. Contudo, o cansaço, a saturação, o "não aguentar mais", a esperança de uma vida melhor e a força interna, aliada ao suporte recebido parecem ter constituído forças motrizes de grande importância para o passo final em direcção à separação ou divórcio.

A sua vontade de terminar as relações abusivas manifesta-se em expressões como: "tudo tem o seu limite", "a pessoa tem que tomar alguma atitude", "isto não vale a pena". Para isso consideram que é essencial ter espírito de luta, força de vontade e força de viver ("Tem que se ter força de vontade e força de viver e mudar as coisas... eu tenho muita força", "Tem que haver força de vontade e pensar nos filhos, fazer tudo por tudo para ser mulher mesmo e viver o dia que nos resta", "Tem que se resistir de uma maneira... firmemente").

Tendo conseguido retirar-se da relação abusiva consideram que "Qualquer mulher tem direito a refazer a sua vida", "Tenho direito a ser feliz, viver o que não vivi, viver a vida, ter um fim de vida melhor", "Agora sou livre de fazer o que quiser da minha vida", não revelando qualquer tipo de arrependimento pela separação, à excepção de não o terem concretizado mais cedo ("Fiz isto há quatro anos, mais ou menos, devia ter feito isto há vinte anos!", "A vida já não se vê tão escura, tão feia, tão cinzenta, vejo a minha vida já mais e mais colorida, muito mais colorida e mais não sei o que me espera e eu vou procurar o bom porque o mau já eu tive").

Também aqui transpareceram diferenças face ao grupo das reclusas. Como já foi dito, estas parecem não ter conseguido sair das suas relações, em grande parte devido ao medo de retaliações do marido, medo de serem mortas por eles e vergonha perante os pais e a sociedade, tendo preferido encobrir a situação, sem qualquer recurso a autoridades ou a instituições de apoio ("... antigamente era uma vergonha para os pais terem uma filha que fosse mãe solteira ou separada, eu queria evitar que os meus pais passassem por essa vergonha, então tentei sempre esconder tudo, como se costuma dizer: 'Tapar o sol com a peneira!'").

Apesar de a maior parte ter pensado e até falado ao companheiro em separação ou divórcio, acabaram por colocar essa hipótese de parte depois de terem sofrido retaliações e ameaças por parte dos maridos, parecendo ter ficado, de alguma forma, "encurraladas" nas suas relações ("Ele disse que se eu me divorciasse, que ele me matava a mim, aos meus filhos, aos meus pais, acabava com tudo", "...«vou-me embora e levo a menina» e ele respondeu-me «isso é que era bom, tu nem te atrevas a semelhante coisa»"), o que contribuiu em grande parte para as suas decisões em proceder ao homicídio do marido ("Comecei então a meter na cabeça que a única solução seria matá-lo"). Este medo de morrer na sequência de uma ameaça ou da efectivação de divórcio ou da separação não é, de forma alguma, infundado. Existem, de facto, cada vez mais estudos que evidenciam que a separação ou ameaça de separação é um factor precipitante bastante significativo do homicídio das esposas pelos maridos (Campbell, 1981; Wilson & Daly, 1992, cit. Saunders, 2002).

De facto, existiram, nestas histórias, uma série de constrangimentos pessoais e sociais que impediram a ruptura da relação, contribuindo para que, de alguma forma, a sua manutenção parecesse vantajosa, mesmo na presença de conflitos (Pais, 1998). De acordo com Pais (1998), numa análise das rupturas violentas da conjugalidade em Portugal, a dificuldade criada por constrangimentos socioculturais dificulta, em grande medida, a concretização de um processo de ruptura e dissolução da união. Parece-nos, pois, que a ausência de suporte social, o controlo coercivo, a dependência económica e a vergonha em assumir uma relação maltratante perante a família, limitaram estas mulheres na procura de soluções alternativas. Podemos, deste modo, enquadrar o grupo de reclusas no tipo de homicídio conjugal que Pais (1998) denomina como "maus tratos", ou seja, um tipo de homicídio perpetrado exclusivamente por mulheres (normalmente provenientes de um nível socioeconómico baixo, o que também se verifica nesta amostra) e que emerge de trajectórias de grande conflitualidade e violência conjugal, terminando este ciclo com uma acção de extrema violência física.

Neste tipo, a mulher que acaba por constituir-se agressora comete um crime, mas enquadrando-se no protótipo de "mulher maltratada" que, caso não se torne agressora, poderá ser fatalmente agredida. A corroborar esta ideia estão algumas expressões utilizadas pelas participantes reclusas na presente investigação, sempre associadas ao terror vivido e a um medo constante de serem mortas pelos maridos, factores determinantes das motivações para o homicídio: "A única coisa pior que podia ter acontecido era eu estar no cemitério" ou "comecei a meter na cabeça que a única solução seria matá-lo". À semelhança do que foi constatado por Pais (1998), a violência letal acabou também, neste estudo, por ser uma expressão de impotência,

sendo estas "soluções" violentas de resolução das conflitualidades conjugais uma resposta à impossibilidade percebida de se poder dissolver a relação de outra forma.

Os motivos apresentados para a agressão letal são descritos, mais do que como autodefesa, como uma forma de escapar da relação, dos maus tratos extremos que poderiam levar à morte da mulher e, em alguns casos, como uma forma de protecção dos filhos, quer de presenciarem os episódios agressivos, quer de eles próprios sofrerem violência psicológica, física e, num dos casos, sexual, por parte dos pais. Estas evidências vêm reforçar as conclusões que têm vindo a ser encontradas noutros estudos (e.g. Saunders, 2002) de que o homicídio conjugal cometido por mulheres acontece muito provavelmente como uma forma de autodefesa. Os homicídios tendem a ocorrer como tentativa de colocar um fim aos maus tratos do marido sobre a mulher ou sobre os filhos, como forma de prevenir um ataque iminente e ameaçador (nomeadamente, quando se percebe risco de vida) ou no decorrer de um episódio agressivo (Browne, 1986; Grant 1995; Maguigan, 1991, cit. Saunders, 2002).

Em suma, as graves agressões físicas sofridas, a sexualidade violenta e a ausência de suporte social originaram nestas mulheres sentimentos de impotência, terror e medo da morte que acabaram por confluir na percepção de que a única solução seria o homicídio conjugal. Ao contrário dos homens, as mulheres matam os seus maridos após anos de vitimação física, após terem esgotado todos os recursos de apoio disponíveis, quando se sentem encurraladas e quando temem pelas suas próprias vidas (Wilson & Daly, 1992, cit. Saunders, 2002; Archer, 2000).

A gravidade, frequência e impacto dos maus tratos sofridos, associados ao suporte social e institucional, parecem constituir influências importantes na percepção que a mulher tem de si própria e da relação, servindo como pêndulos na tomada de decisão sobre retaliar, abandonar a relação ou recorrer a outras formas de agressão extremas. Saunders e Browne (2000, cit. Saunders, 2002) constataram uma associação entre o declínio do homicídio conjugal perpetrado por mulheres e o aumento dos recursos e da protecção a mulheres vitimadas por parceiros violentos, pelo que vale a pena reforçar a ideia de que as formas de protecção e apoio às mulheres assumem um papel crucial nas soluções escolhidas para a saída da relação.

4. Interpretação e discussão dos resultados: histórias de agressão ou histórias de vitimação?

Analisados os pontuais contrastes entre os grupos, encontramos-nos em posição de partir para a discussão dos resultados de uma forma global, com maior incidência na perpetração feminina de tipos de violência não letais, cuja investigação é menos clara (Saunders, 2002).

Convém, antes de mais, acentuar que, muito embora este estudo tenha o seu principal enfoque nas agressões perpetradas por mulheres, acaba por analisar este fenómeno enquadrado na violência conjugal exercida pelos homens. Tal não era, de todo, imprevisto, se tivermos em conta que já outros autores se depararam com a mesma situação (Dobash, 2004; Saunders, 2002; Cascardi & Vivian, 1995; Kurz, 1993), acabando por concluir que a violência feminina não pode ser estudada sem ter em conta a violência masculina, uma vez que a primeira decorre, segundo as teorias feministas, da segunda.

Não devemos omitir, porém, que a fase qualitativa deste estudo teve por base narrativas apenas de um dos elementos do casal, permitindo-nos apurar apenas as versões femininas da situação, o que nos facultou uma perspectiva unilateral das histórias violentas. Considerando tal facto, e mesmo constatando que os resultados obtidos vão de encontro, no geral, às evidências encontradas em outros estudos revistos, essencialmente feministas, estas histórias devem ser examinadas com alguma cautela.

Foi-nos possível examinar, com algum detalhe, a natureza, contextos, severidade e consequências da violência perpetrada por mulheres contra os seus parceiros conjugais, no sentido de procurar responder à questão principal inicialmente proposta neste estudo, que se debruça sobre as circunstâncias que envolvem a agressão conjugal feminina. A partir desta questão geral foram produzidas outras sub questões de partida que nos orientaram na pesquisa e que colocamos, agora, aos nossos dados.

a) Qual a natureza da violência conjugal feminina?

Em concordância com os dados quantitativos da primeira fase deste estudo, os dados qualitativos revelam que, quando as mulheres se tornam agressoras conjugais, perpetram, essencialmente, actos de violência física considerados leves e pouco prováveis de constituir perigo para os homens. Como vimos, as ofensas mais comuns são as bofetadas, os empurrões, o arremesso ou agressão com objectos, os murros e

os pontapés, geralmente com pouca frequência, comparativamente com as agressões cometidas pelos seus maridos. Apesar de uma minoria das mulheres ter cometido ofensas graves (letais), conforme discutido anteriormente, esta não é, definitivamente, a situação mais frequente neste estudo, o que vai ao encontro dos resultados apontados por outras investigações (e.g. Dobash & Dobash, 2004). A percepção de desvantagem física leva a que, na maior parte das vezes, estas recorram ao arremesso ou agressão com objectos ou à ajuda de terceiros (no caso das reclusas) para conseguirem, de alguma forma, atingir os seus companheiros.

O conteúdo das agressões verbais femininas, nomeadamente o das ameaças dirigidas aos maridos, parece também ser de menor gravidade e frequência do que o daqueles, o que pode ser explicado pelo facto de as mulheres temerem, de alguma forma, as retaliações masculinas possivelmente advindas destas ameaças. Assim, o conteúdo das ameaças femininas difere das masculinas, sendo que as primeiras mencionam a separação, abandono, divórcio ou recurso às autoridades, assim como a morte enquanto que as segundas têm mais a ver com a agressão física, sobre as mulheres, filhos ou outros familiares e também a morte, colocando a mulher numa posição percebida como sendo de risco elevado.

Por outro lado, constatámos também que, ao contrário dos maridos, que recorriam à violência sobre os filhos, outros familiares ou fora do contexto do lar, estas mulheres relataram terem sido agressivas apenas para com os seus companheiros, o que reduz o exercício da violência apenas ao contexto marital. Na verdade, tem-se vindo a verificar que as mulheres, quando são violentas, são-no mais na conjugalidade do que noutro contexto qualquer (Pais, 1998).

Efectivamente, os homens, de um modo geral, perpetraram uma maior variedade de actos física e sexualmente violentos, geralmente com maior severidade e frequência que as suas companheiras (e.g. Hamberger & Guse, 2002; Dobash & Dobash, 2004; Cascardi & Vivian, 1995; Saunders, 1990; Melton & Belknap, 2003). Estas evidências foram também constatadas nos discursos narrados pelas participantes do estudo, o que constitui um sinal de assimetria de género na perpetração da violência física.

b) Quais os factores precipitantes, contextos e motivações subjacentes ao uso da violência conjugal por mulheres?

Foi consensual em todas as entrevistas que a violência física exercida pelas mulheres ocorreu na sequência de uma ou mais agressões dos homens, tendo sido sempre estes os alegados iniciadores dos episódios. A questão sobre quem inicia os

episódios violentos foi amplamente debatida por sociólogos do conflito familiar e feministas. Os primeiros defendem que as mulheres iniciam a violência com tanta frequência como os homens, ao passo que os segundos alegam que as mulheres raramente o iniciam e, quando o fazem, é em resposta a perigo percebido de agressão iminente (Saunders, 2002). No presente estudo, o que se verificou foi que, segundo as participantes, os maridos foram, na generalidade, os causadores dos episódios violentos, com agressões físicas e, menos frequentemente desencadeadoras daquela reacção, com agressões verbais, sendo estes os principais factores precipitantes da agressão feminina. O perigo percebido emergiu também nos discursos das participantes, essencialmente do grupo de reclusas, cujas agressões letais decorreram precisamente da percepção de que poderiam ser agredidas letalmente, caso não o fizessem primeiro.

Desta forma, as agressões femininas terão decorrido sempre no contexto das agressões masculinas e como autodefesa e/ou retaliação. Tal argumento não era imprevisível, considerando a revisão bibliográfica dos estudos feministas, que defendem afincadamente a agressão feminina como forma de autodefesa (e.g. Saunders, 1989, 2002). Este estudo não valida, portanto, a noção de Straus (1993, 2004) de que as mulheres agiam fora do contexto da autodefesa e reforça a ideia de que existem diferenças evidentes entre homens e mulheres nos motivos para a perpetração e na função do comportamento violento (Saunders, 2002; Hamberger et. al., 1997; Barnett et. al., 1997). Efectivamente, a violência conjugal feminina aparece aqui retratada como uma reacção à violência masculina, uma "resposta" que surge como uma forma de as mulheres se defenderem ou retaliarem, muitas vezes como tentativa de pôr término às ou de refrear as agressões masculinas.

Esta descrição aproxima-se do que Kimmel (2002) denomina de "violência expressiva", ou seja, um tipo de violência utilizado para expressar raiva ou frustração, tanto mais se tivermos em conta que os sentimentos de raiva e ódio aparecem associados aos episódios de violência bidireccional. Por outro lado, a agressão feminina tem vindo consistentemente a ser associada aos elevados níveis de medo experienciados (Barnett, Lee & Thelen, 1997; Langhinrichsen-Rohling, Neidig & Thorn, 1995), o que também acabou por se verificar nas histórias das participantes.

Alguns estudos indicam que os homens têm maior probabilidade de suscitar medo nas suas companheiras, alguns chegando mesmo a admitir que os seus comportamentos assustam as mulheres com alguma frequência (Barnett, Lee & Thelen, 1997; Morse, 1995). No presente estudo, e conservando algumas reservas face a eventual viés de relato, os homens parecem recorrer mais a um tipo de violência instrumental, isto é, a uma violência mais sistemática, provocando

ferimentos com mais frequência e procurando exercer o poder e controlo sobre as suas esposas (*ibidem*). De facto, nas nossas histórias, a dominação masculina e a indução do medo nas mulheres são os principais veículos pelos quais os homens alcançam o controlo das suas relações, sendo normalmente este o padrão integrante das relações abusivas (Johnson & Ferraro, 2000; Yllö, 1993).

Adicionalmente, alguns autores têm vindo a reiterar que a violência sexual é mais uma forma de obter poder e controlo sobre as mulheres do que propriamente de gratificação sexual (Koss, 1987, cit. Walker, 1989). Tal facto, associado aos comportamentos relatados de controlo coercivo sobre as mulheres, como a "violência económica", a privação social ou a exigência de "privilégios de marido", corrobora a intencionalidade diferente existente entre os géneros na perpetração da violência conjugal. Segundo Morse (1995), as mulheres apresentam mais probabilidade do que os homens de percepcionar determinadas situações como indicadores de perigo iminente. Segundo algumas das nossas participantes, principalmente no grupo das reclusas, terão sido esta percepção de perigo e o medo experienciado os principais impulsionadores da agressão.

Se quisermos analisar estas diferenças de género tendo em conta a tipologia da agressão íntima de Johnson (1995; Johnson & Ferraro, 2000), enquadraríamos a violência feminina no padrão de "resistência violenta", uma vez que envolve uma natureza mais reactiva e nunca controladora da dinâmica relacional, ao passo que os homens poderiam ser caracterizados como "terroristas íntimos", já que exercem um tipo de violência mais severa e frequente, cuja finalidade principal é a dominação sobre a parceira.

Perante estas evidências podemos, então, afirmar que os nossos resultados indiciam diferenças de género na motivação para a agressão: as mulheres cometendo mais violência expressiva e "resistência violenta" e os homens mais violência instrumental e "terrorismo íntimo", o que corrobora a expressão de Magdol e colaboradores (1997) - "*Men attack, women react*" (p.76).

A principal motivação subjacente às agressões femininas é, de facto, a autodefesa: a maior parte das entrevistadas alega ter agredido "para se defender". Esta autodefesa tanto pode ser imediata, uma reacção quase instintiva à primeira agressão, como pode acontecer na sequência de um efeito cumulativo provocado por várias agressões anteriores (Dobash & Dobash, 2004). No presente estudo, algumas participantes referem ter agredido praticamente no imediato, enquanto outras começaram a agredir após um período de tempo de vitimação, afirmando ter chegado a um ponto em que consideraram que tinham que reagir de alguma forma. As

mulheres atribuem tipicamente as suas agressões à autoprotecção e defesa face a ataques físicos imediatos, escape de episódios violentos ou retaliação por agressões físicas ou verbais anteriores (Hamberger et. al., 1997).

Apesar de estarmos a utilizar este conceito, encontramos alguma confusão conceptual sobre o significado de autodefesa. Como já vimos, praticamente todas as mulheres, independentemente da severidade da agressão cometida, alegam que o fizeram por causa de, em resposta a ou para se defenderem (a si e aos seus filhos) dos maridos. Encontrámos, pois, sob o jugo do termo "autodefesa", agressões reactivas e imediatas a seguir a uma agressão física do marido, agressões que acontecem após um período de vitimação, agressões que foram premeditadas e aconteceram sem agressão prévia do marido e agressões das mulheres que surgiram na sequência de agressões verbais ou ameaças do marido que induziram a percepção de perigo iminente. Poderemos chamar a todas estas situações "autodefesa"? Ou serão algumas autodefesa, enquanto outras poderão ser retaliação, escape ou resistência? Estarão realmente as mulheres a empregar a agressão física como forma de se defenderem ou estarão apenas a, nas palavras de Bachman e Carmody (1994), "*fighting fire with fire*" (p.317)?

Parece-nos legítima a utilização do conceito de autodefesa em sentido lato, já que a violência feminina neste estudo emerge posteriormente e no contexto das agressões prévias sofridas, sendo apenas neste enquadramento que se torna inteligível. Estamos, contudo, cientes de que esta não é uma interpretação consensual, nem entre os investigadores nem no foro jurídico.

Independentemente desta discussão, parece-nos incontestável que encontramos diferenças de género nas motivações e contextos para o exercício da violência física conjugal: as mulheres predominantemente relatam recorrer à violência enquanto autodefesa ou como retaliação a violência prévia, enquanto os homens parecem procurar a dominação e o controlo sobre as suas esposas, agredindo mesmo sem terem sido agredidos.

c) Qual o impacto da violência conjugal feminina nos seus parceiros, na rede social, na própria mulher?

A investigação tem sido unânime relativamente à existência de diferenças entre géneros no impacto da violência íntima: embora as mulheres sejam também perpetradoras de violência física, muitas vezes com agressões de severidade idêntica à dos homens (Worcester, 2002), são elas, normalmente, quem sofre mais dano físico e psicológico e consequências severas (Saunders, 2002; Tjaden & Thoennes, 2000).

De facto, os resultados qualitativos vêm confirmar a tendência dos resultados quantitativos: a violência exercida por mulheres tem menos probabilidade de provocar danos, nenhuma tendo admitido provocar ferimentos com necessidade de assistência médica. Pelo contrário, nas suas histórias, as mulheres narraram ter sofrido violência severa, com ferimentos que quase sempre deixavam marcas e sequelas físicas e, por vezes, as fizeram procurar assistência médica. Esta diferença no impacto físico parece dever-se, em grande parte, às diferenças biológicas entre sexos, essencialmente de estatura e força. Estas assimetrias físicas colocam as mulheres em maior risco de vitimação e de sofrer ferimentos mais severos (Dobash & Dobash, 2004; Saunders, 1990; Kimmel, 2002), o que, efectivamente, se verificou no presente estudo.

Apesar de os estudos epidemiológicos poderem apontar para a bidireccionalidade da violência e a similitude dos actos cometidos (e.g. Straus & Gelles, 1990), uma análise mais aprofundada, possibilitada pela metodologia qualitativa, desconstrói essa ideia, revelando que, mesmo cometendo o mesmo tipo de agressões de uma forma mútua, o impacto destas tende a ser muito maior e mais severo nas mulheres.

Da mesma forma, e como já seria de esperar atendendo à revisão bibliográfica realizada, o impacto psicológico da violência masculina é também sentido de uma forma mais acentuada pelas mulheres. Tal pode dever-se, antes de mais, à severidade do impacto físico que, ao longo do tempo, vai reforçando na mulher o sentimento de medo do marido, ao mesmo tempo que vai tornando cada vez mais credíveis as suas ameaças. São, de facto, as mulheres que demonstram sentir mais medo e sofrer mais ameaças à sua integridade física e à de entes próximos, como filhos ou pais (Hamberger & Guse, 2002; Tjaden & Thoennes, 2000). Em conformidade com a investigação, também neste estudo se pôde comprovar, na perspectiva das entrevistadas, que os homens conferem mais hostilidade e perigosidade às suas ameaças, nomeadamente através do recurso a armas, infundindo, sistematicamente, medo e terror nas suas esposas.

Sem excepção, todas estas mulheres revelaram insatisfação com as vidas que levavam, sentimentos de tristeza, infelicidade, impotência e "desânimo aprendido", sendo que algumas desenvolveram distúrbios de ansiedade e / ou de humor, sintomas típicos da constelação que constitui o "Síndrome da Mulher Batida" (Walker, 1993), e que, em alguns casos, se manteve mesmo após o fim da relação marital. O sentimento de vergonha está, também, bem patente nas descrições das participantes, muitas vezes como factor impeditivo de revelar a situação, procurar apoio ou abandonar a relação. Com efeito, a vergonha "encurrala" as mulheres maltratadas, influenciando a sua auto-percepção, a sua relação com os outros e as suas

experiências emocionais, tornando-se num obstáculo ao abandono da relação ou separação (Buchbinder & Eisikovits, 2003).

Curiosamente, não encontramos referências a qualquer tipo de impacto psicológico da violência feminina nos seus maridos, o que pode dever-se, por um lado, ao facto de as agressões perpetradas pelas mulheres não provocarem ou provocarem apenas consequências leves ou a uma sub valorização discursiva das participantes da violência perpetrada por si mesmas, desvalorizando as suas agressões físicas e psicológicas sobre os seus companheiros.

Em suma, podemos afirmar que os nossos resultados vão ao encontro do que tem sido encontrado noutras investigações sobre este fenómeno (e.g. Tjaden & Thoennes, 2000; Morse, 1995): são as mulheres que, para além de sofrerem mais danos físicos e psicológicos, recorrem mais ao sistema médico, jurídico, sistemas de saúde mental e serviços de apoio, representando maiores custos para a sociedade. Resistir no contexto de uma relação maltratante tem, portanto, um custo elevado para as mulheres, quer em termos de danos psicológicos (e.g. na esfera individual, nos filhos), quer em termos de custos sociais (e.g. sistema de justiça, saúde, assistência social, emprego, educação) (Matos, 2000).

d) Quais os significados atribuídos ao uso da violência física?

Como já foi mencionado, todas estas mulheres percebem o exercício da violência física como uma estratégia eficaz, muitas vezes, como a única forma possível para confrontar e solucionar o episódio violento ou para mitigar as consequências desse episódio em si mesmas. Desta forma, parece-nos que a perpetração da agressão física significa, para estas mulheres, mais uma forma de autodefesa e auto-protecção do que propriamente uma forma de magoar ou atingir o parceiro. Encarada como uma estratégia eficaz no abrandamento dos maus tratos infligidos pelos maridos, passou a ser utilizada recorrentemente pela maioria das mulheres em cada episódio agressivo. O facto de as mulheres perceberem a agressão física ou verbal como uma estratégia eficaz de resolução de conflitos reforçou o seu uso e a sua perpetuação, principalmente quando afirmam que, se não reagissem, a situação teria piorado ou os maus tratos teriam sido mais severos e/ou mais frequentes.

Curiosamente, mesmo reconhecendo que a violência é socialmente reprovável, as participantes afirmam nunca se terem arrependido de agredir o marido; pelo contrário, as ofensas físicas femininas são legitimadas pelas agressões masculinas prévias, na maior parte dos casos, de forma prolongada, e pela crença de que, se não retaliassem de alguma forma, seriam cada vez mais maltratadas.

Ironicamente, Straus (1993) argumenta que as agressões femininas aos seus maridos aumentam a probabilidade e legitimam a retaliação destes. Na nossa opinião, talvez as agressões entre o casal se legitimem mutuamente, num ciclo vicioso, que nem sempre é fácil quebrar: a mulher atacando o marido porque este a terá agredido primeiro e o marido sentindo-se depois mais legitimado a continuar a agredir a sua companheira. Tal percepção da violência como aceitável por parte das mulheres pode sugerir um efeito não desejável das formas de prevenção: ao invés de estarmos a assistir a um decréscimo da violência conjugal, nomeadamente sobre as mulheres (público a quem estão dirigidas as campanhas de sensibilização), poderemos estar a assistir uma aceitação da violência por parte destas como forma de resolução de conflitos conjugais...

e) Quais os recursos sociais e institucionais disponíveis para apoiar as mulheres envolvidas em situações de violência?

A questão do suporte social e dos recursos sociais e institucionais já foi aflorada aquando da análise e contrastação de grupos. Consideramos, porém, que não será demais salientar que a violência exercida por mulheres está, muitas vezes, relacionada com a ausência de suporte social e com a percepção ou a falta real de opções ou alternativas (Barnett et. al; Wilson et. al., cit. Saunders, 2002). Na perspectiva de Saunders (2002), as mulheres vítimas de violência conjugal necessitam de mais recursos, mais apoios do que os homens, uma vez que tendem a ser "encurraladas" nos relacionamentos violentos. Quando, neste estudo, falamos de recursos para a resolução ou saída da relação violenta referimo-nos a recursos materiais, sociais, familiares, institucionais e relacionados com as autoridades e o sistema judicial. Pudemos, já, constatar que a presença ou ausência da maior parte destes recursos, nomeadamente os familiares, institucionais e sociais, são fulcrais aquando da tomada de decisão de abandonar a relação.

Os recursos materiais, como o dinheiro ou o emprego, estão significativamente relacionados com a decisão de abandonar a relação violenta. Um estudo de Saunders (1988, cit. Saunders, 2002) revelou que as mulheres empregadas e com um estatuto socioeconómico mais favorável tinham maior probabilidade de abandonar a relação violenta. Neste trabalho, a maior parte das mulheres enquadra-se num nível socioeconómico baixo e, apesar de terem o seu próprio emprego, este era usualmente pouco qualificado e precário. Para além de auferirem ordenados baixos, eram os seus maridos que controlavam ou confiscavam o seu vencimento. A falta de dinheiro, a ausência de apoios sociais por parte da segurança social, nomeadamente no que

refere à habitação social, e a impossibilidade de assegurar, sozinhas, as despesas de uma casa, foram motivos frequentemente mencionados para a manutenção da relação e o adiamento da separação ou divórcio.

Por sua vez, os recursos sociais, familiares e institucionais parecem ter sido fulcrais para as mulheres que decidiram abandonar, separar-se ou divorciar-se dos seus maridos, conforme já foi discutido.

Relativamente às autoridades e ao desempenho do sistema judicial, a percepção global é de descontentamento. Foi muito criticada a acção policial em praticamente todos os casos em que foi solicitada. De uma forma geral, as mulheres que recorreram à polícia relatam terem sido aconselhadas a resolver a situação mais calmamente ou a voltar noutro dia, tendo sentido algum desconforto neste contacto. Esta percepção de inactividade policial, associada a algum receio de retaliação dos maridos na sequência da queixa, contribuiu para que estas mulheres desistissem desta iniciativa. De facto, nenhum dos casos de violência conjugal aqui estudados se resolveu com o apoio da polícia. Efectivamente, estes resultados reforçam a necessidade de se continuar a investir na formação das forças policiais relativamente a esta área.

Durante o processo de sobrevivência à violência conjugal, a mulher implica-se na dinâmica da relação violenta, procurando compreender os seus processos e desenvolvendo acções no sentido de lhe colocar um fim, mesmo que isso passe pela transformação ou pelo fim da relação conjugal. E isto implica a procura de ajuda em várias fontes (Dias, 2004). Tendo em conta os resultados obtidos, quando estas fontes são efectivamente apoiantes e positivas, as mulheres sentem-se mais ajudadas, mais confiantes e, de alguma forma, mais aceites socialmente. E tal parece diminuir o risco de que a dinâmica violenta tenha um desfecho letal.

Síntese conclusiva

Ao olharmos os nossos dados podemos perceber que, não obstante terem-se constituído como agressoras, estas mulheres aproximam-se do conceito de "sobreviventes activas" (Dias, 2004), ou seja, durante todo o processo de procura de soluções para a relação violenta, tornaram-se activas pois, não só procuraram o envolvimento de uma variedade de pessoas e organizações (e.g. amigos, familiares, instituições de apoio à vítima), como empregaram várias estratégias, violentas ou não violentas, para pôr fim à violência (Dobash & Dobash, 1992, cit. Dias, 2004).

A mulher encontra-se, assim, envolvida num processo dinâmico em que a percepção da própria relação, da natureza da violência, do problema e das

possibilidades de ajuda exterior se vão alterando ao longo do tempo (Dias, 2004), traçando os caminhos que, de uma ou outra forma, acabam na ruptura da relação marital. Relativamente a este aspecto, foram encontrados dois padrões de desenvolvimento das relações maritais que, não obstante terem percorrido percursos idênticos, tiveram desenlaces totalmente diferentes, o que nos permitiu diferenciar as mulheres que foram exercendo algum tipo de violência ao longo das suas relações (verbal, física, leve e ou severa), das mulheres que nunca o haviam feito, tomando a opção de, no limite, matar os seus maridos (cf. capítulo 3 da parte III).

Reportando-nos às mulheres agressoras no decurso das suas relações, podemos concluir que, corroborando as proposições feministas, as agressões íntimas exercidas por mulheres ocorrem, de facto, com pouca frequência, pouca severidade e uma reduzida probabilidade de causar danos físicos ou psicológicos graves. Ao contrário do que é comumente atribuído aos homens, estas agressões são encaradas como uma forma de autodefesa, de retaliação ou de resistência à violência exercida pelo companheiro, procurando que esta diminua ou se extinga, numa tentativa de ir sobrevivendo à relação. Considerando-se mais vítimas que agressoras, estas mulheres deixam de se comportar como vítimas passivas para passarem a utilizar a violência como forma de "coping" com a situação. O suporte social e os equipamentos sociais disponíveis constituem fortes impulsionadores das decisões de se separarem/divorciarem, ou não.

Por sua vez, o grupo das reclusas afirma nunca ter agredido os seus maridos ao longo dos seus relacionamentos conjugais. Tendo desempenhado um papel mais passivo na dinâmica violenta, revelam ter sofrido maus tratos severos e frequentes, físicos e psicológicos, permanecendo numa relação marital onde o controlo era exercido pelos maridos. O medo e o terror perante estes, associado à falta de suporte social, institucional e familiar, levaram a que, de alguma forma, se sentissem encurraladas, não tendo percepcionado outra solução que não a morte dos parceiros.

PARTE IV

Reflexões conclusivas

1. Conclusão Integrativa

Após um trabalho exaustivo de pesquisa bibliográfica, de recolha e análise de resultados quantitativos e qualitativos, bem como de descrição das principais conclusões obtidas em cada fase do estudo, torna-se importante, nesta etapa final, a reflexão e integração acerca dos resultados encontrados em ambas as fases deste estudo.

Os resultados quantitativos e qualitativos mostraram-se concordantes relativamente à perpetração da violência íntima feminina, acabando por nos colocar numa posição de acordo com uma série de autores inseridos na corrente teórica e tradição metodológica feminista (Bachman & Carmody, 1994; Dobash & Dobash, 2004; Kurz, 2003; Yllö, 1993; Worcester, 2002; Currie, 1998; Kimmel, 2002; Saunders, 1990, 2002; Magdol et. al., 1997; Henning et. al., 2003; Busch & Rosenberg, 2004; Henning & Feder, 2004; Hamberger & Guse, 2002; Tjaden & Thoennes, 2000; Cascardi & Vivian, 1995; Frieze, 2000; Campbell et. al., 1998; O'Leary, 2000; Anderson, 2002; Langhinrichsen-Rohling, Neidig & Thorn, 1995; Melton & Belknap, 2003; Nazroo, 1995) quando concluímos que existe assimetria entre géneros na perpetração da violência íntima, nomeadamente em relações maritais. Verificámos, de acordo com o esperado após a revisão bibliográfica, e com base nos resultados de ambas as fases do estudo, que a violência perpetrada por homens e mulheres difere:

- a) no tipo - as mulheres cometem mais actos de violência menor ou leve, ao passo que os homens recorrem mais vezes a actos severos e à violência sexual;
- b) na frequência - as mulheres agredem menos vezes que os homens;
- c) na motivação - as mulheres, quando agredem, fazem-no como uma forma de autodefesa, retaliação e resistência activa, enquanto os homens procuram mais o controlo e a dominação;
- d) no contexto elicitor do episódio - as mulheres agredem após a agressão inicial do marido, ao contrário dos homens que agredem de uma forma continuada;
- e) nas consequências da violência - o impacto físico decorrente da agressão feminina, quando existe, encerra usualmente pouca gravidade;

Concordámos, assim, com Nazroo (1995) e Johnson (1995; Johnson & Ferraro, 2000) no que toca à origem das discrepâncias entre os defensores da simetria e da assimetria de género na perpetração da violência íntima. Estas diferenças residem mais no tipo de metodologia utilizada do que na correcção das suas leituras, como

se pôde constatar neste estudo. Com efeito, a primeira fase possibilitou-nos um tipo de informação mais global e superficial, embora relevante, dando-nos conta dos números da violência, mas falhando em esclarecer as circunstâncias envolventes, tais como o contexto ou as motivações subjacentes. Daí a necessidade da componente qualitativa da investigação que se revelou, de facto, enriquecedora. A metodologia feminista é insistente quanto defende que o estudo "artificial" de uma variável quantitativa, se desprovido de análise qualitativa, de pouco nos servirá (Parlee, 1981, cit. Walker, 1989). Pode existir diferença, por exemplo, entre uma bofetada de um homem e de uma mulher, e os dados quantitativos não captam necessariamente estas diferenças, ao contrário dos dados qualitativos. Reconhecemos, desta forma, a complementaridade destas duas abordagens metodológicas e a sua proficuidade no estudo de fenómenos desta natureza.

Tendo em conta ambas as fontes de resultados, quantitativos e qualitativos, encontramos-nos em condições de enquadrar a violência íntima encontrada nas tipologias definidas por Jonhson (1995; no prelo; Jonhson & Ferraro, 2000). Desta forma, concordamos com os autores no que toca ao tipo "resistência violenta": esta é mais cometida por mulheres que, sendo ao mesmo tempo vítimas, utilizam a violência de uma forma reactiva e defensiva ao "terrorismo íntimo" encetado pelos seus maridos, podendo mesmo resultar em morte destes. Apenas um dos casos da nossa amostra parece ter envolvido um tipo de violência mais simétrico entre o casal pelo que, não correspondendo ao padrão geral encontrado, se poderia enquadrar no tipo "violência comum entre o casal", uma vez que ambos os parceiros cometiam ofensas não muito graves, sem procura de controlo da relação, e de uma forma reactiva enquanto resolução de conflitos usuais entre o casal.

Em suma, de uma forma geral, a perpetração da violência íntima é assimétrica entre géneros, com consideráveis diferenças quantitativas e qualitativas.

2. Limitações

Como em qualquer investigação, também no decorrer deste trabalho nos deparamos com algumas limitações que procurámos contornar, tentando mitigar os seus efeitos.

Em primeiro lugar convém reafirmar todos os condicionalismos inerentes a um estudo quantitativo, essencialmente quando as questões incidem sobre comportamentos socialmente reprováveis, como é o caso da perpetração da violência conjugal. Apesar de terem sido tomadas medidas no sentido de minimizar estes efeitos (como fechar os questionários em envelopes para reforçar a preservação da

identidade do inquirido), é muito provável que as respostas dadas ao inquérito usado no primeiro estudo fossem influenciadas pela desejabilidade social, gerando viés de relato.

Em relação ao tema abordado, alguns estudos referem que existem diferenças entre homens e mulheres nos seus auto e hetero relatos, o que pode acabar por induzir em erro os investigadores, enviesando os próprios resultados (Dobash & Dobash, 2004; Margolin, 1987, cit. Dobash & Dobash, 2004; Szinovacs & Egley, 1995; Kimmel, 2002; Cascardi & Vivian, 1995; Cantos, Neidig & O'Leary, 1993). As mulheres tendem a sobre-relatar os seus actos agressivos, enquanto nos homens a tendência é de sub-relato (Margolin, 1987, cit. Walker, 1989). Outros efeitos comuns têm a ver com a interpretação que os inquiridos fazem dos itens do questionário. Como realçam Almeida e Freire (1997), os resultados podem variar consoante a motivação dos sujeitos para um e outro tipo de conteúdo, pelo que nem todos podem ter a mesma capacidade de resposta a conteúdos verbais. Estas respostas podem ainda ser influenciadas pelos efeitos de memória, uma vez que se baseiam na análise retrospectiva, e pelo local onde foi realizado ou preenchido o inquérito: as pessoas eram contactadas em vários contextos (locais de trabalho, residências próprias) onde podem ter-se sentido pouco à vontade para responder, caso estivessem perto de pessoas próximas ou do/a parceiro(a) maltratante.

Após esta fase deparámo-nos com a que foi, talvez, a maior dificuldade sentida nesta investigação: a selecção de mulheres agressoras conjugais. Este é, de facto, um tema sensível, que as pessoas encaram com muita renitência e desconfiança. Inicialmente procurámos contactar mulheres que tinham deixado os seus contactos nos questionários preenchidos na primeira fase, mas, tendo em conta que foram vários os administradores dos questionários, estes não coincidiram sempre com a entrevistadora da segunda fase. Desta forma, contactadas inicialmente por telefone, as participantes, de uma forma geral, não se mostraram disponíveis para serem entrevistadas sobre o tema da violência conjugal.

Partimos, então, para o recrutamento de agressoras a partir de instituições. As mulheres precisam, contudo, de tempo e de perceber o entrevistador interessado nelas para serem capazes de falar acerca da violência (Walker, 1989). Apesar de, aparentemente, termos conseguido criar um clima de empatia e confiança, há que ter em conta que a "distância" entre entrevistador e entrevistado pode, de alguma forma, ter originado alguma "contenção" nos discursos das mulheres. Da mesma forma, algumas destas mulheres foram entrevistadas nas suas próprias casas, pelo que o decorrer da entrevista foi interrompido pela chegada, saída ou presença dos filhos.

Paralelamente há que ressaltar que o facto de termos entrevistado apenas as mulheres nos deu uma perspectiva unilateral da relação violenta. Devemos ter em conta que o discurso destas mulheres poderá ter sido significativamente permeado pela necessidade de justificarem e legitimarem a sua conduta violenta, sendo a agressão feminina tipicamente reprovada e vista como "atípica" ou "anormal" pelo discurso social.

Finalmente, há que mencionar que, dados os contextos de selecção, os níveis socioeconómicos das participantes são, de um modo geral, baixos, não tendo conseguido aceder, no âmbito deste trabalho, a participantes de estratos sociais mais elevados.

3. Pistas para futuras investigações

O presente trabalho de investigação permitiu-nos explorar um tema pouco estudado em Portugal e reproduzir alguns resultados avançados por este tipo de estudos noutros países, com já ampla tradição de investigação nestes temas. Contudo, como seria de esperar dada a curiosidade incessante e insatisfação natural do ser humano, particularmente do investigador, acabámos por terminar este estudo com ainda muitas questões que ficam por responder, legando, neste espaço, algumas pistas para novas investigações que esperamos retomar dentro em breve.

O padrão de agressão conjugal feminina constatado, as limitações sentidas na selecção das participantes, associadas aos *timings* disponíveis para este tipo de trabalhos, impediu-nos de contactar com o que se pode chamar "agressoras puras", ou seja, mulheres que tenham agredido os seus maridos ou companheiros na ausência de agressões prévias destes, sejam agressões leves ou severas. Seria, com certeza, enriquecedor, perceber as motivações deste tipo de agressões unilaterais.

Por outro lado, como já foi mencionado, apreendemos, apenas, a perspectiva das mulheres sobre a dinâmica de violência interpessoal. Entendemos, pois, que um trabalho desta índole, sairia muito mais enriquecido em termos de compreensão das dinâmicas da violência conjugal, se tivéssemos acedido também a histórias descritas pelos companheiros, que nos poderiam, então, contrapor com o "outro lado da moeda", dando-nos, antes, uma perspectiva de casal.

Terminado um trabalho de investigação deparamo-nos, assim, com imensos caminhos por desbravar e novas tarefas por cumprir, o que nos impede de lhe atribuir um categórico "fim". Apesar de a investigação sobre violência íntima se encontrar em expansão no nosso país, este é um tema de estudo ainda bastante recente. Na

expectativa de termos contribuído para uma maior compreensão desta matéria, pensamos que este trabalho foi bastante enriquecedor do ponto de vista pessoal e científico. Esperamos, pois, que suscite preocupação social, tentando "dar voz" a quem prefere esconder relações violentas sob a privacidade da família e, por outro lado, estimulando soluções alternativas à utilização da violência, por homens ou por mulheres.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Almeida, L., Freire, T. (1997). Metodologia da Investigação em Psicologia e Educação. Coimbra. APPORT.
- Anderson, K. (2002). *Perpetrator or victim? Relationships between intimate partner violence and well-being*. Journal of Marriage and the Family, 64 (4), pp.851-863.
- Antunes, M. (2002). *Violência e vítimas em contexto doméstico*. In R. Gonçalves & C. Machado (Eds.). *Violência e Vítimas de Crimes*, Vol. I – Adultos. Coimbra. Quarteto
- Antunes, R., Machado, C. (2005). *Dupla invisibilidade: A violência nas relações homossexuais*. *Psychologica*, 38, 167-187.
- Associação Portuguesa de Apoio à Vítima. Estatísticas 2006 – Totais Nacionais, 1º trimestre.
- Babcock, J., Miller, S., Siard, C. (2003). *Toward a Typology of Abusive Women: Differences Between Partner-Only and Generally Violent Women in the Use of Violence*. *Psychology of Woman Quarterly*, 27, pp. 153-161.
- Bachman, R. & Carmody, D. (1994). *Fighting Fire With Fire: The Effects of Victim Resistance in Intimate Versus Stranger Perpetrated Assaults Against Females*. *Journal of Family Violence*, 9 (4), pp. 317-331.
- Barnett, O., Lee, C., Thelen, R. (1997). *Gender Differences in Attributions of Self-Defence and Control in Interpartner Aggression*. *Violence Against Women*, vol. 3, 5, pp.462-481.
- Bograd, M. (1990). *Feminist Perspectives on Wife Abuse – An Introduction*,
- Buchbinder, E.; Eisikovitz, Z. (2003). *Battered Women's Entrapment in Shame: A Phenomenological Study*. *American Journal of Orthopsychiatry*, Vol. 73, 4, pp.355-366.
- Busch, A.; Rosenberg, M. (2004). *Comparing women and men arrested for domestic violence : a preliminary report*. *Journal of Family Violence*. 19 (1), pp.49-57.
- Campbell, J., Rose, L., Kub, J. & Nedd, D. (1998). *Voices of Strength and Resistance – A Contextual and Longitudinal Analysis of Women's Responses to Battering*. *Journal of Interpersonal Violence*, 13 (6), pp. 743-762.
- Cantos, A.L., Neidig, P.H. & O'Leary, K.D. (1993). *Men and Women's Attributions of Blame for Domestic Violence*. *Journal of Family Violence*, 8 (4). Pp. 289-302.
- Cascardi, M.; Vivian, D. (1995). *Context for Specific Episodes Of Marital Violence: Gender And Severity Of Violence Differences*. *Journal of Family Violence*. 10 (3), pp. 265-293.

- Currie, D. (1998). *Violent Men or Violent Women? – Whose Definition Counts?* In Bergen (Ed.) *Violence in Dating Relationships*. (...)
- Dias, I. (2004). *Violência na Família – Uma Abordagem Sociológica*. Porto. Edições Afrontamento.
- Dobash, R. P. & Dobash, R. E. (2004). *Women's Violence to Men in Intimate Relationships – Working on a Puzzle*. *British Journal of Criminology*, 44 (3), pp. 324-349.
- Doerner, W. & Lab, S. (1998). *Victimology*. Cincinnati. Anderson Publishing Co.
- Frieze, H. (2000). *Violence In Close Relationships – Development Of A Research Area – Comment On Archer (2000)*. *Psychological Bulletin*. 126 (5), pp.681-684.
- Gaquin, D. (1977-78). *Spouse Abuse: Data From the National Crime Survey*. *Victimology*, 2, pp.632-643.
- Gelles, R. (1997). *Intimate Violence in Families*. Thousand Oaks, Sage Publications.
- Gelles, R., Loseke, D. (1993). *Current Controversies on Family Violence*, Newbury Park, Sage Publications.
- Gonçalves, M., Machado, C., Matos, M. (2000). *I.P.E. – Inventário de Práticas Educativas*. Braga: Universidade do Minho, IEP.
- Hamberger, L. K. & Guse, C. E. (2002). *Men's and Women's Use of Intimate Partner Violence in Clinical Samples*. *Violence Against Women*, 8 (11), pp. 1301-1331.
- Hamberger, L., Lohr, J., Bonge, D., Tolin, D. (1997). *An Empirical Classification of Motivations for Domestic Violence*. *Violence Against Women*, vol. 3, 4, pp.401-423.
- Henning, K.; Feder, L. (2004). *A Comparison Of Men And Women Arrested For Domestic Violence : Who Presents The Greater Threat?*. *Journal of Family Violence*. 19 (2), pp.69-80.
- Henning, K.; Jones, A.; Holdford, R. (2003). *Treatment Needs Of Women Arrested For Domestic Violence – A Comparison With Male Offenders*. *Journal of Interpersonal Violence*. 18 (8), pp.839-856.
- Johnson, M. ; Ferraro, K. (2000). *Research On Domestic Violence In The 1990s : Making Distinctions*. *Journal of Marriage and the Family*. 62 (4), pp.948-963.
- Johnson, M.P. (1995). *Patriarchal Terrorism And Common Couple Violence : Two Forms Of Violence Against Women*. *Journal of Marriage and the Family*, 57 (2), pp. 283-295.

- Johnson, M.P. (in press). *Conflict and Control: Gender Symmetry and Asymmetry in Domestic Violence*. Violence Against Woman.
- Johnson, M.P. (in press). *Domestic Violence: The Intersection of Gender and Control*. In Laura L. O'Toole, Jessica R. Schiffman & Margie Kiter Edwards (Eds.), *Gender Violence: Interdisciplinary Perspectives*. New York University Press.
- Kimmel, M. S. (2002). "Gender Symmetry" In *Domestic Violence – A Substantive And Methodological Research Review*. Violence Against Women, 11 (8), pp. 1332-1363.
- Kurz, D. (1993). *Physical Assaults by Husbands – A Major Social Problem*. In Richard Gelles & Donileen Loseke (Eds.). *Current Controversies on Family Violence*. Sage Publications.
- Langhinrichsen-Rohling, J.; Neidig, P. & Thorn, G. (1995). *Violent Marriages: Gender Differences in Levels of Current Violence and Past Abuse*. Journal of Family Violence, 10 (2), pp. 159-176.
- Lessard-Hébert, M., Goyette, G. & Boutin, G. (1990). *Investigação Qualitativa: Fundamentos e Práticas*. Instituto Piaget.
- Machado, C. (2004). *Crime e Insegurança Urbana – Discursos do Medo, Imagens do «Outro»*. Editorial Notícias. Lisboa.
- Machado, C. (2005). *Violência nas Famílias Portuguesas: Um Estudo Representativo na Região Norte*. Psychologica, 40, pp.173-194.
- Machado, C., Gonçalves, M., Matos, M. (2000). *EC.P.F. – Escala de Crenças sobre Punição Física*. Braga: Universidade do Minho, IEP.
- Machado, C., Matos, M. & Moreira, A. (2003). *Violência nas Relações Amorosas: Comportamentos e Atitudes na População Universitária*. Psychologica, 33, pp. 69-83.
- Machado, C., Matos, M., Gonçalves, M. (2004). *E.C.V.C. – Escala de Crenças sobre Violência Conjugal*. In L. Almeida, M. Simões, C. Machado & M.M. Gonçalves (Coords.), *Avaliação Psicológica. Instrumentos Validados para a População Portuguesa, Vol. II* (pp.127-140). Coimbra: Quarteto.
- Magdol, L., Moffitt, T., Caspi, A., Newman, D. & Fagan, J. (1997). *Gender Differences in Partner Violence in a Birth Cohort of 21 Year Old: Bridging the Gap Between Clinical and Epidemiological Approaches*. Journal of Consulting and Clinical Psychology, 65 (1), pp. 68-78.
- Matos, M. (2000). *Violência Conjugal: O processo de construção de identidade da mulher*. Instituto de Educação e Psicologia. Universidade do Minho.

- Matos, M. (2002). *Violência Conjugal*. In R. Gonçalves & C. Machado (Eds.). *Violência e Vítimas de Crimes, Vol. I – Adultos*. Coimbra. Quarteto
- Matos, M., Machado, C. (1999). *Violência Conjugal e o Modelo de Intervenção em Crise*. *Psicologia: Teoria, Investigação e Prática*, 2, pp.373-388.
- Matos, M., Machado, C., Gonçalves, M. (2000a). *E.C.V.C. – Escala de Crenças sobre Violência Conjugal*. Braga: Universidade do Minho, IEP.
- Matos, M., Machado, C., Gonçalves, M. (2000b). *I.V.C. – Inventário de Violência Conjugal*. Braga: Universidade do Minho, IEP.
- Melton, H.; Belknap, J. (2003). *He hits, She hits – Assessing Gender Differences And Similarities In Officially Reported Intimate Partner Violence*. *Criminal Justice and Behavior*. 30 (3), pp.328-348.
- Miller, J., Siard, C. (2003). *Toward a Typology of Abusive Women: Differences Between Partner-Only and Generally Violent Women in the Use of Violence*. *Psychology of Women Quarterly*, 27, pp.153-161.
- Morse, B. (1995). *Beyond the Conflict Tactics Scale: Assessing Gender Differences in Partner Violence*. *Violence and Victims*, vol. 10, 4, pp.251-272.
- Nazroo, J. (1995). *Uncovering Gender Differences in the Use of Marital Violence: The Effect of Methodology*. *Sociology*, 29 (3), pp. 475-494.
- O’Leary, K.D. (2000). *Are Women Really More Aggressive Than Men in Intimate Relationships? – Comment on Archer (2000)*. *Psychological Bulletin*, 126 (5), pp. 685-689.
- O’Leary, K.D.; Barling, J.; Arias, I., Rosenbaum, A.; Malone, J.; Tyree, A. (1989). *Prevalence And Stability Of Physical Aggression*. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 57 (2), pp. 263-268.
- Pais, E. (1998). *Homicídio Conjugal em Portugal – Rupturas Violentas da Conjugalidade*. Lisboa. Hugin Editores.
- Rennie, D.L., Phillips, J.R. & Quartaro, G.K. (1988). *Grounded Theory : A Promising Approach to Conceptualization in Psychology ?*. *Canadian Psychology*, 29, pp. 139-150.
- Saunders, D. G. (1990). *Wife Abuse, Husband Abuse Or Mutual Combat ? – A Feminist Perspective On The Empirical Findings*. In K. Yllö & M. Bograd (Eds.). *Feminist Perspectives on Wife Abuse*. Sage Publications.
- Saunders, D. G. (2002). *Are Physical Assaults by Wives and Girlfriends a Major Social Problem? – a Review of the Literature*. *Violence Against Women*, 8 (12), pp. 1424-1448.

- Scinovacs, M.; Egley, L. (1995). *Comparing One-Partner And Couple Data On Sensitive Marital Behaviors : The Case Of Marital Violence*. Journal of Marriage and the Family. 57 (4), pp. 995-1010.
- Steinmetz, S. K. (1977-78). *The Battered Husband Syndrome*. Victimology : an International Journal. Vol. 2 (3-4), pp. 499-509.
- Stets, J.; Straus, M. (1989). *The Marriage License As A Hitting Licence : A Comparison Of Assaults In Dating, Cohabiting And Married Couples*. In Murray Straus & Richard Gelles (Eds.). *Physical Violence in American Families : risk factors and adaptations to violence in 8,145 families*. Transaction Books.
- Straus, M. & Ramirez, L. (no prelo). *Criminal History and Assault of Dating Partners: The Role of Type of Prior Crime, Age of Onset and Gender*. Family Research Laboratory, University of New Hampshire.
- Straus, M. (1979). *Measuring Intrafamily Conflict and Violence: The Conflict Tactics (CT) Scale*. Journal of Marriage and The Family, 41, pp.75-88.
- Straus, M. (1980). *Victims and Aggressors in Marital Violence*. American Behavioral Scientist, vol. 23, 5, pp.681-704.
- Straus, M. (1993). *Physical Assaults By Wives – A Major Social Problem*. In Richard Gelles & Donileen Loseke (Eds.). *Current Controversies on Family Violence*. Sage Publications.
- Straus, M. (1999). *The Controversy Over Domestic Violence by Women – A Methodological, Theoretical and Sociology of Science Analysis*. In X. Arriaga & S. Oskamp (Eds.). *Violence in Intimate Relationships*. Sage Publications.
- Straus, M. (2004). *Prevalence of Violence Against Dating Partners by Male and Female University Students World wide*. Violence Against Women, vol. 10, 7, pp.790-881.
- Straus, M. (2004). *Women's Violence Toward Men Is a Serious Social Problem*. In Richard Gelles & Donileen Loseke (Eds.). *Current Controversies on family Violence (2nd Edition)*. Newbury Park : Sage Publications.
- Straus, M., & Gelles, R. (1990). *The Conflict Tactics Scale and Critics: Evaluation and New Data on Validity and Reliability*, In M. Straus & R. Gelles (Eds.), *Physical Violence in Families: Risk Factors and Adaptations to Violence in 8145 Families*. New Brunswick, Transaction Publishers
- Straus, M.; Gelles, R. (1990). *Societal Change And Change In Family Violence From 1975 To 1985 As Revealed By Two National Surveys*. In Murray Straus & Richard Gelles (Eds.). *Physical Violence in American Families: risk factors and adaptations to violence in 8,145 families*. Transaction Books.

- Straus, M; Kantor, G. (1994). *Change In Spouse Assault Rates From 1975 To 1992: A Comparison Of Three National Surveys In The United States*. Paper presented at the 13th World Congress of Sociology. Bielefeld, Germany. <http://pubpages.unh.edu/~mas2/ipv-violence-by-women.htm>
- Strauss, A.; Corbin, J. (1994). *Grounded Theory Methodology. An Overview.*, in N.K. Denzin e Y.S. Lincoln (eds.). *Handbook of Qualitative Research*. Thousand Oaks. Sage, pp.273-285.
- Swan, S.C. & Snow, D.L. (2002). *A Typology of Women's Use of Violence in Intimate Relationships*. *Violence Against Women*, 8 (3), pp. 286-319.
- Tjaden, P.; Thoennes, N. (2000). *Prevalence And Consequences Of Male-To-Female And Female-To-Male Intimate Partner Violence As Measured By The National Violence Against Women Survey*. *Violence Against Women*. 6 (2), pp. 142-161. Sage Publications.
- Walker, L. (1989). *Psychology and Violence Against Women*. *American Psychologist*, 44, pp.695-702.
- Walker, L. (1993). *The Battered Woman Syndrome is a Psychological Consequence of Abuse*, in R. Gelles; D. Loseke (Eds.). *Current Controversies on Family Violence*, Sage Publications, pp.133-153.
- Wiehe, V. (1998). *Understanding Family Violence: Treating and Preventing Partner, Child, Sibling and Elder Abuse*. Thousand Oaks. Sage Publications.
- Windim, C.S. (1989). *Does violence beget violence? A critical examination of the literature*. *Psychological Bulletin*, 106, 3-28
- Worcester, N. (2002). *Women's Use of Force – Complexities and Challenges of Taking the Issue Seriously*. *Violence Against Women*, 8 (11), pp. 1390-1415.
- Yllö, K. (1990). *Political and Methodological Debates in Wife Abuse Research*, In K. Yllö & M. Bograd (Eds.), *Feminist Perspectives on Wife Abuse*, Newbury Park, Sage Publications.
- Yllö, K. (1993). *Through a Feminist Lens – Gender, Power and Violence*. In R. Gelles & D. Loseke (Eds), *Current Controversies on Family Violence*, Newbury Park, Sage Publications.

ANEXOS

ANEXO 1. Instrumentos de recolha dos dados quantitativos:

- **I.P.E. - Inventário de Práticas Educativas (Gonçalves, Machado & Matos, 2000)**
- **E.C.P.F. - Escala de Crenças acerca da Punição Física (Machado, Gonçalves & Matos, 2000)**
- **E.C.V.C. - Escala de Crenças sobre Violência Conjugal (Matos, Machado & Gonçalves, 2000b)**
- **I.V.C. - Inventário de Violência Conjugal (Matos, Machado & Gonçalves, 2000a)**

E. V. F.

(C. Machado, M. Matos & M. Gonçalves, 2000)

Versão para investigação

INSTRUÇÕES:

Vai encontrar de seguida um conjunto de perguntas que dizem respeito a diferentes temas relacionados com as famílias e os seus problemas. Pedimos-lhe que colabore connosco para compreendermos melhor estas situações.

Não existem respostas certas ou erradas às questões que lhe vão ser feitas. A **sua opinião** é o mais importante. Por favor, tente ler atentamente cada frase ou pergunta e responder de acordo com a sua forma de pensar e sentir e **não como acha que deveria ser**.

Assegure-se de que respondeu a todas as questões, devendo optar **apenas por uma das hipóteses** apresentadas.

As respostas a este inquérito são absolutamente anónimas.

Obrigado pela sua colaboração!

DADOS PESSOAIS

Por favor responda às questões abaixo efectuadas, sem indicar o seu nome.

Idade: _____ Sexo: M F

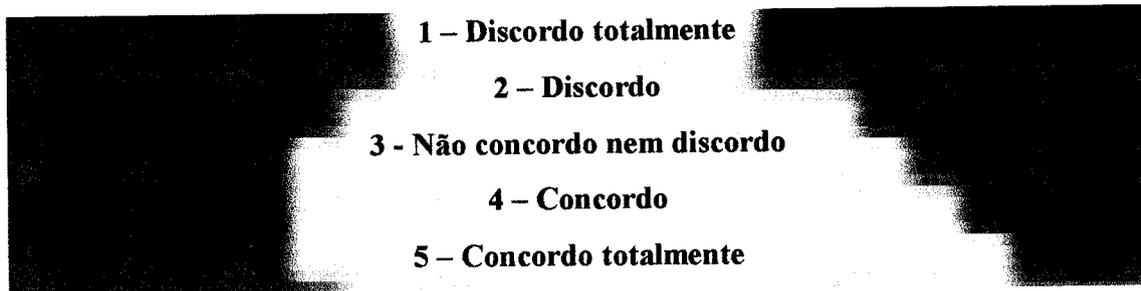
Habilitações: _____ Profissão: _____

Estado Civil: Solteiro(a) Casado(a) / União de facto

Divorciado(a) / Separado(a) Viúvo(a)

Nº filhos: _____ Idades dos filhos: _____

I.1. As afirmações que vai encontrar de seguida dizem respeito à **forma como os pais devem educar os seus filhos**. Pede-se que **leia atentamente** essas frases e exprima a sua opinião em relação a cada uma delas, de acordo com os seguintes critérios:



1 - Uma criança "não tem quereres"; tem a obrigação de obedecer sempre aos seus pais.

1 2 3 4 5

2 - As crianças devem comportar-se sempre bem.

1 2 3 4 5

3 - Se uma criança se comporta mal, isso é razão para que os seus pais se sintam envergonhados.

1 2 3 4 5

4 - Se uma criança é demasiado batida pelos pais ninguém tem nada com isso.

1 2 3 4 5

5 - Há crianças que só é possível educar batendo-lhes.

1 2 3 4 5

6 - Bater é, muitas vezes, a única solução para o mau comportamento.

1 2 3 4 5

7 - Se as crianças não souberem que podem "levar", dar-lhes conselhos não adianta nada.

1 2 3 4 5

8 - É mais natural o pai bater do que a mãe.

1 2 3 4 5

9 - É normal que os pais batam numa criança quando estão irritados ou aborrecidos com ela.

1 2 3 4 5

10 - É natural que as crianças se portem melhor com o pai do que com a mãe.

1 2 3 4 5

11 - Há crianças que precisam de ser magoadas para aprenderem.

1 2 3 4 5

12 - Não bater quando é preciso faz com que as crianças fiquem mimadas e "estragadas".

1 2 3 4 5

13 - Os pais são sempre naturalmente mais duros e menos carinhosos que as mães.

1 2 3 4 5

14 - Quando a criança não faz o que se lhe pede a melhor maneira de conseguir que ela o faça é ameaçá-la e assustá-la.

1 2 3 4 5

15 - Quem é a autoridade numa casa é o pai.

1 2 3 4 5

16 - Se a criança é castigada (p.ex., é mandada para o quarto ou é proibida de fazer algo) e não respeita o castigo tem que "apanhar".

1 2 3 4 5

17 - Se uma criança continua a portar-se mal, mesmo depois de apanhar, isso é sinal de que não se foi suficientemente duro.

1 2 3 4 5

18 - Se uma criança se comporta mal em público e os pais não lhe batem, isso é sinal de que não lhe sabem dar educação.

1 2 3 4 5

19 - Se uma criança se porta mal, a única maneira de a educar é batendo-lhe.

1 2 3 4 5

20 - Uma criança que não tenha medo que os pais lhe batam perde-lhes o respeito.

1 2 3 4 5

21 - Uma sova nunca fez mal a ninguém.

1 2 3 4 5

I. 2. Agora vamos fazer-lhe algumas perguntas sobre **diferentes meios que os pais usam para educar** os seus filhos. Por favor, leia-as atentamente e responda em relação a cada uma delas de acordo com **a forma como educa o(s) seu(s) filho(s)**. Recordamos-lhe que não existem respostas certas ou erradas e que o importante para nós é que tente responder de acordo com a sua experiência e **não como acha que deveria ser**.

Ao responder a estas questões, tenha em consideração **apenas o último ano** e, caso tenha mais do que um filho, **apenas a última criança a fazer anos em casa**.

1 - Dar conselhos

Nunca usei

Usei uma única vez

Usei menos do que uma vez por mês

Usei mais do que uma vez por mês

2 - A mãe (ou substituta) ameaçar a criança que o pai lhe vai bater

Nunca usei

Usei uma única vez

Usei menos do que uma vez por mês

Usei mais do que uma vez por mês

3 - Bater no rabo com a mão

Nunca usei

Usei uma única vez

Usei menos do que uma vez por mês

Usei mais do que uma vez por mês

4 - Dar uma bofetada na cara, cabeça ou orelhas

Nunca usei

Usei uma única vez

Usei menos do que uma vez por mês

Usei mais do que uma vez por mês

5 - Puxar as orelhas

Nunca usei

Usei uma única vez

Usei menos do que uma vez por mês

Usei mais do que uma vez por mês

6 - Dar um murro ou pontapé

Nunca usei

Usei uma única vez

Usei menos do que uma vez por mês

Usei mais do que uma vez por mês

7 - Mandar a criança para o quarto, sem fechar a porta

Nunca usei

Usei uma única vez

Usei menos do que uma vez por mês

Usei mais do que uma vez por mês

8 - Fechar num quarto à chave

Nunca usei

Usei uma única vez

Usei menos do que uma vez por mês

Usei mais do que uma vez por mês

9 - Fechar num quarto escuro

Nunca usei

Usei uma única vez

Usei menos do que uma vez por mês

Usei mais do que uma vez por mês

10 - Dar palmadas na mão, braço ou perna

Nunca usei

Usei uma única vez

Usei menos do que uma vez por mês

Usei mais do que uma vez por mês

11 - Elogiar a criança quando se porta bem

Nunca usei

Usei uma única vez

Usei menos do que uma vez por mês

Usei mais do que uma vez por mês

12 - Dar várias bofetadas

Nunca usei

Usei uma única vez

Usei menos do que uma vez por mês

Usei mais do que uma vez por mês

13 - Abanar ou sacudir com força (crianças com menos de 2 anos de idade)

Nunca usei

Usei uma única vez

Usei menos do que uma vez por mês

Usei mais do que uma vez por mês

14 - Abanar ou sacudir com força (crianças com mais de 2 anos de idade)

Nunca usei

Usei uma única vez

Usei menos do que uma vez por mês

Usei mais do que uma vez por mês

15 - Bater no rabo com um objecto duro (p.ex., colher de pau, escova do cabelo)

Nunca usei

Usei uma única vez

Usei menos do que uma vez por mês

Usei mais do que uma vez por mês

16 - Dar uma sova com a mão

Nunca usei

Usei uma única vez

Usei menos do que uma vez por mês

Usei mais do que uma vez por mês

17 - Explicar à criança o que fez mal

Nunca usei

Usei uma única vez

Usei menos do que uma vez por mês

Usei mais do que uma vez por mês

18 - Bater com cinto

Nunca usei

Usei uma única vez

Usei menos do que uma vez por mês

Usei mais do que uma vez por mês

19 - Bater com outros objectos (não mencionados atrás). Especificar _____

Nunca usei

Usei uma única vez

Usei menos do que uma vez por mês

Usei mais do que uma vez por mês

20 - Atirar objectos

Nunca usei

Usei uma única vez

Usei menos do que uma vez por mês

Usei mais do que uma vez por mês

21 - Insultar

Nunca usei

Usei uma única vez

Usei menos do que uma vez por mês

Usei mais do que uma vez por mês

22 - Ameaçar a criança de que se lhe vai bater

Nunca usei

Usei uma única vez

Usei menos do que uma vez por mês

Usei mais do que uma vez por mês

23 - Dizer à criança que nunca devia ter nascido

Nunca usei

Usei uma única vez

Usei menos do que uma vez por mês

Usei mais do que uma vez por mês

24 - Dizer "se te portares mal não gosto de ti"

Nunca usei

Usei uma única vez

Usei menos do que uma vez por mês

Usei mais do que uma vez por mês

25 - Dizer que não se gosta da criança

Nunca usei

Usei uma única vez

Usei menos do que uma vez por mês

Usei mais do que uma vez por mês

26 - Dar "sermões"

Nunca usei

Usei uma única vez

Usei menos do que uma vez por mês

Usei mais do que uma vez por mês

27 - Bater na criança deixando marcas (especifique as marcas _____)

Nunca usei

Usei uma única vez

Usei menos do que uma vez por mês

Usei mais do que uma vez por mês

28 - Bater na criança deixando ferimentos (especifique _____)

Nunca usei

Usei uma única vez

Usei menos do que uma vez por mês

Usei mais do que uma vez por mês

29 - Castigar a criança retirando-lhe coisas de que gosta (p. ex., não a deixar ver televisão)

Nunca usei

Usei uma única vez

Usei menos do que uma vez por mês

Usei mais do que uma vez por mês

30 - Outros: (especificar _____)

Nunca usei

Usei uma única vez

Usei menos do que uma vez por mês

Usei mais do que uma vez por mês

I. 3. Gostaríamos agora de conhecer a sua opinião em relação a estas diferentes formas de educar as crianças. Em relação a cada uma das formas de educar a seguir indicadas assinale se as considera **adequadas** ou **inadequadas**.

1 - Dar conselhos

Adequado Inadequado

2 - A mãe ameaçar a criança que o pai lhe vai bater

Adequado Inadequado

3 - Bater no rabo com a mão

Adequado Inadequado

4 - Dar uma bofetada na cara, cabeça ou orelhas

Adequado Inadequado

5 - Puxar as orelhas

Adequado Inadequado

6 - Dar um murro ou pontapé

Adequado Inadequado

7 - Mandar a criança para o quarto, sem fechar a porta

Adequado Inadequado

8 - Fechar num quarto à chave

Adequado Inadequado

9 - Fechar num quarto escuro

Adequado Inadequado

10 - Dar palmadas na mão, braço ou perna

Adequado Inadequado

11 - Elogiar a criança quando se porta bem

Adequado Inadequado

12 - Dar várias bofetadas

Adequado Inadequado

13 - Abanar ou sacudir com força (crianças com menos de 2 anos de idade)

Adequado Inadequado

14 - Abanar ou sacudir com força (crianças com mais de 2 anos de idade)

Adequado Inadequado

15 - Bater no rabo com um objecto duro (p.ex., colher de pau, escova do cabelo)

Adequado Inadequado

16 - Dar uma sova com a mão

Adequado Inadequado

17 - Explicar à criança o que fez mal

Adequado Inadequado

18 - Bater com cinto

Adequado Inadequado

19 - Bater com outros objectos (não mencionados atrás). Especificar _____

Adequado Inadequado

20 - Atirar objectos

Adequado Inadequado

21 - Insultar

Adequado Inadequado

22 - Ameaçar a criança de que se lhe vai bater

Adequado Inadequado

23 - Dizer à criança que nunca devia ter nascido

Adequado Inadequado

24 - Dizer "se te portares mal não gosto de ti"

Adequado Inadequado

25 - Dizer que não se gosta da criança

Adequado Inadequado

26 - Dar "sermões"

Adequado Inadequado

27 - Bater na criança deixando marcas (especifique as marcas _____)

Adequado Inadequado

28 - Bater na criança deixando ferimentos (especifique _____)

Adequado Inadequado

29 - Castigar a criança retirando-lhe coisas de que gosta (p. ex., não a deixar ver televisão)

Adequado Inadequado

II.1. Vamos colocar-lhe de seguida algumas perguntas sobre outro tipo de problemas que podem existir numa família, entre os membros de um casal. Pedimos que **leia atentamente** as frases que vai encontrar e que exprima a sua opinião em relação a cada uma delas. Não existem respostas certas ou erradas. A **sua opinião** é o mais importante. Por favor, tente responder de acordo com a sua forma de pensar e sentir e **não como acha que deveria ser**.

Por favor, leia atentamente cada afirmação e responda:

1 - Discordo totalmente
2 - Discordo
3 - Não concordo nem discordo
4 - Concordo
5 - Concordo totalmente

1 - O problema dos maus tratos dentro do casamento afecta uma pequena percentagem da população.

1 2 3 4 5

2 - Os maus tratos ocorrem apenas em famílias de baixo nível educacional e económico.

1 2 3 4 5

3 - Os maus tratos só ocorrem quando há outros problemas dentro da família (p. ex., desemprego, consumo de drogas, problemas de dinheiro).

1 2 3 4 5

4 - O mais importante para as crianças é que a família permaneça unida, mesmo quando há violência no casal.

1 2 3 4 5

5 - É a ideia de as mulheres quererem ter tantos direitos como os homens que causa problemas entre o casal.

1 2 3 4 5

6 - A causa da violência é o abuso de álcool.

1 2 3 4 5

7 - A preocupação com a situação das mulheres que são maltratadas no casamento só serve para separar as famílias.

1 2 3 4 5

8 - Os homens batem nas mulheres apenas quando “estão de cabeça perdida”, por algum problema nas suas vidas ou por alguma coisa que elas fizeram.

1 2 3 4 5

9 - Se as mulheres se portarem como boas esposas não serão maltratadas.

1 2 3 4 5

10 - Os homens passam a agredir as mulheres porque se envolvem em relações extra-conjugais.

1 2 3 4 5

11 - Um(a) parceiro(a) infiel merece ser maltratado(a).

1 2 3 4 5

12 - Se o meu(minha) parceiro(a) me insulta, tenho razões para o(a) agredir.

1 2 3 4 5

13 - Algumas mulheres merecem que lhes batam.

1 2 3 4 5

14 - Um homem tem o direito de castigar a mulher se ela faltar ao cumprimento dos seus deveres conjugais.

1 2 3 4 5

15 - Em casos de violência conjugal, a polícia deve apenas tentar acalmar os ânimos e reconciliar o casal.

1 2 3 4 5

16 - Dar uma bofetada à(ao) parceira(o) quando se está aborrecido ou irritado é normal; é uma coisa sem gravidade.

1 2 3 4 5

17 - A violência conjugal é um assunto privado. Deve ser resolvido em casa.

1 2 3 4 5

18 - Os insultos são normais entre um casal.

1 2 3 4 5

19 - Uma mulher deve retirar a queixa de maus tratos contra o marido sempre que este lhe peça desculpa pelo que fez.

1 2 3 4 5

20 - Se as pessoas permanecem numa relação violenta, é porque merecem a situação em que vivem.

1 2 3 4 5

21 - Entre marido e mulher ninguém deve "meter a colher".

1 2 3 4 5

22 - Uma bofetada não magoa ninguém.

1 2 3 4 5

23 - Algumas mulheres fazem os homens "perder a cabeça" e, por isso, é natural que eles lhes batam.

1 2 3 4 5

24 - Maridos e mulheres sempre se bateram. É natural e não tem nada de mal.

1 2 3 4 5

25 - É mais aceitável um homem bater na mulher do que o contrário.

1 2 3 4 5

II. 2. Por fim, vamos colocar-lhe algumas questões sobre determinados comportamentos que podem ocorrer entre os membros de um casal. **Leia atentamente** essas frases e responda em relação a cada uma delas de acordo com a sua situação. Por favor, tente responder de acordo com a sua experiência e **não como pensa que deveria ser**. Recordamos-lhe que as respostas a este questionário são **absolutamente confidenciais**.

Em relação a cada um dos comportamentos abaixo indicados, por favor indique os que já usou com o seu parceiro(a) actual e os que o seu parceiro(a) já usou consigo, reportando-se ao último ano. No caso de comportamentos que já tenham ocorrido, indique se tal aconteceu apenas uma vez ou mais do que uma vez.

1 - Puxar os cabelos com força

- a) Nunca fiz na minha relação actual Já fiz ao meu parceiro(a) actual
Uma única vez Mais do que uma vez
- b) O meu parceiro(a) actual nunca me fez O meu parceiro(a) actual já me fez
Uma única vez Mais do que uma vez

2 - Insultar, difamar ou fazer afirmações graves para humilhar ou "ferir"

- a) Nunca fiz na minha relação actual Já fiz ao meu parceiro(a) actual
Uma única vez Mais do que uma vez
- b) O meu parceiro(a) actual nunca me fez O meu parceiro(a) actual já me fez
Uma única vez Mais do que uma vez

3 - Dar uma bofetada

- a) Nunca fiz na minha relação actual Já fiz ao meu parceiro(a) actual
Uma única vez Mais do que uma vez
- b) O meu parceiro(a) actual nunca me fez O meu parceiro(a) actual já me fez
Uma única vez Mais do que uma vez

4 - Apertar o pescoço

- a) Nunca fiz na minha relação actual Já fiz ao meu parceiro(a) actual
Uma única vez Mais do que uma vez
- b) O meu parceiro(a) actual nunca me fez O meu parceiro(a) actual já me fez
Uma única vez Mais do que uma vez

5 - Ameaçar com armas (p.ex., faca, pistola, objectos cortantes) ou usando de força física

- a) Nunca fiz na minha relação actual Já fiz ao meu parceiro(a) actual
Uma única vez Mais do que uma vez
- b) O meu parceiro(a) actual nunca me fez O meu parceiro(a) actual já me fez
Uma única vez Mais do que uma vez

6 - Partir ou danificar coisas intencionalmente (p. ex., móveis, objectos pessoais) ou deitar a comida para o chão, para meter medo

- a) Nunca fiz na minha relação actual Já fiz ao meu parceiro(a) actual
Uma única vez Mais do que uma vez
- b) O meu parceiro(a) actual nunca me fez O meu parceiro(a) actual já me fez
Uma única vez Mais do que uma vez

7 - Acordar a meio da noite, para causar medo

- a) Nunca fiz na minha relação actual Já fiz ao meu parceiro(a) actual
Uma única vez Mais do que uma vez
- b) O meu parceiro(a) actual nunca me fez O meu parceiro(a) actual já me fez
Uma única vez Mais do que uma vez

8 - Dar um murro

- a) Nunca fiz na minha relação actual Já fiz ao meu parceiro(a) actual
Uma única vez Mais do que uma vez
- b) O meu parceiro(a) actual nunca me fez O meu parceiro(a) actual já me fez
Uma única vez Mais do que uma vez

9 - Impedir o contacto com outras pessoas (p. ex., desviar correspondência, tirar as chaves, obrigar a pessoa a deixar de trabalhar/estudar, impedi-la de sair de casa, cortar o telefone)

- a) Nunca fiz na minha relação actual Já fiz ao meu parceiro(a) actual
Uma única vez Mais do que uma vez
- b) O meu parceiro(a) actual nunca me fez O meu parceiro(a) actual já me fez
Uma única vez Mais do que uma vez

10 - Atirar com objectos à outra pessoa

- a) Nunca fiz na minha relação actual Já fiz ao meu parceiro(a) actual
Uma única vez Mais do que uma vez
- b) O meu parceiro(a) actual nunca me fez O meu parceiro(a) actual já me fez
Uma única vez Mais do que uma vez

11 - Dar uma sova

- a) Nunca fiz na minha relação actual Já fiz ao meu parceiro(a) actual
Uma única vez Mais do que uma vez
- b) O meu parceiro(a) actual nunca me fez O meu parceiro(a) actual já me fez
Uma única vez Mais do que uma vez

12 - Dar pontapés ou cabeçadas

- a) Nunca fiz na minha relação actual Já fiz ao meu parceiro(a) actual
Uma única vez Mais do que uma vez
- b) O meu parceiro(a) actual nunca me fez O meu parceiro(a) actual já me fez
Uma única vez Mais do que uma vez

13 - Dar empurrões violentos

- a) Nunca fiz na minha relação actual Já fiz ao meu parceiro(a) actual
Uma única vez Mais do que uma vez
- b) O meu parceiro(a) actual nunca me fez O meu parceiro(a) actual já me fez
Uma única vez Mais do que uma vez

14 - Perseguir na rua, no emprego ou no local de estudo, para causar medo

- a) Nunca fiz na minha relação actual Já fiz ao meu parceiro(a) actual
Uma única vez Mais do que uma vez
- b) O meu parceiro(a) actual nunca me fez O meu parceiro(a) actual já me fez
Uma única vez Mais do que uma vez

15 - Bater com a cabeça contra a parede ou contra o chão

- a) Nunca fiz na minha relação actual Já fiz ao meu parceiro(a) actual
Uma única vez Mais do que uma vez
- b) O meu parceiro(a) actual nunca me fez O meu parceiro(a) actual já me fez
Uma única vez Mais do que uma vez

16 - Causar ferimentos que não precisaram de assistência médica

- a) Nunca fiz na minha relação actual Já fiz ao meu parceiro(a) actual
Uma única vez Mais do que uma vez
- b) O meu parceiro(a) actual nunca me fez O meu parceiro(a) actual já me fez
Uma única vez Mais do que uma vez

17 - Causar ferimentos que necessitaram de assistência médica

- a) Nunca fiz na minha relação actual Já fiz ao meu parceiro(a) actual
Uma única vez Mais do que uma vez
- b) O meu parceiro(a) actual nunca me fez O meu parceiro(a) actual já me fez
Uma única vez Mais do que uma vez

18 - Forçar a outra pessoa a manter actos sexuais contra a sua vontade

- a) Nunca fiz na minha relação actual Já fiz ao meu parceiro(a) actual
Uma única vez Mais do que uma vez
- b) O meu parceiro(a) actual nunca me fez O meu parceiro(a) actual já me fez
Uma única vez Mais do que uma vez

19 - Ficar com o salário da outra pessoa ou não lhe dar o dinheiro necessário para as despesas quotidianas

- a) Nunca fiz na minha relação actual Já fiz ao meu parceiro(a) actual
Uma única vez Mais do que uma vez
- b) O meu parceiro(a) actual nunca me fez O meu parceiro(a) actual já me fez
Uma única vez Mais do que uma vez

20 - Gritar ou ameaçar, para meter medo

- a) Nunca fiz na minha relação actual Já fiz ao meu parceiro(a) actual
Uma única vez Mais do que uma vez
- b) O meu parceiro(a) actual nunca me fez O meu parceiro(a) actual já me fez
Uma única vez Mais do que uma vez

21 - Outros (especificar: _____)

- a) Nunca fiz na minha relação actual Já fiz ao meu parceiro(a) actual
Uma única vez Mais do que uma vez
- b) O meu parceiro(a) actual nunca me fez O meu parceiro(a) actual já me fez
Uma única vez Mais do que uma vez

Mais uma vez, agradecemos muito a sua colaboração neste estudo!

Caso esteja disponível para ser contactado(a) posteriormente, a fim de podermos conversar um pouco mais sobre estes temas, por favor indique o seu nome e contacto:

Nome: _____

Contacto: _____

ANEXO 2. Guião da entrevista semi-estruturada

Entrevista Semi - Estruturada

Questão Central : *Em que circunstâncias ocorre a violência conjugal exercida por mulheres ?*

0. ANTECEDENTES / HISTÓRIA DESENVOLVIMENTAL / ANTECEDENTES FAMILIARES DE MAUS TRATOS / NAMORO

1 – PERCEPÇÃO DA RELAÇÃO MARITAL / FUNCIONAMENTO FAMILIAR

- Como caracteriza a relação marital / conjugal
- Satisfação marital
- Caracterização do cônjuge e de si própria
- Tomada de decisões entre o casal
- Equilíbrio de poder / recursos financeiros, sociais
- Violência intergeracional
- Relacionamento com os filhos
- Crenças associadas ao casamento, papéis,
- Estilo de resolução de conflitos (discussões, discussões que acabam em agressões)

2 – PERCEPÇÃO DA DINÂMICA DA VIOLÊNCIA INTERPESSOAL

a) Caracterização do(s) episódio(s) de violência

- Tipologia da agressão : verbal, física, sexual
- Frequência das agressões
- Factores Precipitantes da agressão (contextualização do episódio)
- Quem inicia a agressão ? Como se iniciou o episódio?
- No caso de ter sido a mulher a iniciar, porquê ?
- Descrição pormenorizada de episódios de violência (em que tenha sido também vítima, o primeiro, o pior, um episódio típico)
- Sentimentos associados aos episódios agressivos
- Reacções e comportamentos associados aos episódios agressivos
- Pessoas normalmente envolvidas nos episódios agressivos
- Resolução do episódio de violência
- Sentimentos durante e após a resolução do episódio violento

b) Percepção do Acto Violento / Motivação para a Agressão / Significados associados ao episódio agressivo

- Motivos que despoletaram o episódio

- ❑ Motivo(s) do recurso à violência enquanto estratégia de resolução
- ❑ Tentativas de resolução do conflito com recurso a estratégias não violentas
- ❑ Atribuições causais do(s) episódio(s) violento(s)
- ❑ Crenças relativamente ao uso da violência (diferenças entre a violência exercida por homens e por mulheres, eficácia da estratégia,...)
- ❑ Impacto da violência na vida quotidiana e de casal
- ❑ Quando se recorda dessas situações, como é que as avalia ?, o que pensa?, o que sente?

c) Consequências da Agressão / Vitimação

- Em termos físicos
- Em termos materiais
- Em termos psicológicos
- Em termos sociais, familiares

3 – RECURSOS PARA A RESOLUÇÃO DA SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA

- Recursos jurídicos
- Recursos comunitários
- Recursos familiares
- Recursos rede social
- Recursos da(o) própria(o)